

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ZONA SUL DO RIO
GRANDE DO SUL: DEMANDAS PARA AS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS**

LAURA RAFFONE FERNÁNDEZ

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

2009

LAURA RAFFONE FERNÁNDEZ

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ZONA SUL DO RIO
GRANDE DO SUL: DEMANDAS PARA AS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Política Social.

Área de concentração: Desenvolvimento Território de Inovação Social.

Orientador: Prof. LÚCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA FERNANDES, Dr.

PELOTAS, RS
FEVEREIRO 2009

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:
Bibliotecária Daiane Schramm – CRB-10/1881**

F362d Fernández, Laura Raffone

Desenvolvimento sustentável na Zona Sul do Rio Grande do Sul: demandas para as políticas educacionais. / Laura Raffone Fernández. –Pelotas, 2010.

145f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Pelotas, BR-RS, 2010.

Orientação: Prof. Dr. Lúcio André de Oliveira Fernandes

1. Desenvolvimento Humano. 2. Corrente de pensamento eco-desenvolvimentista. 3. Índice de desenvolvimento educacional Local. I. Fernandes, Lúcio André de Oliveira, orient. II. Título.

CDD 323.32

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ZONA SUL DO RIO
GRANDE DO SUL: DEMANDAS PARA AS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS**

Aprovada em fevereiro de 2009

Banca examinadora:

.....

.....

.....

.....

DEDICATÓRIA

Obrigada, Deus, por tudo!
Este trabalho é dedicado às pessoas que
para mim representam a palavra AMOR: minha mãe
Gioconda e minha filha, minha luz: Luiza

também ao meu pai Yamandú que, junto Dele,
me guia, inspira e orienta
cada minuto de minha vida.

OFEREÇO

Minhas manas e amigas Déia (identificação) e Bitá (companheira)

Todos meus sobrinhos amados, Fernanda, Eduardo, Isabella, Gabriella, Manuella e em especial ao batalhador André (que ilumina e ensina nossa família com sua existência)

Meus cunhados, Roque (um paizão) e Cuco (um irmão), que a genética não explica, mas o amor, sim.

AGRADECIMENTOS

Amor, amizade e companherismo para mim tem três nomes: Maribel, Paulo e Elizabete.

Se me pedissem definição de inteligência, simplicidade e profissionalismo, eu responderia Prof. Dr. Lucio Fernandes. Onde, mesmo “sem voz”, expressaria a felicidade de tê-lo como professor e amigo nos momentos difíceis.

Ao meu sempre mestre e amigo Prof. Erli Massaú, exemplo profissional que busco ser desde estudante, e que mesmo em minhas ausências passageiras, o encontro sempre de portas abertas para me receber.

Ser professor é uma arte, um dom, que não se restringe apenas em transmitir conhecimentos, mas na sensibilidade de ver seus alunos como seres humanos, suscetíveis a “momentos difíceis”. Por isso agradeço ao prof. Dr. Antonio Cruz.

Aos professores e colegas do curso de mestrado, pelos momentos inesquecíveis de grandes conhecimentos, companherismo.

Ao Professor Francisco Xavier pela confiança e o reconhecimento profissional.

Ao magnífico Reitor da UCPEL pela generosa ajuda e confiança em mim depositada.

A todos meus colegas de trabalho da 5ª CRE, em especial a minhas adoradas meninas dos Recursos Humanos, que em meus momentos de ausência, redobram sua dedicação sob o comando da amiga, profissional e mãezona Irene.

À Professora Vini Rabassa pelo carinho e compreensão.

À amigona Lucimar presente nas horas difíceis e nas boas.

Ao CNPQ pela bolsa concedida juntamente com a UCPEL.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para realização deste trabalho.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ZONA SUL DO RIO GRANDE DO SUL: demandas para as políticas educacionais

Autor: LAURA RAFFONE FERNÁNDEZ

Orientador: Prof. LÚCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA FERNANDES, Dr.

RESUMO. Ao longo dos séculos, o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi definido principalmente através dos estudos realizados pela Comissão de Bründtlandt em 1986. O objetivo da época era conciliar desenvolvimento econômico com meio ambiente. Nessa trajetória, houve também a preocupação na forma de medir o desenvolvimento, não apenas pelo aumento de renda, mas também pela qualidade de vida das pessoas. Com esse intuito, em 1990, foi apresentada a primeira versão do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Atualmente, a sociedade, com a incorporação da preocupação ambiental, com demandas para a educação, necessita de indicadores que reflitam a qualidade de vida do presente, mas também se é possível mantê-la no futuro. Nesse sentido, o presente trabalho apresentou alguns conceitos, pesquisa de campo e projetos realizados. Na análise das técnicas utilizadas, demonstrou-se que o Desenvolvimento Humano não é capaz sozinho de refletir as questões que envolvem o desenvolvimento humano e o meio ambiente. Com o intuito de incorporar uma dimensão ambiental, norteadas dentro da Corrente de Pensamento Ecodesenvolvimentista, frente a possível existência de políticas públicas educacionais no estado do Rio Grande do Sul, esta nova análise demonstra a resposta frente às questões que envolvam o Desenvolvimento Sustentável, onde a educação e a qualidade de vida do homem precisam estar alinhadas à preservação da natureza.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano. Corrente de Pensamento Ecodesenvolvimentista. Índice de Desenvolvimento Educacional Local.

DEVELOPMENT SUSTAINABLE IN THE SOUTH REGION OF RIO GRANDE DO SUL: Demand for Educational Policies

Author: LAURA RAFFONE FERNÁNDEZ

Advisor: Prof. LÚCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA FERNANDES, Dr.

ABSTRACT. Over the centuries, the concept of sustainable development was defined mainly through studies conducted by the Commission of Bründtlandt in 1986. The goal of the season was to reconcile economic development with environment. On this track, there was also concern as to measure the development, not only by the increase of income, but also the quality of life of people. To that end, in 1990, was presented the first version of the Human Development Index (HDI). Currently, society, with the incorporation of environmental concern, with demands for education, needs indicators that reflect the quality of life of this, but if we can keep it in the future. In that sense this work showed some indicators, the search field and projects. In the analysis of data, showed that the Human Development is unable alone to reflect the issues involving human development and the environment. In order to incorporate an environmental dimension, guided into the current of eco-development thought, created by the Local Educational Development Index (IDEL), the new indicator shows the opposite response to questions involving sustainable development, where education and quality of life of man must be aligned to the preservation of nature.

Key words: Human development. Current of Eco-Development Thought. Local Educational Development Index.

LISTAS DE FIGURAS

	Página
Figura 1 - Mapa dos municípios do EDUCAMPO	67
Figura 2 - Espaço físico da escola	135
Figura 3 - Área de lazer	135
Figura 4 - Coleta seletiva do lixo	135
Figura 5 - Espaço físico da escola	136
Figura 6 - Horta	136
Figura 7 - Área de lazer - futuro jardim	136
Figura 8 - Área física da escola	137
Figura 9 - Oficina da costura	137
Figura 10 - Coleta seletiva do lixo	137
Figura 11 - Oficina de teatro	138
Figura 12 - Oficina da música	138
Figura 13 - Oficina de dança	138
Figura 14 - Oficina de judô	138
Figura 15 - Área física da escola	139
Figura 16 - Lixo não seletivo	139
Figura 17 - Área de lazer	140
Figura 18 - Oficina de esportes	140
Figura 19 - Espaço físico da escola	141
Figura 20 - Oficina de pinturas	141
Figura 21 - Área de lazer	141
Figura 22 - Oficina de culinária	141

LISTAS DE TABELAS

	Página
Tabela 1 - As cinco dimensões do desenvolvimento sustentável	38
Tabela 2 - Produção de mudas de hortaliças na escola	68
Tabela 3 - Participação na formação de professores rurais	69
Tabela 4 - Participação nas capacitações	69
Tabela 5 - Formação continuada de professores e gestores em 2008	133
Tabela 6 - Investimentos estruturantes por área	134

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACANDHIS	= Academia Canguçuense de História
BID	= Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEPAL	= Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMD	= Conselho Municipal de Desportos
CNUMD	= Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CPM	= Círculo de Pais e Mestres
CRE	= Coordenadoria Regional de Educação
EA	= Educação Ambiental
FEE	= Fundação de Economia e Estatística
FD	= Formação Discursiva
FI	= Formação Ideológica
GPI	= Indicador de Progresso Genuíno
IBAMA	= Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IDH	= Índice de Desenvolvimento Humano
ITEPA	= Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria
MEC	= Ministério da Educação e Cultura
MMA	= Ministério do Meio Ambiente
MOBRAL	= Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos
MST	= Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PEAC	= Programa de Educação Ambiental Compartilhado ou Projeto Escola Aberta para a Cidadania
PEE	= Plano Estadual de Educação
PI B	= Produto Interno Bruto
PNUD	= Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNT	= Preço Natural do Trabalho
PNUMA	= Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SE	= Secretaria de Educação
PPV	= Programa de Prevenção a Violência
UCPEL	= Universidade Católica de Pelotas
UFPEL	= Universidade Federal de Pelotas

SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO	13
2. REVELANDO A POSSÍVEL EXISTÊNCIA DE POLITICAS EDUCACIONAIS: METODOLOGIA	15
2.1 Processos de pesquisa	15
2.1.1 Justificativa	15
2.1.2 Objetivo geral	16
2.1.3 Objetivos específicos	16
2.1.4 Problematização	16
2.2 Trabalho científico - avaliação qualitativa	18
2.3 Técnicas utilizadas	20
2.4 Análise de discurso	23
2.4.1 Conceito de análise de discurso	23
2.4.2 Texto, enunciado e discurso	26
2.4.3 Linguagem e método	27
3 REFERENCIAL TEÓRICO: RUMO PARA O PROCESSO DE PESQUISA..	30
3.1 Desenvolvimento sustentável e a problemática ambiental	30
3.1.1 Sobre o desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável	30
3.1.2 Pensamento e debate	34
3.1.2.1 Teoria da economia ambiental e desenvolvimento sustentável	34
3.1.2.2 Ecodesenvolvimento	36
4 ZONA SUL	42
4.1 Histórico	42
4.2 Caracterizando a Zona Sul	45
4.2.1 Canguçu	48
4.2.2 Pelotas	49

5 DEMANDA PARA POLÍTICAS EDUCACIONAIS	52
5.1 Políticas sociais	52
5.2 Políticas educacionais	55
5.3 Prática e programas/projetos do Estado do Rio Grande do Sul	57
5.3.1 Educação ambiental	58
5.3.1.1 Educação ambiental x desenvolvimento sustentável	58
5.3.1.2 A educação ambiental e suas implicações no Rio Grande do Sul ..	62
5.3.2 Projeto Escola Aberta para a Cidadania	63
5.3.3 Projeto Educampo	66
6 CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRAMAS/PROJETOS IMPLEMENTADOS	71
6.1 Caracterizando as escolas pesquisadas	71
6.2 Análise da participação da 5ª CRE, dos diretores, professores, funcionários, alunos e pais junto aos Projeto Educampo, Projeto Escola Aberta para a Cidadania e Projeto Educação Ambiental: utilizando a Análise do Discurso	74
6.2.1 Projeto Educampo	74
6.2.2 Projeto Escola Aberta para a Cidadania	83
6.2.3 Educação ambiental	99
6.3 Sugestões sobre as políticas educacionais e práticas escolares	107
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
8 REFERÊNCIAS	117
APÊNDICES	124
ANEXOS	132

INTRODUÇÃO

Ao longo do último século, o conceito de desenvolvimento evoluiu, passando por vários estágios, desde sinônimo de crescimento econômico até o conceito de Desenvolvimento Sustentável. A perspectiva de que o simples aumento do produto seria suficiente, para resolver os problemas da humanidade, foi sendo abandonada. A esta, juntam-se preocupações com a distribuição da riqueza, com acesso a serviços, melhoria na qualidade de vida da população em geral, desenvolvendo-se toda uma gama de preocupações sociais.

Mais tarde, juntaram-se a essas, preocupações relativas às questões ambientais. A importância da questão ambiental, em sua diversidade de aspectos e opiniões, está hoje bem estabelecida no conjunto da população que se considera bem informada, destaca-se que a grande maioria das pessoas são favoráveis a uma relação equilibrada entre crescimento e meio ambiente.

Ao longo do mesmo período, a Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul tem apresentado um desenvolvimento “desigual”, com grandes diferenças sociais. Tal característica ainda hoje, persiste nos indicadores sócio-econômicos.

Este trabalho busca caracterizar os conceitos de Desenvolvimento Sustentável, e reconhecer a existência ou não, de políticas educacionais voltadas para esse tema na região sul do Rio Grande do Sul.

O método escolhido buscará formas de avaliar a existência, ou não, nas escolas gaúchas, com recorte nos municípios de Pelotas e Canguçu, de ações que contemplem a sustentabilidade como tema para desenvolver a região.

O estudo destacará possíveis políticas educacionais que promovam um desenvolvimento mais amplo, que atinja a todos os segmentos sociais marginalizados.

Para que a realidade sobre as políticas educacionais existentes fosse estudada, elencaremos no próximo capítulo, os passos seguidos para elucidação dos objetivos propostos.

2 REVELANDO A POSSÍVEL EXISTÊNCIA DE POLITICAS EDUCACIONAIS: METODOLOGIA

2.1 Processos de pesquisa

2.1.1 Justificativa

Este trabalho de pesquisa tem o desafio de buscar a existência d e possíveis políticas educacionais visando o desenvolvimento sustentável da região.

Com as leituras e subsídios, passou o conceito de ecodesenvolvimento a balizar o presente trabalho de pesquisa. E, através do conceito escolhido, a busca por políticas educacionais públicas (na esfera estadual), que visem à sustentabilidade.

Sustentabilidade que tem expandido sua influência dentre as preocupações dos governantes de todos os países e, também, no que diz respeito à educação. Isso pode ser constatado desde iniciativas privadas, organizações não-governamentais, organismos nacionais e internacionais e políticas sociais que buscam uma conexão imprescindível entre o meio ambiente e o desenvolvimento. Tais iniciativas poderiam ser chamadas de uma proposta de “educar para a sustentabilidade”, um desenvolvimento igual entre as pessoas e, para tal, tem este trabalho de pesquisa a preocupação de identificar se “este educar para a sustentabilidade” está ocorrendo de alguma maneira nas escolas estaduais do estado do Rio Grande do Sul, justificando sua importância no contexto em que “se a escola pública não o fizer, quem o fará?”

A educação em nossas escolas, integram conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações, e são essas mesmas propostas que temos na escola,

que deve surgir uma, de consciência ética de respeito e limites à exploração do meio ambiente.

2.1.2 Objetivo geral

A presente pesquisa tem como objetivo verificar se as políticas educacionais do estado do Rio Grande do Sul apresentam elementos que visem enfrentar os novos desafios do Desenvolvimento Sustentável.

2.1.3 Objetivos específicos

Para isso, propôs-se atingir os seguintes objetivos específicos:

- Estabelecer uma discussão teórica sobre Desenvolvimento Sustentável;
- Identificar a possível existência de políticas educacionais, que atendam a proposta de um Desenvolvimento Sustentável do estado do Rio Grande do Sul;
- Analisar como são trabalhadas estas políticas educacionais nas escolas da 5ª Coordenadoria Regional de Educação.

2.1.4 Problematização

É parte desta pesquisa o complexo conceito de Desenvolvimento Sustentável e os aspectos que estão a ele associados. Como nos coloca Sachs (2002: 36):

O Desenvolvimento Sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica.

Analisar o desenvolvimento, a partir desta abordagem, é uma proposta nova, dada a complexidade de associar as questões ecológicas e ambientais às questões sociais e econômicas.

Avaliar se a educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas de forma a participarem, comprometerem-se num processo de mudança, que faça com que a educação seja o início de uma conscientização, visando despertar novos comportamentos.

A seleção de algumas correntes de pensamento sobre o tema sustentabilidade nos possibilita, posteriormente, analisarmos se as políticas educacionais no estado do Rio Grande do Sul contemplam o Desenvolvimento Sustentável.

Segundo Delors (2005: 8):

Sob diversos aspectos, a educação continua sendo o pulso da sociedade. Ela reflete ao mesmo tempo as tensões de hoje e as aspirações de amanhã. O interesse destes textos reside, portanto, em sua diversidade, no esforço de compreensão dos vínculos permanentes entre o pensamento e a ação que traduzem e, finalmente, em seu otimismo engajado.

No que diz respeito à educação, talvez seja na esfera do político, vínculo entre o pensamento e a ação, que permaneça mais fraco. A educação está onipresente no discurso, mais ainda estamos longe de uma ação enérgica que responda às necessidades urgentes, reforce os sistemas, que estimule a igualdade de oportunidades e a qualidade, intensifique a cooperação internacional.

Assim, se a educação reflete as tensões e aspirações, torna-se condição *sine qua non* à promoção de um processo de Desenvolvimento Sustentável. Se há um imperativo de que o desenvolvimento seja sustentável, então qual educação necessária para promover a sustentabilidade?

Que tipo de educação promoveria a sustentabilidade? Quais os elementos componentes de uma política educacional que promova a sustentabilidade?

Diante desses questionamentos, fica o desafio de:

a) Avaliar as principais linhas teóricas sobre o Desenvolvimento Sustentável;

b) Analisar as implicações para a política educacional da busca do Desenvolvimento Sustentável;

c) Analisar se as Políticas Educacionais na Zona Sul contemplam a perspectiva de um Desenvolvimento Sustentável.

A proposta de um Desenvolvimento Sustentável coloca a educação tentando incentivar, nas práticas pedagógicas das escolas, formas de preservação e conservação do meio ambiente. Também, através de projetos pedagógicos que estabeleçam a preocupação com as futuras gerações, numa abordagem da sustentabilidade.

Para que os objetivos geral e específicos pudessem ser respondidos, indispensável foi a abordagem, na revisão bibliográfica dos itens: correntes de pensamento sobre o Desenvolvimento e o Desenvolvimento Sustentável; caracterização da Zona Sul; seu histórico; Políticas Educacionais no Rio Grande do Sul voltadas ao desenvolvimento sustentável. Foram identificados os projetos Escola Aberta para a Cidadania, projeto Educampo e a Educação Ambiental; Educação Ambiental x Desenvolvimento Sustentável; A Educação Ambiental e suas implicações no Rio Grande do Sul; Projeto Educampo; Projeto Escola Aberta para a Cidadania.

A Revisão bibliográfica favoreceu o conhecimento do tema abordado e, conseqüentemente, auxiliou na escolha dos itens não contemplados, e que são indispensáveis para responder a questão chave do trabalho de pesquisa e que necessitou da pesquisa de campo.

2.2 Trabalho científico - avaliação qualitativa

Segundo Minayo (1994: 18):

Toda investigação se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida ou com uma pergunta, articulados a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar a criação de novos referenciais.

Ainda conforme Minayo (1994: 18), “a teoria é construída para explicar ou compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos”.

No primeiro momento deste estudo, contemplando a busca de um trabalho qualitativo, foi feita uma pesquisa bibliográfica, discussão teórica, onde foram abordadas as linhas de pensamentos com seus respectivos autores de destaque. Deu-se uma maior ênfase à linha operacional de Ignacy Sachs, no seu

conceito de ecodesenvolvimento, autor este que foi norteador deste trabalho de pesquisa.

Na base teórica, foram subsidiados conceitos e elementos que nos remetessem a: desenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável, política social, políticas educacionais.

Necessário se fez a interpretação das linhas de abordagem de Desenvolvimento Sustentável, e a existência ou não destas, nas práticas escolares do estado do Rio Grande do Sul.

Como estratégia para analisarmos a realidade das escolas e as práticas relativas à sustentabilidade, foram identificados alguns programas desenvolvidos pelo estado do Rio Grande do Sul, que contemplam a temática do Desenvolvimento Sustentável. Estes foram os Projetos Educampo, Escola Aberta para a Cidadania e Educação Ambiental. Buscou-se avaliar o que os programas representam na vivência estudantil e nas famílias dos alunos envolvidos, e que contribuições poderiam ter para uma educação que atende a perspectiva do Desenvolvimento Sustentável.

Para tanto, foram selecionadas as escolas de Canguçu: E.E.E. Fund. Oziel Alves Pereira, E.E.E Médio Carlos Meskó. E, no município de Pelotas: Colégio Estadual Dom João Braga, E.E. Fund. Dr. Franklin Olivé Leite e E.E.E Fund. Dr. Antônio Leivas Leite.

A pesquisa qualitativa constituiu características particulares, principalmente no que trata de deduções específicas de algum dado, pois pode-se dizer que a compreensão exata dos questionamentos, entrevistas, leituras fazem parte do capital do trabalho de pesquisa, como nos esclarece Bardin (1977). Nos casos de obscuridade ou realidades pouco específicas, foram retomadas as coletas dos dados. Para Minayo (1994: 68):

(...) há autores que entendem a “análise” como descrição dos dados e a “interpretação” como articulação dessa descrição com conhecimentos amplos e que autores extrapolam os dados específicos da pesquisa.

Para este trabalho, foram verificadas as questões formuladas, na busca de respostas de forma a estabelecer os manifestos ou discursos, indo não na

aparência do que foi dito, e sim aprofundando a informação. Sem quantificar o dado investigado, e sim analisando-o tão profundamente quanto possível.

2.3 Técnicas utilizadas

Diante de um levantamento realizado junto a Secretaria Estadual de Educação, foi possível diagnosticar precocemente que a questão ambiental era abordada especialmente através da “Educação Ambiental”, e inserida em projetos de “desenvolvimento”. Também foi possível identificar que, os projetos de maior destaque eram: EDUCAMPO e ESCOLA ABERTA E CIDADANIA. Na 5ª Coordenadoria Regional de Educação - CRE foram viabilizadas as informações sobre as escolas envolvidas com estes projetos.

Os municípios escolhidos foram selecionados pela pesquisadora em função de suas características opostas. O município de Pelotas possui 51 (cinquenta e uma) escolas da rede estadual, das quais 48 (quarenta e oito) urbanas. Já o município de Canguçu conta com 19 (dezenove) escolas, onde apenas 3 (três) são urbanas, e as outras 16 (dezesseis) localizam-se no meio rural.

Para esta pesquisa, foram selecionadas 05 (cinco) escolas dos municípios de Canguçu e Pelotas na Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul.

Para escolha das escolas, o critério utilizado foi o de maior envolvimento com os projetos em execução, segundo o parecer das responsáveis técnicas, junto a CRE, que representam o Governo do Estado.

Para este estudo, foi utilizado o *tema* que, segundo Bardin (1977:66), “é uma unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”. No presente trabalho de pesquisa, foram escolhidos os temas: políticas educacionais e o Desenvolvimento Sustentável nas escolas públicas do governo do Rio Grande do Sul; educação ambiental na prática pedagógica das escolas públicas do Rio Grande do Sul; escolas públicas estaduais de Pelotas e Canguçu que participam de uma prática pedagógica voltadas para o Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental.

Para esta pesquisa, a relevância dos atributos ou características seria a relação dos atores com as escolas públicas estaduais nos municípios de Pelotas e Canguçu, não havendo a intenção de entrar nas peculiaridades como idade, série, renda, entre outros. O contexto em que o ator estaria inserido no tema debatido.

Foram utilizadas técnicas de entrevista, questionário e grupo focal para auxiliarem na avaliação das intervenções das políticas educacionais voltadas a um Desenvolvimento Sustentável.

Segundo Gil (1987: 113) “entrevista seria uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”.

Nessa entrevista, obedeceu-se à necessária exploração das informações coletadas, salientando que, em algumas técnicas, alguns sujeitos não foram interrogados, pois a pesquisa poderia tornar-se extensa. Porém, destaca-se que as pessoas que responderam representam um conjunto de sujeitos envolvidos no trabalho de pesquisa, ficando assim distribuído o grupo entrevistado:

Entrevista: (Projeto Educampo)

- Diretores
- Professores
- Responsável na CRE
- Pais
- Alunos

Entrevista: (Projeto Escola Aberta para Cidadania)

- Diretores
- Professores
- Funcionárias envolvidas
- Responsável na CRE
- Pais
- Alunos

Complementando as entrevistas, também se utilizou a técnica de questionário, como forma de não esquecer as possíveis situações cotidianas dos entrevistados, e assim, ocasionar o enriquecimento do trabalho de pesquisa.

Para Gil (2002: 95) a diferença de questionário e entrevista:

Questionário e entrevista são técnicas muito semelhantes, já que se fundamentam na interrogação. Porém, diferenças significativas existem entre essas duas técnicas de coletas de dados, pois, enquanto no questionário as perguntas propostas pelo pesquisador são respondidas por escrito pelo pesquisado, na entrevista ambos se encontram presentes. Assim, cada um desses instrumentos apresenta vantagens e limitações específicas, e em sua elaboração os cuidados a serem tomados são distintos.

Sendo assim, este trabalho de pesquisa contemplou 5 (cinco) questionários (em anexo) para cada um dos sujeitos acima elencados, contendo em média de 8 (oito) a 9 (nove) perguntas abertas, que levaram os informantes a manifestarem-se através de frases, sendo aplicados para:

Questionários: (Projeto Educampo, Projeto Escola Aberta e Cidadania e Educação Ambiental)

- Diretores
- Professores
- Funcionários
- Pais
- Alunos
- Responsáveis na CRE

Também, visando aprofundar a abordagem junto aos pais e alunos das escolas rurais, foi realizado um Grupo Focal que, segundo Tanaca (2001: 21):

(...) é uma técnica qualitativa, não-diretiva, cujo resultado visa o controle da discussão de um grupo de pessoas. Foi inspirada em técnicas de entrevista não-direcionada e técnicas grupais usadas na psiquiatria. Os participantes não se conhecem, mas possuem características comuns. Nesta técnica o mais importante é a interação que se estabelece entre os participantes. O facilitador da discussão deve estabelecer e facilitar a discussão e não realizar uma entrevista em grupo.

Através dessa técnica, e aproveitando para aprofundamento de algumas informações, foi possível revelar algumas percepções, num grupo entre 7 e 12 pessoas, número aconselhável nesse tipo de instrumento. Para este trabalho de pesquisa, utilizou-se:

Grupo Focal: (uma escola do Projeto Educampo)

- 3 pais

- 4 alunos

Após esses procedimentos, foram efetuadas as visitas nas escolas, sendo os dados levantados junto a seus diretores (as), professores, funcionários, alunos e pais. Estes foram selecionados por serem os executores e os beneficiados destes projetos, e também pelo fato de os mesmos estarem mais diretamente envolvidos com o tema em análise. Por exemplo, o Diretor seria o responsável pela instituição e quem deu abertura para o projeto existir em sua escola; os professores foram selecionados por ocasião das conversas com os diretores, que ao abordarem os projetos, também identificaram os professores funcionários e o grupo de alunos mais envolvidos com as atividades. Os pais foram selecionados por suas atuações nas atividades escolares como possivelmente, também incentivando os filhos.

Como forma de propiciar uma interpretação, debate e posterior reflexão sobre os temas, e também como maneira de abordá-los, segundo os sujeitos, foi utilizada a análise de discurso, como opção de melhor processar as informações auferidas.

2.4 Análise de discurso

2.4.1 Conceito de análise de discurso

Para o bom desempenho do estudo, foi explorado o tema através da análise de discurso, que segundo Orlandi (2005: 21):

é a disciplina que vem ocupar o lugar dessa necessidade teórica, trabalhando a opacidade do texto e vendo nesta opacidade a presença do político, do simbólico, do ideológico, o próprio fato do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique.

O uso da análise de discurso se deve à necessidade de explorar ao máximo o que as pessoas envolvidas foram transmitindo, propiciar o debate das

idéias. Ou seja, utilizar a linguagem como forma de decodificar o pensamento, formular um parecer frente a um conjunto de questões ou assuntos.

Na existência de uma interação social, a comunicação realiza-se com o discurso. No discurso, o sujeito-comunicador ou enunciador, é um recriador do discurso, transformando o repertório que recebe para enviá-lo ao sujeito-destinatário, com a heterogeneidade, que é comum nesses casos. Segundo Brisolara (2006: 20):

(...) o eu e o não-eu (outro), sujeitos semelhantes e, ao mesmo tempo, diferentes que se percebem e se identificam, decorrendo daí a troca entre dois parceiros que se realiza na linguagem. Para que a comunicação aconteça, os sujeitos do discurso precisam compartilhar a mesma língua e os saberes nela contidos. E, no ato da linguagem, há sempre um objetivo que o sujeito-comunicador deseja atingir com o parceiro, podendo ser, por exemplo: emocioná-lo, orientar o seu pensamento, fazê-lo agir, etc. Entretanto, as influências exercidas sobre o sujeito-receptor são limitadas e ele tem a possibilidade de interagir respondendo, inclusive, com uma contra-influência.

A comunicação é o espaço de mediação e interação, em que os sujeitos intervêm e influenciam reciprocamente. Todo discurso provém não de uma só pessoa, mas de todo um contexto histórico-social, refletindo uma determinada visão de mundo, visão esta ligada à do seu autor e à sociedade em que ele vive. A análise do discurso (AD) possibilita que influências ideológicas, as mensagens que ele passa no discurso e que podem apresentar-se de maneira clara, direta ou velada.

Já para Pinto (2002: 55), na análise de discurso:

(...) todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido de que ele é sempre um tecido de “vozes” ou citações, cuja autoria fica marcada ou não, vinda de outros textos pré-existentes, contemporâneos ou do passado.

Esse tipo de prática coloca-nos frente ao verdadeiro pensamento das pessoas, de forma a contextualizar, tornando-as sujeito das ações e fundamentado na opacidade da linguagem.

Originada na França em 1960, na análise de discurso não só a lingüística, como a interdisciplinaridade se faz presente no conhecimento. Segundo Brisolara (2006) “ela surge para superar uma lingüística tradicional que não considerava a exterioridade lingüística, ou seja, as condições de produção do texto (sócio-

históricas)". De acordo com Maingueneau (1990:34), "a análise de discurso trata do lingüístico nos dois aspectos que o constituem: o gramatical e o hipergramatical".

Seria através das práticas da comunidade escolar, com seus atores, e em suas manifestações, através da linguagem, ou escrita, que foram analisados e interpretados, levando-se em conta os diversos aspectos que possam influenciar: político, organização social, aspectos econômicos entre outros.

Não se poderia deixar de destacar o analista, que deverá compreender e expressar, através da formulação de um texto. Como nos conceitua Orlandi (2005: 33), "o analista tem, pois, como objeto de observação o texto e como objetivo da análise a sua compreensão enquanto discurso; ele vai, então, com sua escrita, tornar possível essa compreensão".

Para este trabalho, através dos assuntos indagados pelas técnicas aplicadas, propiciou-se um debate entre os executores e os beneficiados pelas políticas educacionais, voltadas às questões ambientais nos municípios de Canguçu e Pelotas da Zona Sul do Rio Grande do Sul.

Para Pinto (2002: 25):

Uma preocupação desse trabalho é a de limitar – na medida do possível - a proliferação de termos técnicos especializados, tão comum em disciplinas de desenvolvimento recente e em fase de reconhecimento, procurando mostrar como, muitas vezes, a diferença de terminologia, designa conceitos similares ou comparáveis, oriundos de diferentes posturas teóricas.

Nessa linha Brisolara (2006: 21) ainda afirma-nos:

É importante ter em mente que a linguagem não é estudada no sentido literal, que lhe dá o dicionário, mas ela é vista em toda a sua opacidade, ou seja, nos diferentes sentidos que uma mesma palavra pode ter, dependendo do contexto em que ela está inserida e da posição ocupada pelo sujeito. A Análise de discurso trata de significados, por isso ela se define como uma semântica¹. Não como simples parte da lingüística, como a fonologia, a morfologia e a sintaxe, mas como o ponto chave, onde se situam as contradições que desafiam os estudos da linguagem.

¹Estudo do significado da palavra, que nos explica a origem e as variações da significação vocabular.

Esses significados se tornam de suma importância para os elementos pesquisados porque se faz leitura e interpretação da mensagem estabelecida.

Talvez, dentro dos resultados auferidos, o ideal que foi buscado e tentou-se conseguir, seria o de responder aos objetivos propostos de forma simples, sem grandes artifícios gramaticais e totalmente transparentes ao pensamento das pessoas envolvidas.

Segundo Brandão (2005), para que o discurso tenha uma melhor compreensão, precisa-se que os conceitos de texto, enunciado e discurso sejam bem estudados e destacadas suas diferenças.

2.4.2 Texto, enunciado e discurso

O texto, para o discurso, é considerado primordial, pois fora dele, as palavras seriam vazias, sem significado. Não deve ser analisado apenas no seu aspecto lingüístico, pois ele está inserido e também reflete um contexto sócio-histórico.

Segundo Brisolara (2006: 22):

O texto pode se expressar simbolicamente de várias formas, como através da imagem, som e grafia. E essa sua característica de heterogeneidade possibilita que ele se apresente de forma oral, escrita, podendo ser um texto científico, descritivo, literário, narrativo, etc.

A sua heterogeneidade não se refere apenas às formas de apresentação, mas se relaciona, também, às posições do sujeito, ao lugar por ele ocupado e que é constituído daquilo que ele manifesta daquilo que ele diz. Por isso, falar no lugar de um patrão não é a mesma coisa que falar no lugar de um empregado. São posições diferentes, realidades diversas.

Toda manifestação que possa vir das pessoas (sujeitos) reproduzem idéias, ideais de uma situação vivenciada, refletindo uma realidade socioeconômica e política, uma visão de mundo que nos é passada pelo seu autor.

O texto é limitado, finito, e partindo dele, de sua interpretação, chegaremos ao discurso. Ao contrário do texto, o discurso é inesgotável, não acaba partindo de um, acabamos por dar origem a outros discursos.

Segundo Brisolara (2006: 23), “O discurso é formado por diversos enunciados, declarações, que não podem existir isoladamente. Enquanto a frase tem existência isolada, o mesmo não acontece com o enunciado.” Sua razão de ser está na relação com outros enunciados, integrando o jogo enunciativo que vem a formar o discurso.

Todo enunciado se encontra assim especificado: não existe enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas, sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, apoiando-se neles e se distinguindo deles: ele se integra sempre em um jogo enunciativo (FOUCAULT, apud BRANDÃO, 2004).

Como o discurso não se esgota e está sempre remetendo para outros discursos (anteriores e posteriores), tal característica torna-o heterogêneo, considerando que, através de um sujeito, muitos outros também falam. “O sujeito é sempre assujeitado por outras vozes, outros discursos, discurso do outro” (REVUZ, apud BENITES, 2002:43).

2.4.3 Linguagem e método

Segundo Orlandi (2000: 15),

(...) a linguagem se mostra em sua ambigüidade: ou como instauradora (imitadora) de mundo, tendendo para a arte, ou como desveladora de mundo, como ponta de lança do saber, tendendo para a ciência.

Ao desvelarmos o mundo, estamos tornando-nos presas do objeto de estudo, principalmente quando escolhemos a linguagem para uma função referencial. Orlandi (2000: 18) ainda nos coloca que:

Todo falante e todo ouvinte ocupa um lugar na sociedade, e isso faz parte da significação. Os mecanismos de qualquer formação social têm regras de projeção que estabelecem a relação entre as situações concretas e as representações (posições) dessas situações no interior do discurso: são as formações imaginárias. O lugar assim compreendido, enquanto espaço de representações sociais, é constitutivo das significações. Tecnicamente, é o que se chama relação de forças no discurso.

Poder-se-ia destacar que o discurso pode partir de uma palavra, frase, ou de grandes processos, onde o mesmo possa contribuir significativamente ao objetivo que se esteja buscando alcançar.

De acordo com Orlandi (2000: 21):

Quando exploramos a relação método/objeto há uma segunda passagem metodológica, que se dá entre as técnicas e o objeto de análise. É aí que encontramos a necessidade de operacionalização de conceitos.

Utilizando-se deste procedimento, da análise de linguagem, procuramos explorar na análise, as dimensões *sociais*, baseado num crescimento e orientado pela visão do que é a boa sociedade; *econômicas*, possibilitada por uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado; e, por último, *ambiental ou ecológica*, definição de regras para uma adequada proteção ambiental e o cumprimento das mesmas. A escolha de uma análise da linguagem permitiu a compreensão, neste caso qualitativa, do material coletado, valendo-se desses núcleos de comunicação que possam ligar-nos ao objetivo proposto.

Após a coleta de material da pesquisa, fez-se uma sistematização de idéias iniciais, para as etapas posteriores. Através da problemática de Desenvolvimento Sustentável, partindo de suas diferentes linhas de pensamento, originou-se a proposta de analisar a existência de políticas educacionais voltadas para a sustentabilidade do desenvolvimento da Zona Sul do Rio Grande do Sul, mais especificamente junto às escolas dos municípios de Canguçu e Pelotas.

Para facilitar a leitura do material coletado, o mesmo foi dividido em temas, como forma de organizar a narrativa e melhor proporcionar o debate entre os sujeitos, convertendo em discurso. Foram selecionados os temas conforme as perguntas utilizadas nas técnicas, ficando assim divididos:

- Existência de algum projeto na escola
- Pessoas envolvidas nesses projetos
- Atividades desenvolvidas através dos projetos
- Participação dos pais e a comunidade nas atividades
- Participação da Coordenadoria/SE

- A Educação Ambiental nas atividades escolares
- Mudança de comportamento com relação ao meio ambiente

Os temas acima citados foram desenvolvidos por todos os sujeitos envolvidos que foram citados nas técnicas de coleta de dados, somados aos conceitos e materiais bibliográficos que foram pesquisados no referencial teórico, juntamente com o parecer da autora.

3. REFERENCIAL TEÓRICO: RUMO PARA O PROCESSO DE PESQUISA

O presente capítulo apresenta o referencial teórico sobre o Desenvolvimento Sustentável. Analisando as várias correntes, optou-se por focar a visão ecodesenvolvimentista estudada por Ignacy Sachs que, dos cinco pilares, sendo eles espacial, cultural, social, econômico e ambiental, pelo autor estabelecidos, buscou-se priorizar três dimensões que estão presentes nas demais correntes: o social, econômico e o ambiental.

3.1 Desenvolvimento sustentável e a problemática ambiental

3.1.1 Sobre o desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável

No mesmo momento em que verificamos o desenvolvimento para uns, constatamos o não-desenvolvimento para outros, exemplificando com a má distribuição de renda, saúde precária, educação que não atinge a todos, falta de segurança, necessidades sanadas para alguns, e as não sanadas, para outros.

Nesse sentido, para Souza (2005), é necessário estabelecer a diferença entre os processos de crescimento e de desenvolvimento. O crescimento pressupõe um aumento na produção e na renda de um país, já o desenvolvimento é identificado com transformações qualitativas que ocasionam melhorias nas condições de vida da população.

Ainda conceituando o desenvolvimento, diríamos, de acordo com Souza (2005:7), que:

[...] define-se, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico envolvendo mudanças de estruturas e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais. Ele compreende um fenômeno de longo prazo, implicando o fortalecimento da economia nacional, a ampliação da economia de mercado, a elevação geral da produtividade e do nível de bem-estar do conjunto da população, com a preservação do meio ambiente. [...]

Partindo do conceito de desenvolvimento apresentado, já se consegue constatar a importância da sustentabilidade na ampla busca de satisfazer as necessidades básicas dos seres humanos, sejam elas: alimentação, moradia, vestuário, educação, transporte, saúde e lazer. Porém, como nos coloca Giddens (1991: 29) “as preocupações ecológicas nunca tiveram muito espaço nas tradições de pensamento dos estudiosos em geral (sociólogos, políticos, entre outros)”.

Mas o fio estreito entre as questões ambientais e sociais coloca-nos frente a iniciativas que restabeleçam o que foi e é negado à luta de uma grande parte da população que carece ter suas necessidades saciadas. O Brasil, reconhecido pela má distribuição de renda e pelos desníveis de suas regiões, também teve um desenvolvimento, principalmente o industrial, despreocupado com as questões ambientais. Segundo Young e Lustosa (2001:7):

Isto foi resultado do atraso no estabelecimento de normas ambientais e agências especializadas no controle da poluição; estratégia de crescimento associada à industrialização por substituição de importações, privilegiados setores intensivos em emissão; e da tendência de especialização do setor exportador em atividades potencialmente poluentes

No decorrer dos diversos estágios de crescimento e do desenvolvimento econômico na região, cabe verificar se as devidas precauções foram tomadas, para que não houvesse danos nos recursos naturais e posterior prejuízo socioeconômico. A interação entre o meio ambiente e os seres humanos se dá pela mediação e pela apropriação dos meios de produção e da natureza.

Essa apropriação, se não houver um controle, pode ser feita de forma a prejudicar o meio ambiente, levando a pobreza do mesmo, como encontra-se no CNUMD (1991:39):

A pobreza e a degradação do meio ambiente estão estreitamente relacionadas. Enquanto a pobreza tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental, as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam agravamento da pobreza e dos desequilíbrios

Diante da pobreza, corre-se o risco de perder o pouco que se tem, principalmente no que diz respeito à renda, acesso à escolaridade, saúde e ao meio ambiente.

Buscando considerar o Desenvolvimento Sustentável como um viável caminho, faz-se necessário primeiramente conceituá-lo. O relatório de Brundtland define o Desenvolvimento Sustentável “como aquele que satisfaz as necessidades atuais sem sacrificar a habilidade do futuro de satisfazer as suas” (CMMAD, 1987: 46).

Nas novas relações homem e meio ambiente, segundo May (2003: 8) “não deve existir um limite mínimo para o bem-estar da sociedade, mas buscar um limite máximo de utilização dos recursos naturais, para preservá-los ou conservá-los, dependendo do caso”.

É o Estado que se interpõe entre o mercado e a sociedade, atuando ora como regulador, ora como promotor desses. Essa questão do Estado, mercado e poder foi debatida por Poulantzas (2000:187/188):

A análise do Estado (e do poder) capitalista não pode então resumir-se, em suas relações constitutivas, à economia, ao seu relacionamento com as relações de produção e com a divisão social capitalista do trabalho no sentido geral. Elas se traduzem, em sua reprodução, conforme as fases e estágios do capitalismo, com funções econômicas deste Estado: o conjunto de sua ação – quer se trate da violência repressiva, da inculcação ideológica, da normalização disciplinar, da organização do espaço e do tempo ou da criação do consentimento – está em relação com essas funções econômicas, desta vez no sentido mais preciso do termo. Isso vale mais que tudo, atualmente, para o prodigioso *estatismo* que vivemos.

Retratando assim, a forma atrelada que fica a ação do Estado à do mercado, hoje o mercado seja o condutor do desenvolvimento, agindo o Estado

apenas na organização de ações para minimizar possíveis contrastes que possam surgir. Mas, o resultado deste processo é que a sociedade passa a sofrer intensamente mesmo com a intervenção estatal, para Bekcer (2002:106), em função do

mercado que torna ingovernável uma sociedade inteiramente submetida às suas leis. “O mercado é o estado de natureza da sociedade, mas o dever das elites é fazer dele um Estado de cultura. Na ausência de normas jurídicas, nas sociedades desenvolvidas como nas outras, ele volta à selva, assimila-se à lei do mais forte e fabrica a segregação e a violência

E essa severa forma de domínio dos mercados, faz com que a atividade econômica seja nociva para o meio ambiente. Além disso, muitas vezes essas atividades fomentam a desigualdade das populações, como no caso das multinacionais que se instalam em países em desenvolvimento, degradando socialmente seu povo e seu meio ambiente. Isso não isentando as próprias empresas nacionais que compactuam o mesmo ideal capitalista, voltado apenas para a obtenção de um maior lucro.

Para Daly (2005:1), sobre o crescimento “deseconômico”:

Confiar dessa maneira no crescimento poderia não trazer problemas se a economia mundial existisse em um vácuo, mas as coisas não são assim. A economia é um subsistema da biosfera finita, que lhe dá suporte. Quando a expansão da economia afetar excessivamente o ecossistema circundante, começaremos a sacrificar o capital natural (como peixes, minerais e petróleo) que valem mais do que o capital criado pelo homem (estradas, fábricas e eletrodomésticos). Teremos, então, o que denomino crescimento deseconômico, produzindo "males" mais rapidamente do que bens - tornando-nos mais pobres, e não mais ricos.

3.1.2 Pensamentos e debate

3.1.2.1 Teoria da economia ambiental e desenvolvimento sustentável

Em vista da crescente e grave ameaça que paira sobre os recursos naturais em todo o mundo, surgiu nas últimas décadas um grande preocupação de cunho preservacionista, que culminou em grandes reuniões planetárias, tal como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio em 1992.

Nessa conferência, em seu documento, mais especificamente no artigo 2º, definia a biodiversidade ou diversidade biológica, assunto esse de importância vital na medida que a vida no planeta, e os meios de sobrevivência dependem dela.

Deixando assim de ser abordado sob o aspecto de proteção das espécies e dos ecossistemas, passando para uma abordagem de progresso no caminho para o desenvolvimento sustentável.

O planeta terra é um ser vivo, foi a afirmativa da Teoria de Gaia em 1969, abordada por James Lovelock, pesquisador britânico que, em sua teoria, nos diz que a biosfera é capaz de gerar, manter e regular suas próprias condições de meio ambiente; é a vida do planeta geradora de condições de sobrevivência, e não o contrário. (Lovelock, 2006).

No latim o termo sustentável nos diz *sustentare*, que significa sustenta, agüentar, resistir, amparar ou conservar; ou sustentável é tudo que é capaz de ser suportado ou mantido.

Inclusive a Constituição Brasileira de 1988 conceituou o Desenvolvimento Sustentável:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Como já abordado anteriormente, ao falarmos em desenvolvimento, falamos em progresso, crescimento, melhoria de qualidade de vida, ficando muitas vezes atrelada essa palavra, ao aspecto econômico, o que prejudica uma visão mais ampla, mas holística, que poderíamos chamar de desenvolvimento sustentável.

O PIB (Produto Interno Bruto) ao elevar-se, acaba por ocasionar o crescimento econômico; o desenvolvimento pressupõe além do aumento do PIB, uma melhor distribuição da riqueza: na saúde, na educação, na cultura, na habitação, entre outros. Já no desenvolvimento sustentável, Capra (1982) em sua obra “O Ponto de Mutação”, o conceitua como “aquele que satisfaz as nossas necessidades hoje, sem comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas no futuro”.

Ter o cuidado com a capacidade regenerativa da natureza, pressupõe a garantia de manutenção dos estoques naturais/artificiais, como Moura (2000) definiu que sustentabilidade deve estar ligado, em primeiro lugar, ao uso racional dos recursos, evitando-se desperdícios e adotando-se processos de recuperação e reciclagens. A sustentabilidade poderá ser buscada mediante desenvolvimento de novas tecnologias, procurando-se substitutos mais eficientes para os materiais esgotáveis.

O Programa das Nações Unidas para o Ambiente, CMMAD (1991), o desenvolvimento sustentável pode melhorar a qualidade de vida das pessoas, devendo ser encarado como um objetivo a ser alcançado por todo o mundo, enfatizando a importância da superação das disparidades entre países ricos e pobre como meio de alcançar o sucesso. A busca do desenvolvimento sustentável exige mudanças nas políticas internas e internacionais de todas as nações.

Ainda segundo o programa, os objetivos do desenvolvimento sustentável seria o retorno ao crescimento e o combate à pobreza, que impossibilite as pessoas de satisfazerem suas necessidades básicas, além de utilizarem de forma insustentável os recursos naturais.

3.1.2.2 Ecodesenvolvimento

Põe-se como resposta à crise da ciência, até então estabelecida nas abordagens de fenômenos sociais, ambientais que foram tornando-se complexos com o advento destas questões ambientais, busca a construção do novo conceito, partindo da crítica à visão dos economistas e ao desenvolvimentismo, os quais são denunciados como reducionistas econômicos, enfocando somente a produção e a produtividade econômica sem levar em conta os aspectos sociais e ambientais, sendo colocados como responsáveis pela geração dos problemas sociais.

O conceito veio a se constituir em novo modelo ou padrão normativo, ampliou-se em resposta aos limites das abordagens que não conseguem mais dar conta de entender a realidade em constante transformação, composta de fenômenos sociais mutantes, sem lugar ativo no pensamento científico.

O cálculo econômico e o antropocentrismo levam ao resultado social com o aumento da taxa de crescimento econômico efetivada pela melhoria das condições de vida da sociedade.

Para demonstrar este crescimento, quantificou-se com o conceito de produto interno bruto (PIB), que representa o valor da produção obtida ao longo do ano, mesmo que para isso degrade o meio ambiente e comprometa as possibilidades de produção futuras. “As políticas de desenvolvimento que decorrem dessa posição se reduzem a ações visando ao crescimento da economia, portanto, relacionada a novos investimentos e/ou progresso técnico” (SACHS, 1988).

O ecodesenvolvimento obteve mudanças no movimento ambientalista, Ignacy Sachs difundiu largamente o termo ecodesenvolvimento a partir de 1974. Este significa o desenvolvimento de um país ou região, baseado em suas próprias potencialidades, sem criar dependência externa, tendo por finalidade, “ responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente de recursos e do meio” (SACHS, 1993: 7).

Segundo o mesmo autor, “evocando um novo estilo de vida com valores próprios, um conjunto dos objetivos socialmente e visão de futuro, o ecodesenvolvimento caracteriza-se como um projeto de civilização” (1981: 56).

Entende-se que o princípio da sustentabilidade é o elemento chave para todas as versões do pensamento ambientalista. Por isso os métodos propostos pelos autores para verificar o grau de sustentabilidade dos sistemas humanos constituem-se em instrumental importante para identificar a evolução de uma determinada formação social. Conforme se observa no quadro abaixo.

Tabela 1 - As cinco dimensões do Desenvolvimento Sustentável.

DIMENSÃO	COMPONENTES	OBJETIVOS
SUSTENTABILIDADE SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de postos de trabalho que permitam a obtenção de renda individual adequada (a melhor qualidade de vida; a maior qualificação profissional). - Produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais. 	REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES
SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> - Fluxo permanente de investimentos públicos e privados. - Manejo eficiente dos recursos - Absorção, pela empresa, dos custos ambientais. - Endogeneização: contar com suas próprias forças. 	AUMENTO DA PRODUÇÃO E DA RIQUEZA SOCIAL SEM DEPENDÊNCIA EXTERNA
SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA	<ul style="list-style-type: none"> - Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas. - Prudência no uso de recursos naturais não-renováveis. - Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis. - Redução da intensidade energética e aumento da conservação de energia. - Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos. - Cuidados ambientais. 	MELHORIA DA QUALIDADE DO MEIOAMBIENTE E PRESERVAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS ENERGÉTICOS E NATURAIS PARA AS PRÓXIMAS GERAÇÕES
SUSTENTABILIDADE ESPACIAL/ GEOGRAFICA	<ul style="list-style-type: none"> - Desconcentração espacial (de atividades; de população). - Desconcentração/ democratização do poder local e regional. - Relação cidade/campo equilibrada (benefícios centrípetos). 	EVITAR O EXCESSO DE AGLOMERAÇÕES
SUSTENTABILIDADE CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> - Soluções adaptadas a cada ecossistema. - Respeito à formação cultural comunitária. 	EVITAR CONFLITOS CULTURAIS COM POTENCIAL REGRESSIVO

Fonte: Ignacy Sachs; elaboração: Montibeller

Percebe-se através do exposto até o momento, que a convergência de conteúdo entre o ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável implica o aceite da racionalidade de ambos os conceitos, devendo-se a priori chegar apenas a "... desenvolvimento..." (SACHS,1993: 3), sem o adjetivo sustentável ou o prefixo eco.

Esse autor, numa visão mais crítica, ainda oferece seis princípios básicos sobre o desenvolvimento, que serão utilizados como forma de fundamentar e analisar as dimensões da sustentabilidade:

- 1) satisfação das necessidades básicas;
- 2) solidariedade com as gerações futuras;
- 3) participação da população envolvida;
- 4) preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral;
- 5) elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas;
- 6) programas de educação.

A idéia de Desenvolvimento Sustentável, pela sua complexidade, lança desafios imensos para a realidade hoje vivenciada, principalmente se é legada ao mercado a função de regulador único das ações da sociedade. Por isso, como propõem teóricos desvinculados das idéias capitalistas, para contrapor esta perspectiva, faz-se necessário destacar a importância da sociedade civil e do Estado, pois para Sachs (1986:115), trata-se:

de ajudar a sociedade civil a tornar-se o terceiro sistema de poder, a tomar consciência do seu papel para vir a ser uma entidade por si mesma, a começar a ter voz própria, a impor suas opções plurais; em resumo, reequilibrar a seu favor a relação de forças perante o Estado e as instituições que dominam a vida econômica, sejam elas privadas ou públicas. Isto porque uma constatação banal, e não obstante essencial, salta aos olhos: o desenvolvimento só se pode manifestar lá onde vivem as pessoas, isto é, localmente.

O estabelecer novos padrões de desenvolvimento pressupõe medidas amplas (educação, saneamento, habitação, renda, entre outros tantos indicadores) que devem ser reestruturados, progressivamente, através de políticas sociais. São esses objetivos que a Zona Sul, através de seus representantes públicos e da sociedade civil, deveria perseguir.

Poucos foram os pensadores do século XX que contribuíram de forma desafiadora para entender as relações sociais, tecnológica e ecológica, não acreditando num retrocesso dos povos em relação ao ecossistema, e sim um progresso da humanidade a ponto em que esta civilização poderia dirimir a dívida social a partir do momento em que também diminuísse sua dívida ecológica.

Sachs (2000: 32) acredita que:

O uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, se tivermos consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão solidamente fincadas no ambiente natural...

... Os usos da biomassa seriam otimizados na escolha da combinação certa dos "5-F"(alimento, suprimentos, combustível, fertilizantes e ração animal industrializada), em sistemas integrados de alimentos-energia adaptados à diferentes condições agroclimáticas e socioeconômicas.

Isto tudo tendo sempre como aliada a ciência moderna, na criação de projetos para desenvolverem processos produtivos sustentáveis.

A concepção inovadora de Desenvolvimento Sustentável foi difundida especialmente por Ignacy Sachs, que indica cinco dimensões básicas:

1. Social - distribuição mais eqüitativa da riqueza;
2. Econômica - melhor alocação e gestão dos recursos;
3. Ecológica - alavancada pela restrição do uso dos recursos esgotáveis e em favor da utilização dos recursos renováveis, pela limitação no consumo, pela ênfase nas chamadas tecnologias limpas, além da instituição e fortalecimento dos mecanismos administrativos de proteção ambiental;
4. Espacial - equilíbrio entre a configuração rural-urbana, a escolha de um modelo agrícola menos agressivo e menos excludente;
5. Cultural - defesa dos processos criativos endógenos, da pluralidade de soluções e a valorização das diferentes culturas locais.

Integração e Desenvolvimento Sustentável pressupõem o desenvolvimento econômico e social, na busca da realização plena da cidadania e, portanto, com incremento da produção com competitividade e eqüidade social entre as regiões, contemplando o acesso à infra-estrutura, à saúde, à educação, dentre outros direitos considerados imprescindíveis para o exercício da cidadania.

No contexto, estado do Rio Grande do Sul, devido as diversas regiões que poderiam ser estudadas, escolheu-se a Zona Sul, como já mencionado acima, mais especificamente os municípios de Canguçu e Pelotas, que serão abordados a seguir de forma resumida para um melhor conhecimento de suas características históricas e formadoras de algumas dimensões acima relacionadas.

4 ZONA SUL

4.1 Histórico

A Zona Sul do Estado apresenta uma defasagem histórica em relação a desenvolvimento regional. Para Alonso (2003), esta região teve sua economia baseada na produção agropastoril, fundada na grande propriedade, produzindo para exportação. A produção era representada por poucos produtos como o couro, a carne e a lã e, mais recentemente, o arroz.

Além disso, a grande concentração de terras gerou igual concentração de renda, não desenvolvendo um mercado regional que viabilizasse a ampliação da produção agropecuária e o surgimento de manufaturas para consumo local e para exportação. Alonso (2003) ainda pontua que a Zona Sul não diversificou sua produção, sendo o arroz o último produto importante disseminado na região nos últimos setenta anos.

Quanto à carne e seus derivados, ainda é um produto básico e o progresso tecnológico só emergiu, de fato, na lavoura de arroz, o que, para esse autor, é muito pouco para o desenvolvimento econômico de uma região.

Em 1777, o português José Martins fundou a primeira charqueada num terreno cedido pelo governo. Algum tempo depois, ocorreu a instalação de outra charqueada, esta, às margens do Arroio Pelotas, voltada à exportação do produto. Essa atividade passou a multiplicar-se rapidamente pela região, numa estrutura econômica chamada de regime pastoril, onde as estâncias deixavam de produzir apenas para a subsistência, passando a vender o produto em larga escala.

Pelotas era o município que apresentava as condições mais favoráveis para esse negócio, inclusive contando com o porto de Rio Grande para escoar o

produto. Com o pastoreio em escala, a estância passa a ter um caráter de empresa pastoril.

Em meio a diversas dificuldades sócio-econômicas, inclusive o fim do Banco Pelotense, a atividade charqueadora vai enfraquecendo suas atividades. No Uruguai e Argentina existiam os *saladeros* – nome dado às charqueadas naqueles países - cujo charque adentrava o Brasil com um preço inferior ao gaúcho, pois trabalhavam com mão-de-obra assalariada, divisão de trabalho e qualificação dos trabalhadores. Enquanto no Brasil, 100 escravos abatiam 250 animais, nos *saladeros*, 100 operários abatiam 500 (MARQUES, 1992).

Dentro do “ciclo do charque”, consolidou-se na região da Campanha os rebanhos para o abate, numa rede formada principalmente pelos antigos acampamentos militares, que foram assumindo as funções comerciais e administrativas desse processo produtivo.

Começa, também, na região, a concentração de propriedades e de renda. Ainda no período colonial, eram doadas sesmarias, fazendo com que as estâncias de criação ficassem com milhares de hectares, distanciadas umas das outras por muitas léguas. As cidades eram as responsáveis pela parte do comércio das negociações, havendo um crescimento populacional nos centros urbanos que passa a ingressar em atividades como bens de consumo, beneficiamento dos produtos alimentícios, bebidas, artefatos de couro, curtumes, e outras atividades (MÜLLER, 1998: 35).

Com o passar dos tempos, sente-se uma considerável diminuição de mão-de-obra junto às atividades pecuárias, isso em função do uso do brete, que auxiliava o manejo do gado. Em meados do século passado, houve uma significativa diminuição nas atividades pecuárias do sul. As “charqueadas” passaram a enfrentar os *saladeros* platinos, em desvantagem, pois esses já tinham arraigadas em suas atividades as influências capitalistas, principalmente a mão-de-obra assalariada (MARQUES, 1992).

Uma nova base econômica começa a predominar no Rio Grande do Sul, no formato de uma metade norte mais diversificada, e em ascensão, e uma metade sul de crescimento lento e de pouca variabilidade produtiva. Não se pode negar que o porto de Rio Grande foi atrativo para muitas indústrias que vieram a

instalar-se na região, mas a preferência ficou ainda com a região norte. Já a pecuária de abate e a produção de leite, em função dos rebanhos bovinos, que merecem um destaque nacional, mantiveram-se, apesar do abalo das charqueadas (MARQUES, 1992).

Com a gradual desistência do charque, as grandes propriedades do sul passam a contar com uma nova lavoura mecanizada, o arroz, que iniciou suas atividades nas primeiras décadas do século XX, estabelecendo não só promissor processo produtivo, como também uma dinamização na região. Contava-se, ainda, com lavouras de trigo, soja, e frutas.

Assim, a expansão do capital comercial, significando também o crescimento da atividade agropecuária da colônia, induzia e, mesmo, “exigia uma rápida transformação social” (ALMEIDA, 1992: 55). No início do século XX, o cultivo do arroz dissemina-se em municípios da zona central e do litoral da Lagoa dos Patos, por iniciativa de capitais ligados à pecuária ou ao comércio desses municípios, nos quais predominavam as atividades da pecuária e das charqueadas.

A lavoura do arroz viria a ser a primeira conduzida em moldes capitalistas, como grande lavoura intensiva em capital.

Em função de todo o processo histórico econômico, que tem como destaque a pecuária e a monocultura do arroz, a região acentua sua perda de dinamismo e de desenvolvimento. Mas não se poderia deixar de salientar a influência da colonização alemã e italiana que fizeram parte de diversos municípios da Zona Sul, como exemplo de destaque Canguçu e São Lourenço do Sul.

Por característica e estímulo do governo imperial (MÜLLER, 1998), recebiam pedaços de terra, situadas principalmente nas regiões serranas, e onde as colônias tinham como objetivo elevar a produção agrícola.

Nesses municípios, através da autonomia de seus colonos, ou pequenos produtores rurais, apresentaram um crescimento sustentável baseada na agricultura familiar, tendo nessa atividade a fonte econômica do município, geradora de emprego e renda.

Municípios pertencentes à Zona Sul do Rio Grande do Sul, que abordaremos a seguir, para o esclarecimento de possíveis peculiaridades locais.

4.2 Caracterizando a Zona Sul

Para este trabalho, caracteriza-se Zona Sul, segundo o Banco de Dados do ITEPA/UCPEL/2005²,

a Zona Sul é composta por vinte e um municípios, mas devido aos vínculos econômicos com Pelotas/Rio Grande, mais fortes do que com suas regiões de origem, decidiu-se pela inclusão de mais sete nos levantamentos anuais. Foi o caso de Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Cristal, Hulha Negra, Santana da Boavista e Aceguá. A produção característica, segundo Alonso e Bandeira, 1990, p. 77, “o sul da pecuária e da grande propriedade seria, por sua vez, constituído pelas unidades regionais nº 3 (campanha), nº 6 (Região de Pelotas) e nº 4 (Litoral).

Também a Zona Sul do Estado, de acordo com a Fundação de Economia e Estatística³ (FEE), abrange 21 municípios, porém segundo o Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria⁴ (ITEPA), para fins de pesquisas e, devido aos fortes vínculos econômicos com as principais cidades dessa região, sete municípios foram incluídos a este levantamento, o que totaliza 28 municípios. Essa região do estado possui uma área de 35,8 mil km² e uma população de pouco mais de um milhão de habitantes⁵. A Zona Sul é parcela da chamada Metade Sul do Estado que, há décadas, caracteriza-se por baixo dinamismo econômico.

Atualmente, existem diversas iniciativas com o objetivo de acelerar o crescimento da economia da Zona Sul, seja expandindo e modernizando seus setores tradicionais - como a agroindústria - como também diversificando a matriz econômica, com a introdução de novas atividades, inclusive indústrias de base tecnológica, com alto valor agregado.

²Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria/Universidade Católica de Pelotas.

³Conforme a FEE, a Zona Sul é composta pelas cidades: Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares, Turuçu.

⁴O ITEPA inclui as cidades: Aceguá, Bagé, Candiota, Caçapava do Sul, Cristal, Hulha Negra, e Santana da Boa Vista.

⁵FEE, Porto Alegre: 2003.

A Zona Sul tem potencial para concretizar essa evolução, uma vez que dispõe de boa infra-estrutura de transporte, com diversas rodovias federais, aeroportos (o de Pelotas é internacional) e o superporto de Rio Grande, que possui ligação ferroviária com a região central do Estado.

Nessa região, também encontram-se diversas instituições universitárias e Unidades da EMBRAPA, formadoras de recursos humanos altamente qualificados e com importante produção científica, voltadas para a solução dos problemas regionais.

A Universidade Federal de Pelotas, por exemplo, executa Programa de Desenvolvimento Regional, como projetos sobre o genoma do arroz, piscicultura e fortalecimento das cadeias produtivas, inclusive a produção integrada de pêssego.

Estão em pleno andamento importantes programas de desenvolvimento de fruticultura - inclusive para a fabricação de vinhos finos - e da ovinocultura, com produção de carnes especiais. Além disso, elaboram-se grandes projetos de criação de um pólo florestal/moveleiro, cerâmico e pescado, além da industrialização e exportação de rochas ornamentais. O complexo agroindustrial da Zona Sul - que é o principal - abrange os setores de arroz, frutas, legumes, cereais e pecuária de corte e leite.

Diante de todo esse potencial, torna-se difícil compreender o baixo dinamismo econômico apresentado por esta região, o que caracterizou em diversos setores a insustentabilidade acima esclarecida, geradora da pobreza de sua sociedade civil.

Também em países, bem como em regiões, onde a pobreza acaba por intensificar-se em função da má distribuição das terras ou da renda, como é o caso da região sul, os problemas se agravam quando há o crescimento populacional e o apelo por maior quantidade de produtos para consumo. Muitos agricultores de subsistência acabam por transferirem-se para terras com baixa qualidade e, o principal fator agravante, passam a aplicar técnicas "insustentáveis".

Spolidoro, Fischer & Paixão (2002) afirmam que faltam teorias adequadas para fundamentarem o desenvolvimento regional. Segundo os autores, há

necessidade de um inter-relacionamento entre pessoas, instituições, estudos em conjunto e ações articuladas - uma verdadeira escola de pensamento e ação - para promover a união de forças da sociedade e a inovação em todos os setores.

Sachs (2004), em seus escritos, coloca-nos a importância de combinar as questões sócio-econômicas com a ecologia. E esta união é o objeto deste estudo, tendo como cenário a Zona Sul, região que viveu períodos de grandes conquistas que, por outro lado, levam a inúmeros questionamentos. Até que ponto esses processos de desenvolvimento foram distribuídos entre todos? Que conseqüências sociais trouxeram? Houve custos ambientais?

Para responder a estas questões, talvez seja importante retornar um pouco no tempo, analisando fatos históricos da região sem, no entanto, deixar de estabelecer o desenvolvimento capitalista como um processo que auxilia no abismo das diferenças de renda no território que se analisa. Para Nali (2005, 236):

O desenvolvimento capitalista nos países desenvolvidos baseou-se no crescimento da renda e na concorrência do mercado, obrigando as pessoas a se dedicarem ativamente ao trabalho e as empresas a aumentarem sua produtividade, mediante pesquisa tecnológica. Nos países subdesenvolvidos, esse sistema tem dificuldades de se implantar, porque as condições sociais que permitiriam à população obter maior participação na renda real são desfavoráveis. A demanda do mercado mundial em expansão tem produzido impactos em um número muito reduzido de setores. As economias dos países subdesenvolvidos tendem a ser muito especializadas e a produtividade apresenta-se muito baixa. Há uma dificuldade de ajustamento e de flexibilidade pela ausência de um setor de bens de capital.

Num exemplo de menor contexto, temos a Zona Sul, que se encontra fragilizada devido à baixa participação de uma grande maioria em uma renda substancial, que faz da região o terceiro lugar nesse quesito, com relação às outras regiões do Estado.

Para não incorrer numa ampliação do tema, escolhemos na Zona Sul, as cidades de Pelotas e Canguçu, para conhecermos um pouco dessas duas localidades que irão ser, durante a pesquisa, mais detalhadamente analisadas, estabelecemos abaixo, resumidamente, alguns aspectos considerados importantes.

4.2.1 Canguçu

Conforme o site oficial da Prefeitura Municipal, o município de Canguçu foi o 22º município criado no Estado, no dia 27 de junho de 1857. De perfil altamente produtivo, é um município essencialmente agrícola e com um diversificado setor primário. Também, conforme informações do site, é o maior condomínio de pequenas propriedades do país, passando a ser chamado de Capital Nacional da Agricultura Familiar, com aproximadamente 60% de sua população morando na zona rural.

A agricultura é um ponto forte do município (policultura): produção de pêssego, milho, feijão, batata, cebola, soja e fumo, entre outros, além das atividades de criação, onde tem o maior destaque a carne bovina de corte, ovina, também suínos, aves e leite.

Pode-se considerar o setor industrial reduzido, onde há o predomínio de transformação de produtos primários, pequenas indústrias de conservas, tijolos, fumo, botas, canos, extração de pedras (construção), pavimentação, moirões, carpintarias, moinhos coloniais entre outros, como micro-empresas de alimentos, vestuário, alimentação (caseira).

O comércio é bastante diversificado.

Sua população, em 2005, era de 57.924 habitantes, conforme a FEEE, onde destes, 34.888 vivem no meio rural, e na zona urbana, 23.036.

Os primeiros colonizadores foram os açorianos. Segundo Bento (Conhecendo Canguçu, 2007; p. 1) “o afluxo de açorianos para povoar Canguçu é procedente do Povo Novo e da Colônia do Sacramento”. Mas, efetivamente, seu povoamento ocorreu em 1780 devido às charqueadas em Pelotas e a Real Feitoria do Linho-Cânhamo (funcionou com escravos vindos do Rio de Janeiro).

Mais tarde, vieram os italianos e os alemães que se dedicaram principalmente à agricultura.

A cidade de Canguçu está assentada em um nó orográfico, onde numa altitude em torno de 500 metros, nascem cursos d'água que deságuam nos rios Piratini e Camaquã e na Lagoa dos Patos.

O município tem ao norte Encruzilhada do Sul e Amaral Ferrador, ao Sul o município de Cerrito, ao Leste tem Cristal, São Lourenço do Sul e Pelotas, ao Oeste fica Piratini e ao Sudeste, o município de Morro Redondo.

Segundo Bosenbecker (Conhecendo Canguçu, 2007; p. 40) a educação, no início, era de responsabilidade total das famílias. Com o tempo, a preocupação segundo ainda Bosenbecker (Conhecendo Canguçu, 2007), de proporcionar uma formação geral e integral (físico, intelectual, social e religiosa) para seus filhos, fez com que as pessoas sistematizassem as atividades, de forma a mobilizar inclusive as comunidades religiosas, surgindo com o tempo as escolas públicas e também entidades assistenciais voltadas para a educação.

O atendimento da zona rural do município foi estabelecido através de pequenas escolas nos pontos considerados estratégicos. O que no início eram poucas, com o passar dos anos foram aumentando consideravelmente, chegando ao número de duzentos e vinte escolas, o que onerou as divisas do município. Por esse motivo, reduziram-se.

Hoje, ao lado das escolas municipais, existem também escolas estaduais, ligadas a 5ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação) em Pelotas. Também funcionam algumas escolas particulares ligadas a comunidades religiosas, escolas estas que contribuíram muito para o desenvolvimento do município, mas que foram com o tempo perdendo espaço para as escolas públicas.

4.2.2 Pelotas

Conforme o site oficial da Prefeitura Municipal, o município de Pelotas é o maior produtor de pêssego para a indústria de conservas do país, além de outros produtos como aspargo, pepino, figo e morango. O município responde por aproximadamente 28% da produção de arroz do Estado, 10% da produção de grãos, 16% do rebanho bovino de corte e detém a maior bacia leiteira, com a produção de 30 milhões de litros/ano, além de possuir expressiva criação de cavalos e ovelhas (28% do rebanho e eqüinos e 30% da produção de lãs).

Na indústria, os serviços avançados de montagem de estruturas, transporte e logística têm uma condição competitiva especial. A diversidade da

matriz econômica também se dá pela presença da indústria têxtil, metal mecânica, curtimento de couro e de pele, panificação e outras.

A cidade é um grande centro comercial, atraindo habitantes de toda a região para a suas modernas galerias, calçadões e o comércio nos bairros. Possui 7.507 estabelecimentos, incluindo lojas, agências bancárias (38), seguradoras, casas de câmbio e empresas de transporte (329), que ocupam aproximadamente 60% da população ativa.

O município conta com 323.034 habitantes, sendo que 300.952 habitantes estão na zona urbana e 22.082 habitantes, na zona rural.

Pelotas está situada às margens do Canal São Gonçalo, que liga as Lagoas dos Patos e Mirim, as maiores do Brasil. As bacias contribuintes de ambas recebem 70% do volume de águas fluviais do Rio Grande do Sul. Esta localização tem importantes reflexos sobre aspectos físicos e econômicos do município.

Pelotas situa-se na confluência das rodovias BR 116, BR 392, BR 471, que juntas fazem a ligação aos países do Mercosul e a todas as capitais e portos do Brasil. Está localizada a 250 Km de Porto Alegre, a 135 da fronteira do Uruguai, por Jaguarão, a 220 km, pelo Chuí, e a 600 km da fronteira da Argentina.

O Porto de Pelotas está localizado à margem do Canal São Gonçalo, que liga as lagoas dos Patos e Mirim. Possui três armazéns alfandegários, com 6000 m² de área coberta para armazenagem de carga e um terminal de carvão mineral, com 5.000m², além de um terminal particular. O porto é dotado de cais acostáveis de três berços, com extensão total de 500 metros e calado de 19 pés. Integra o complexo portuário do Rio Grande do Sul, formado pelos portos de Rio Grande (marítimo), Porto Alegre, Pelotas e Cachoeira do Sul (fluviais), além do entroncamento rodoferrohidroviário de Estrela, no rio Taquari.

O sistema hídrico de Pelotas é formado pelo Arroio Pelotas, Canal São Gonçalo e Lagoa dos Patos, considerada a maior lagoa de água doce do mundo e com enorme potencial econômico e turístico. O Canal São Gonçalo é navegável em toda a sua extensão e constitui-se como ligação entre as Lagoas dos Patos e Mirim. Esta última é um importante reservatório de água doce, também localizada na Zona Sul, a exemplo da Lagoa Mangueira.

O município de Pelotas pode-se considerar um centro de referência em educação, sendo atendido por universidades (federais e particulares) escolas profissionalizantes (federais e estaduais), educação básica (estadual e municipal). Exporta mão-de-obra qualificada para todos os cantos do país, e inclusive exterior.

Através dessa síntese de dados dos dois municípios acima elencados, possível questionar sobre o debate de medidas que possam surgir através de políticas educacionais, numa tentativa de consolidar a importância de conservação/preservação do meio ambiente, e outros elementos do desenvolvimento sustentável.

5 DEMANDAS PARA POLÍTICAS EDUCACIONAIS

5.1 Políticas sociais

A política define-se por:

- ... a arte de conquistar, manter e exercer o poder, o governo (BATH, 1992)
- ... é a ciência moral normativa do governo da sociedade civil (LIMA, 1956: 136).

Como forma de representar os interesses de alguns segmentos da sociedade civil, surgiu a política, estabelecendo um poder para satisfação de seus objetivos, mediados pelo Estado. Já a Política Social, evidencia-se, segundo Gómez (2002: p.29), como “la política que pretende asegurar la continua consecución de los fines de la sociedad”. Ou seja, objetiva num sentido amplo e aristotélico a preocupação pelo bem comum.

Mas poderíamos dizer que, não só no âmbito do Estado, como Governo ou mesmo a Sociedade, devem emergir as Políticas Sociais, mas também através dos grupos ou formações sociais, como no caso das famílias, das comunidades, das associações de diversas naturezas. De todas as formas possíveis deve ser buscado o interesse mais amplo e público, através das políticas públicas/sociais.

O ministro brasileiro Patrus Ananias, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (2008):

As políticas sociais devem, assim, ser implementadas como políticas permanentes e integradas, que acompanhem as demandas da população à medida que a sociedade evolui, e não como medidas limitadas e paliativas direcionadas a soluções pontuais de problemas específicos.

Nesse sentido, surgem as políticas sociais que passam a assumir o indispensável papel de redistribuir, ou até de transferir renda, para tentar amenizar os efeitos que a pobreza ocasiona. Para Santos (1989; p.58), as políticas podem ser classificadas em:

... *política compensatória* visa remediar problemas gerados em larga medida por ineficientes *políticas preventivas* anteriores. À luz dos elementos que definem as ações no âmbito do mercado de trabalho, acredita-se que programas dessa natureza estariam melhor classificados nas chamadas *políticas preventivas*. Basicamente, porque a classificação usada pelos estudos do mercado de trabalho classifica as *políticas em ativas* (manutenção do emprego, promoção do emprego, estímulo às atividades e formação profissional) e *passivas* (indenização ao desempregado e estímulo à aposentadoria). Sendo assim, o fato de classificá-la em uma outra área também implica na forma de sua avaliação.

Políticas sociais podem ser propulsoras de um desenvolvimento local sustentável. Na sustentabilidade, não se avalia apenas o desenvolvimento em dimensões isoladas, mas a relação dessas variáveis num contexto mais amplo, em conjunto. A renda (dimensão econômica), por exemplo, não nos interessa “apenas” determiná-la isoladamente, mas sim de que forma ela relaciona-se com outras (saúde, educação, saneamento), também sua distribuição, as desigualdades, a pobreza, entre outros aspectos.

Para o Ministro Patrus Ananias (2008):

A concepção de desenvolvimento, assumida em sua integralidade, apresenta-se como um projeto de nação. Parte da sua dimensão ética de formação de pátria, de noção de pertencimento, que implica a garantia dos direitos constitutivos da cidadania. Além dessa dimensão – que por si só seria uma justificativa suficiente para sua existência – as políticas sociais têm efeitos positivos sobre a economia. Essas políticas incorporam novas pessoas ao mercado interno e formam cidadãos que, ao consumirem e ao terem oportunidades de inclusão produtiva, dinamizam a economia. Existem diversas evidências de que o investimento no atendimento a necessidades humanas básicas melhora a produtividade e o crescimento econômico, ampliando o retorno dos investimentos. Para potencializar os efeitos desse investimento, temos de continuar avançando na integração das políticas e ações públicas.

A visão das dimensões que concebem um desenvolvimento amplo e fundamentado na garantia de atender as necessidades básicas, através de políticas sociais, é o caminho buscado pelo país em suas ações. Não deixando de destacar, no sentido de construir Políticas Sociais, para Caccia Bava (2002: 10):

A pergunta é: como, por quê e por quem são construídas essas agendas sociais as quais passam a ser balizas para governos e entidades da sociedade civil organizada? Atualmente reconhece-se a necessidade de recuperação e desenvolvimento de análises críticas da realidade social que produzam alternativas. A questão dos paradigmas do desenvolvimento e de pensar novas estratégias para enfrentar realidades mais complexas [...] em muitos casos será necessário reconceituar os temas, independentemente dos marcos utilizados pelos modelos existentes [...] há temas que são tratados isoladamente do seu contexto, como o da pobreza; outros que desapareceram da agenda social e que precisam ser retomados, como o da concentração da riqueza ou das estruturas nacionais e regionais de poder.

Dentro ainda dessa realidade, Rico (2001: 120) destaca:

Essa dramática condição socioeconômica reflete-se nos indicadores de concentração de renda, na enorme heterogeneidade social e regional, no desenraizamento da população pobre, nas formas precárias de inserção no mercado de trabalho, como os baixos salários, o desemprego, os empregos temporários, a alta rotatividade, a assustadora e crescente informatização etc.

Através de possíveis políticas públicas, implantadas pelo poder público, desafios são lançados para tentar amenizar as difíceis realidades que possam surgir, frutos das condições acima mencionadas, mas é importante salientar a opção por políticas estruturais, que possam modificar e manter uma realidade a longo prazo, e não, políticas compensatórias, que auxiliam momentaneamente, de modo vulnerável, os problemas diagnosticados.

A adaptação aos novos mercados de trabalho e os avanços tecnológicos, gera a necessidade de novos desafios das políticas sociais voltadas à educação. Políticas Educacionais levando nesse processo de evolução a promoção, na esfera educacional, o desenvolvimento de estratégias específicas para as

demandas modernas, principalmente no que diz respeito às questões ambientais e a sustentabilidade.

5.2 Políticas educacionais

Dentro de uma perspectiva que ultrapassa ao processo de promover a aprendizagem, a educação deve estar sempre sendo discutida, pois ela se processa para as pessoas desde o nascimento e acompanha durante toda a vida. Conseqüentemente, as Políticas educacionais devem ser políticas que visem o transporte, a renda, habitação e, entre tantos outros, a sustentabilidade.

O objetivo das Políticas educacionais é de estabelecer junto ao processo pedagógico, um cidadão ou sujeito capaz de refletir sobre seus atos, prepará-lo para a vida.

Também gerir conhecimentos sobre formas de produção sustentáveis seriam situações contornáveis, se houvesse políticas educacionais que incluíssem esse tipo de conhecimento em seus planos pedagógicos. Para Delors(2005:159):

...uma educação fundamental renovada, para poder proporcionar às gerações futuras a capacidade – de promover mudanças fundamentais que serão indispensáveis ao progresso e ao bem-estar da humanidade no século XXI.

Estabelecer um comprometimento pedagógico pressupõe o entendimento da real necessidade econômica, social e ambiental com que deve ser estabelecido um processo de desenvolvimento. Diante dessa situação, temos, de um lado, regiões pobres que deterioram o meio ambiente para sobrevivência de sua população e, de outro, regiões ricas que acabam por arruinar a natureza em função do padrão de consumo de uma sociedade industrial.

Assim, busca-se um caminho que reestruture essa realidade, sem que as medidas de sustentabilidade ou os processos de crescimento pareçam utópicos.

Poderíamos dizer que a educação no Brasil, depois de 1990, perpassando pelas posições liberais, iniciou um processo de menosprezo ao ensino público. Como forma alternativa de transpor essa realidade, o ensino

privado passou a uma crescente atuação, em substituição ao que seria um direito de todos: a educação.

O Estado Mínimo tornou-se um fato, para Frigotto (1995: 59):

As posturas político-práticas [...] encontram sua expressão mais geral na tese do Estado Mínimo e na descentralização (autoritária). Na realidade, a idéia de Estado Mínimo significa o Estado máximo a serviço dos interesses do capital. Postula-se que o Estado máximo reproduz a força de trabalho com um nível elevado de capacidade de abstração – formação polivalente – para tomar decisões complexas e rápidas, o que leva tempo e elevado investimento, mas sem contribuir para o fundo público. Esta contradição decorre, por certo, da forma parcial com que a burguesia apreende a realidade social.

Passa a educação por uma reestruturação pedagógica, onde os interesses do mercado são prioridade, gerando uma nova perspectiva de formação, ou seja, um homem voltado para atender os novos perfis do mercado de trabalho globalizado.

No entanto, a educação ou o conhecimento são componentes básicos para o exercício consciente da cidadania. Uma educação para a cidadania, necessário seria termos componentes curriculares que contemplem a sustentabilidade, isto é, educar para a sustentabilidade. Segundo Rico (2001:56):

A educação é, hoje, requisito tanto para o pleno exercício da cidadania como para o desempenho de atividades cotidianas, para a inserção qualificada no mercado de trabalho e para o desenvolvimento econômico e, também, elemento essencial para tornar a sociedade mais justa, solidária e integrada.

Daí, decorre a importância de programas educacionais, voltados a educar para a sustentabilidade, através da prática diária, estabelecida pelos professores nos bancos escolares.

Configura uma educação voltada para preparar o educando no exercício da cidadania, e onde encaminha-o a refletir sobre o fio muito estreito que tem, de um lado a produção, desenfreada às vezes; e do outro, o controle efetivo do meio ambiente, onde são respeitados os tempos necessários de recomposição dos recursos naturais, bem como o não-uso de substâncias tóxicas, entre outros tantos aspectos, e que deveriam ser elucidados nas escolas e universidades.

5.3 Prática e programas/projetos do Estado do Rio Grande do Sul

O sistema educacional do Estado do Rio Grande do Sul tem apresentado algum interesse, relativo às questões ambientais, como nos coloca através do “Plano Estadual de Educação”, que tem em seu artigo 251, da Constituição Estadual, semelhante à Constituição Federal “todos têm direito ao meio ambiente, ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e restaurá-lo para as presentes e futuras gerações, cabendo a todos exigir do Poder Público a adoção de medidas nesse sentido”.

Ainda, no parágrafo 1º, inciso IV, como forma de “assegurar a efetividade desse direito”, incumbe o Poder Público de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente”.

O que está em consonância com Ferreira (2007: 20):

“... a evolução e exploração dos recursos naturais pela atividade humana gerou o atual quadro de entropia... E neste sentido, há de se discutir as políticas públicas internas dos Estados em favor do Desenvolvimento Sustentável”.

E nessa perspectiva, num demonstrativo de preocupação por essa realidade, o **Plano Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul** (SEC, 2003:12), em relação à Educação Ambiental: “o conhecimento não pode ser construído isolado da realidade sócio-histórica, pois a vida no espaço e no tempo resulta das relações de causa e efeito. Ele deve ser sustentado pelos quatro pilares da educação”:

- * aprender a *Conhecer* as noções básicas relacionadas ao ambiente;
- * aprender a *Fazer*, através do desenvolvimento de ações pedagógicas;
- * aprender a *Conviver*, discutindo e elaborando propostas coletivas;
- * aprender a *Ser* na sensibilização, na cooperação, na solidariedade e na participação. (Emenda do Plano Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul).

Todavia, para Prado (2000:42), “o fazer pedagógico deve partir da conjunção da aprendizagem e da vida cotidiana, tendo em vista a cidadania ambiental e a cultura da sustentabilidade”, mas salienta-se a complexidade do tema sustentabilidade, para o Plano Estadual de Educação (2003:84 e 85):

Dentro dos objetivos e metas da Educação Ambiental teríamos:

[...]

- Definir e criar políticas públicas voltadas à formação continuada dos profissionais da educação, através de parcerias, por meio de cursos de aperfeiçoamento, extensão e pós-graduação, na área ambiental.
- Incentivar o desenvolvimento de pesquisas e projetos relativos à temática ambiental com ênfase na problemática local e regional e nas suas inter-relações com questões nacionais e globais.
- Desenvolver ações de Educação Ambiental que contemplem atividade de preservação, conservação e recuperação de recursos hídricos, fauna e flora, através de parcerias.
- Promover parcerias e convênios interinstitucionais como alternativa para a realização de projetos e eventos de Educação Ambiental voltados à formação e à atualização de educadores, demais profissionais e agentes sociais e comunitários oriundos da sociedade civil organizada.
- Firmar, no prazo de um ano parcerias e convênios, com a secretaria do Estado da Educação, da Saúde, do Meio Ambiente e da Agricultura do Estado e dos municípios, através de suas regionais, e com instituições de ensino superior para o desenvolvimento de um programa de formação continuada em Educação Ambiental, dirigido a profissionais de educação da rede pública estadual de ensino ...

O pessimismo que ronda o assunto meio ambiente é fato real, mas muitos caminhos podem e devem ser abertos para obter-se um futuro diferente e melhor. Um mundo solidário, com novas estruturas econômicas, políticas, científicas e espirituais, também deve ser buscado. E nesse sentido, são necessárias algumas mudanças em termos pedagógicos, inclusive para atender o que está expresso no PEE.

5.3.1 Educação ambiental

5.3.1.1 Educação ambiental x desenvolvimento sustentável

O CEA/MEC (1997) entende que:

na medida em que a tomada de consciência para as questões ambientais cresce, a Educação Ambiental desenvolve-se e se concretiza, objetivando cumprir seu papel de imprimir a devida sustentabilidade para o desenvolvimento econômico, promovendo qualidade de vida no Planeta.

Diante dos diferentes entendimentos apresentados, a proposta do Desenvolvimento Sustentável representa um desafio para aqueles que desejam atuar no campo da Educação Ambiental, haja vista a proposta de rompimento com os paradigmas sociais, produtivos e científicos que necessitam ser superados.

Apesar de sua importância ser largamente reconhecida, a Educação Ambiental, no Brasil, conta com poucos recursos didáticos. Ressalte-se o importante referencial de conceitos bastante profundos da publicação *Cadernos de Educação Ambiental – Conceitos para se fazer Educação Ambiental*, a qual fornece a seguinte contribuição para a prática da Educação Ambiental e visando sintetizar alguns conceitos básicos sobre a Educação Ambiental, para Medina (1993:32):

Concebe-se a Educação Ambiental como processo no curso do qual o indivíduo vai assimilando conceitos e interiorizando atitudes,(...) que lhe permitam compreender e avaliar as relações de interdependências estabelecidas entre a sociedade em que vive e seu meio biofísico(...) como para atuar em consonância com a análise efetuada. Pode-se inferir com clareza que Educação Ambiental nada mais é que Educação, recuperando o sentido original da Educação, como processo que permite ao homem dotar-se em e para a transformação do mundo. Neste sentido, esta forma de entender a Educação Ambiental implica necessariamente, na análise dos diferentes estilos de desenvolvimento, como eixo teórico, desde o momento que não é possível separar a compreensão dos estilos educacionais, isolados das modalidades históricas do desenvolvimento da humanidade em seu conjunto. A educação ambiental representaria hoje, em nossa concepção, a modalidade que a educação deve adotar, como variável necessária, mas não suficiente, para criar e consolidar uma opção de desenvolvimento sustentável adequada à realidade ecológica e sócio-ambiental nos países do Terceiro Mundo.

Ainda para Medina (1993: 41), a Educação Ambiental seria uma forma de o homem refletir sobre suas atitudes frente ao meio ambiente, reflexões essas que possam transformar-se em mudanças de comportamento, diante dos processos produtivos, bem como dos apelos de um consumo exacerbado.

Segundo Oliveira (1998:19), a Educação Ambiental busca:

um novo ideário comportamental, tanto no âmbito individual quanto coletivo. Ela deve começar em casa, ganhar as praças e as ruas, atingir os bairros e as periferias, evidenciar as peculiaridades regionais, apontando para o nacional e o global (...) precisa necessariamente revitalizar a pesquisa de campo, no sentido de uma participação pesquisante, que envolva pais, alunos, professores e comunidade. É um passo fundamental para a conquista da cidadania”.

Para Guimarães (1995:69), são ressaltados os seguintes princípios básicos necessários à prática da Educação Ambiental e das diretrizes do planejamento participativo:

As pessoas envolvidas nesse processo terão um verdadeiro exercício de cidadania, uma participação ativa na elaboração teórica e prática das ações para a superação dos problemas diagnosticados. Simultaneamente, essas ações estarão comprometidas com a realidade ambiental do local em que se vivencie esse processo.

Concorda-se com o autor, que esta prática deve ser essencialmente participativa: professores, alunos, segmentos comunitários, agentes sociais de uma prática social em que cada um contribua com o seu saber local acumulado, sua visão de mundo e suas expectativas, aflorando contradições e dessa forma facilitando a compreensão e a atuação integral e integrada sobre a realidade vivenciada. Portanto, a prática dialógica e participativa propicia, segundo Guimarães (1995), a “ação pedagógica direcionada de forma a se integrar dialeticamente ao concreto do educando, buscando transformá-lo”.

Acrescente-se, ainda, que um planejamento participativo não se concretiza sem que o educando esteja motivado a abrir-se. A vontade, o querer, é dele. As técnicas de sensibilização podem ajudar a estimular e até despertar o

indivíduo para as questões ambientais, mas para um processo de mudança de situação, é necessário respeitar os conhecimentos do educando enquanto sujeito pensante.

É essencial, saber ouvir, acolher e valorizar suas contribuições. Acredita-se que somente através do resgate da dignidade humana, o educando deixará de ser objeto da ação para se tornar também sujeito da ação.

Para Paulo Freire(1983:53):

(...), a educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que, de maneira consciente ou midificada, tem sido uma prática de dominação. A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica, formando-se assim, um cidadão emancipado e não domesticado.

Estudos realizados pelo MEC apontam três grandes áreas para a prática da Educação Ambiental, a saber: Educação Formal, Educação Não-formal e a Educação Informal (BOVO, in MEC, 2007):

a) formal é aquela que se desenvolve nas escolas, de acordo com um currículo oficial, seguindo diretrizes do MEC;

b) não-formal direciona-se às comunidades, cujos objetivos maiores são melhorar a qualidade de vida das populações e o fortalecimento da cidadania;

c) informal, como o nome diz, é aquela transmitida informalmente, por exemplo, através dos meios de comunicação e cujos materiais devem ser avaliados criticamente, antes da divulgação, evitando assim a visão parcial ou unilateral da questão ambiental.

Ainda segundo o MEC, afirma o autor Guimarães (1995), a Educação Ambiental só é eficiente quando trabalha as três esferas ou domínios:

a) esfera cognitiva - é o campo do conhecimento onde a pessoa recebe as informações básicas sobre os temas que estão sendo trabalhados, sobre a área natural e o mundo construído pelo ser humano;

b) esfera afetiva - simbolizada pelo amor à mãe natureza, recomenda-se a aplicação de técnicas de sensibilização e aproximação das discussões das

questões ambientais. Em outras palavras, identificar-se e sentir-se parte integrante da natureza.

c) domínio técnico - para exercer o Desenvolvimento Sustentável, não bastam as informações teóricas, ou gostar da questão. Devem-se conhecer formas para transformar a teoria em prática, através da transmissão de conhecimentos.

Também é sabido que a Educação Ambiental, por si só, não é uma condição suficiente para modificar problemas ambientais, no entanto, é condição necessária para provocar as transformações pretendidas, através da união de esforços de todos os atores sociais na busca de paradigmas voltados a um desenvolvimento sustentável que deveriam ser adotados.

O Desenvolvimento Sustentável por se tratar de uma idéia, a qual, além de comportar vários entendimentos, também sofre contestações no plano conceitual, ideológico e político. Não deve ser encarado como um axioma, ou seja, uma proposição evidente em si mesma. Portanto, à Educação Ambiental não cabe ensinar Desenvolvimento Sustentável, mas problematizar limites e possibilidades, para a construção de um mundo socialmente justo e ambientalmente saudável.

5.3.1.2 A educação ambiental e suas implicações no Rio Grande do Sul

A partir do Plano Estadual de Educação passamos a verificar escolas implantando, através de projetos ou programas, principalmente, formas de gestar ações voltadas ao meio ambiente. Como exemplo, temos o caso do PEAC, Programa de Educação Ambiental Compartilhado, primeira parceria público-privada, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, e que segundo Carvalho, (2006:28), “vem atingindo resultados significativos quanto a seus objetivos e metas”.

Ainda segundo Carvalho (2006:5):

O PEAC conta com o apoio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, da Secretaria Estadual da Educação e tem, também, diversas comunidades engajadas nessa nova visão de atitudes relativas aos ecossistemas, ao ambiente e também aos recursos naturais, numa tentativa de visualizar um futuro próximo e conseqüente melhoria na qualidade de vida das pessoas, como nos esclarece.

Através das afirmativas acima colocadas, verificamos o interesse conjunto da iniciativa pública e da sociedade civil na busca de uma perspectiva de Desenvolvimento Sustentável, a partir da educação.

5.3.2 Projeto Escola Aberta para a Cidadania

Como ainda nos afirma Carvalho (2006: 6), existe o Projeto Escola Aberta para a Cidadania, da Secretaria da Educação do Estado, através do Programa de Educação Ambiental Compartilhado - PEAC, faça-se a ressalva que ambos são conhecidos pela mesma sigla, visa contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população e com a conservação do meio ambiente, e que deve continuar a encontrar caminhos para promover e fortalecer processos participativos, buscando o desenvolvimento de ações coletivas que almejam o bem-estar de todos.

O PEAC (Programa de Educação Ambiental Compartilhado) é um programa que atinge cerca de 165 comunidades escolares e cerca de 50 mil pessoas. Por intermédio desse programa, outros tantos são desencadeados, visando à contribuição para a construção de uma sociedade sustentável.

O Estado do Rio Grande do Sul, segundo Carvalho (2006: 31), é referência nacional em ações de preservação ao meio ambiente. Através da participação das Coordenadorias Regionais de Educação - CRES, tem sido colocadas em prática vivências como as citadas acima, Seminários, Projeto Escola Aberta para a Cidadania, entre outros, envolvendo diretores de escolas, professores, alunos e a comunidade.

Ainda observa Carvalho (2006: 34):

Todos os programas educacionais necessitam de um Desenvolvimento Sustentável e, como tal, o Projeto Escola Aberta para a Cidadania apresenta todos os requisitos indispensáveis para se tornar uma política pública de Estado, como pode ser verificado pelo interesse das empresas privadas em colaborar efetivamente com o PEAC.

Assim como as diversas regiões do Estado, a Zona Sul, para a Secretaria de Educação, é representada pela 5ª Coordenadoria Regional de Educação. A 5ª CRE coordena 18 municípios, aproximadamente 141 escolas, 5.000 professores, 1.000 funcionários e 67.793 alunos (conforme informações do Censo Escolar de 2006). Isto demonstra um potencial para ação, em busca de promover a sustentabilidade.

A 5ª Coordenadoria Regional de Educação, a exemplo de outras, também participa do Projeto Escola Aberta para a Cidadania, implantado no Estado em dezembro de 2003, tendo na cooperação técnica a Unesco, objetivando “promover o desenvolvimento de uma cultura de paz na rede estadual de ensino”.

O Projeto Escola Aberto para Cidadania envolve a abertura das escolas no finais de semana, desenvolvendo atividades sócio-culturais e esportivas, que priorizem o protagonismo juvenil, a integração com as famílias dos alunos e a comunidade, ocasionando uma diminuição nos índices de violência e contribuindo para o exercício da cidadania na sociedade gaúcha.

Segundo informações junto à 5ª CRE, Setor Pedagógico, as escolas são convidadas a participarem, tendo a liberdade de aceitarem ou não. Mas existem critérios para a abertura de vaga junto as CRÊS, que seriam: escolas em zonas vulneráveis, com problemas socioeconômicos e que atinjam comunidades que tenham dificuldades na realização de atividades culturais devido a falta de espaço físico.

O Projeto Escola Aberta é uma iniciativa para modificar o quadro que demonstra o crescimento do número de jovens envolvidos direta ou indiretamente em casos de violência, expostos às mais variadas situações de risco. Está provado que, principalmente, nas comunidades mais carentes, grande parte dos casos ocorrem aos finais de semana, quando os jovens acabam ficando quase sem opções de lazer na comunidade em que vivem.

Por isso, trazemos uma alternativa que vai além de abrir portas. Abre horizontes e barra o caminho da violência entre os nossos jovens. E qual é esta alternativa? Foi uma questão norteadora do projeto.

Usar os espaços físicos das escolas estaduais nos finais de semana, oferecendo atividades desportivas, artísticas e sócio-culturais aos jovens e à comunidade é a proposta que a Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com a Unesco, apresenta para a sociedade gaúcha. É o PROJETO ESCOLA ABERTA PARA A CIDADANIA.

Em 2005, 150 estabelecimentos de ensino da rede pública estadual distribuídos em 84 municípios em todas as regiões do Estado, movimentaram 130 mil pessoas a cada mês. Neste ano, as Escolas Abertas do Estado totalizam 110 no interior, e 52 na Região Metropolitana, que integram convênio entre MEC, Secretaria Estadual da Educação (SEC) e Unesco, estabelecido em setembro de 2005. Atualmente, 91 municípios gaúchos possuem Escolas Abertas que têm como objetivo principal a inclusão social.

Segundo a Secretaria da Educação, o projeto tem os seguintes objetivos:

- Diminuir os índices de violência, principalmente, nas comunidades mais carentes; fortalecer o papel da escola como pólo irradiador de cultura;
- Fortalecer as ações políticas e pedagógicas das escolas e das comunidades envolvidas;
- Aproximar escola e comunidade;
- Provocar mudanças nas relações da escola com a sociedade;
- Envolver os jovens na elaboração e na execução do projeto preparando-os para um melhor exercício da cidadania.

Composição do Projeto

Na Secretaria de Educação:

- Uma equipe executora central
- Grupo de apoio técnico formado por: consultores nas áreas de mobilização social, desportos, artes e música, além das assessorias jurídica, financeira, de comunicação social e dos auxiliares administrativos;

Nas CREs envolvidas:

- Um coordenador para o projeto, designado pelo Coordenador da CRE;

Nas escolas:

- A direção;
- Um monitor representante da comunidade ou da escola;
- Um grupo de trabalho coordenado pelo monitor;
- Monitores de oficinas;

Como participar:

- Entrando em contato com a Coordenadoria Regional local ou diretamente na escola realizadora do Projeto como oficinairo, participando das atividades ou apresentando idéias.

Foi também esclarecido pelo setor responsável da CRE que em 2007 ampliaram as vagas, priorizando os municípios que aderiram o PPV (Programa de Prevenção a Violência), também as escolas da zona rural, o que aqui na 5ª CRE ainda não é uma realidade, mas na 13ª CRE existe escola rural participando do Projeto Escola Aberta para a Cidadania.

Em números, o Programa Escola Aberta para Cidadania atende 11 escolas, assim distribuídas:

Pelotas - 7 escolas;

Jaguarão - 1 escola;

Herval - 1 escola;

Canguçu - 1 escola;

São Lourenço do Sul - 1 escola.

5.3.3 Projeto Educampo

O projeto Educampo surgiu de uma parceria entre 5ª CRE, Emater/RS e Universidade Federal de Pelotas. Estabelecia como anteprojeto, reuniões, visitas às escolas rurais, pesquisas bibliográficas, diagnósticos, entrevistas, análise dos planos de estudos e avaliação do Censo Escolar/MEC.

O objetivo geral é proporcionar aos educandos, professores, pais e comunidades rurais, espaços de formação e informação, desenvolvendo assim um processo educacional que contemple a permanência do homem no campo e caminhos alternativos para melhorias na sua qualidade de vida.

Tem com público alvo as Escolas Rurais pertencentes aos municípios de abrangência da 5ª Coordenadoria Regional de Educação.

O projeto também estabelece, através de cursos, seminários, palestras, entre outros, o conhecimento de formas sustentáveis de estabelecer o desenvolvimento local, atingindo as escolas em geral e dando maior ênfase às escolas técnicas.

A redução dos impactos ambientais deveria ser executada por medidas aplicadas de forma educativa e corretiva e onde diversos órgãos públicos deveriam estar envolvidos, com um destaque maior aos órgãos públicos e privados de ensino.

Talvez fosse eficaz a ampliação da difusão ou o acesso às informações, das mais variadas camadas sociais, atingindo os diferentes níveis de escolarização, através de um trabalho pedagógico formal. Isso, também, deveria ser implementado dentro da informalidade dos diversos meios de difundir o conhecimento e as possíveis e almejavéis mudanças de comportamento, necessárias para a utilização consciente da natureza e dos recursos naturais.

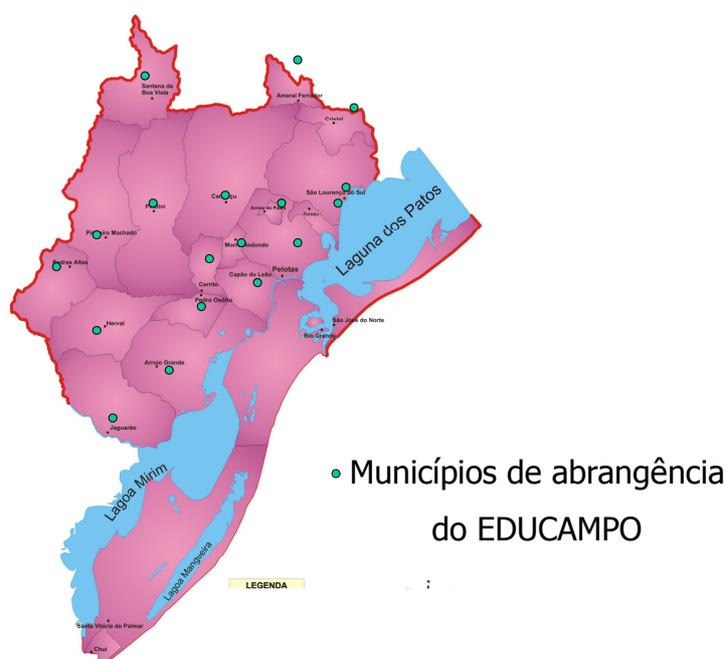


Figura 1 - Mapa dos municípios do EDUCAMPO

Como consta em sua metodologia, O EDUCAMPO deve ser um projeto dinâmico, aberto, dialógico, sócio-interacionista, pronto a desenvolver temáticas que atendam às necessidades da escola rural e comunidades de entorno, valendo-se de instrumentos pedagógicos que priorizem, simultaneamente, a teoria e a prática.

Em seus objetivos específicos coloca-nos: - Valorizar a educação na área rural; - Desenvolver junto ao aluno o gosto pelo trabalho de campo; - Priorizar a implantação de hortas escolares e domésticas; - Incentivar a integração da escola com a comunidade; - Promover encontros regionais que permitam a discussão sobre a educação rural; - Incentivar o hábito da leitura; - Divulgar materiais didáticos e pedagógicos que tratem de questões próprias das pessoas que vivem no campo; - Oferecer cursos práticos às comunidades de entorno das escolas rurais; - Garantir no currículo formal das escolas rurais, o trato dos conhecimentos abordados nas atividades desenvolvidas; - Promover a capacitação continuada de educadores; - Incentivar a inserção da Educação Ambiental de forma permanente, promovendo o desenvolvimento rural sustentável.

O projeto iniciou suas atividades em setembro de 2003 e encerrará por volta de dezembro de 2010. Consta que na sua primeira etapa promoverá: - Produção de mudas de hortaliças e implantação de hortas escolares; - Formação de professores; - Educação Ambiental; - A formação do professor do campo - um desafio à cidadania; - Biblioteca Itinerante; - Boletim Educampo.

Tabela 2 - Produção de mudas de hortaliças na escola

Número de escolas participantes	22
Número de alunos que participaram da ação	1031
Número de hortas escolares existentes que foram melhoradas	08
Número de escolas que não possuíam hortas e foram incentivadas a implantá-las	15
Número de hortas domésticas formadas ou melhoradas após o desenvolvimento da ação na escola	431

Fonte: 5ª CRE

Tabela 3 - Participação na formação de professores rurais

Número de escolas envolvidas	96
Número de escolas estaduais	41
Número de escolas municipais	55
Carga horária (horas)	42
Total de participantes	276

Fonte: 5ª CRE

A formação de professores tem como objetivo promover momentos de reflexão sobre sua prática e subsídios teóricos que auxiliem na construção de propostas pedagógicas direcionadas ao meio rural.

Tabela 4 - Participação nas capacitações

Número de municípios participantes	07
Número de professores capacitados	150
Carga horária total da formação	80

Fonte:5ª CRE

O projeto também conta com encontros regionais que possam promover momentos de integração, com abordagem de temáticas voltadas ao meio rural, discussão sobre a educação rural e trocas de experiências.

Como forma de exemplificar as abordagens da formação de professores poderíamos citar: - Educação Ambiental; - Empreendedorismo Rural; - Minhocultura; - Consumo de Hortaliças e Frutas; - O Jovem Rural; - Técnicas para paisagismo nas escolas.

Também com os temas: - Adequação de currículo e linguagem voltados ao meio rural; - Alfabetização aos 6 anos; - Estudos sobre os principais teóricos da Educação; - Proposta Pedagógica - um processo em construção; - Avaliação - instrumento de dinamismo e progresso; - Educação Especial e a inclusão; - A violência e as situações de risco de crianças e adolescentes no meio rural – ECA.

- Plantas Medicinais; - O alcoolismo no meio rural; - Apicultura; - Turismo Rural.

- Artesanato; - Criação de pequenos animais; - Fruticultura; - Agroindústria Artesanal.

O número de escolas participantes do Educampo são 55, contando com 12 municípios e 260 professores capacitados.

Não se poderia deixar de salientar que através dos projetos estaduais acima mencionados, encontram-se ligados ao desenvolvimento sustentável pois no caso do Educampo, verificamos as três dimensões sendo trabalhada de forma a contemplar os aspectos sociais, econômicos e ambientais. Já no caso da Escola Aberta para a cidadania teríamos os aspectos sociais e econômicos amplamente elaborados através de seus objetivos, e a perspectiva da questão ambiental ser implementada em suas práticas ainda que, muitas vezes, de forma indireta.

6 CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRAMAS/PROJETOS IMPLEMENTADOS

Este capítulo pretende caracterizar e analisar a implementação dos programas e projetos identificados em escolas de abrangência da 5ª CRE. Para tanto foram selecionadas as escolas a seguir caracterizadas.

6.1 Caracterizando as escolas pesquisadas

Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira – situada no Assentamento Renascer, Pantanoso, no 2º distrito de Canguçu, cerca de setenta quilômetros da sede do município de Canguçu. Nasceu quando várias pessoas provenientes de diversos lugares do Rio Grande do Sul e Santa Catarina reuniram-se em acampamentos, passando a viver em barracas de lona preta.

Após conquistarem terra e chegarem em Canguçu, por volta de 2000, foi implantada uma escola municipal, que não obteve êxito pois, por imposição, segundo o grupo, da então administração municipal, não valorizava a história da comunidade, não respeitando símbolos e ideologias.

Com uma educação voltada para o campo, uma educação baseada nos princípios pedagógicos do MST, em 2001, com o apoio da 5ª CRE foram estabelecidos os regulamento interno e regimento escolar, todos com a participação da comunidade.

Em 2002, foram inauguradas as 4 (quatro) salas de aulas emergenciais. Nessa trajetória, participaram de diversos eventos, onde a escola foi citada como referência de escolas rurais, junto aos municípios de Arroio Grande e Pelotas.

Dado o breve histórico acima mencionado, especifica-se que o PROJETO EDUCAMPO faz parte das atividades escolares da Escola Oziel que conta com

um número de 85 alunos no ano de 2008, distribuídos em Ensino Fundamental - 61 alunos, e Ensino Fundamental de 9 anos - 24 alunos

Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Carlos Meskó – Foi fundada em 24 de maio de 1962, com “Escola Estadual de 1º grau Dr. Carlos Meskó”, na localidade de Florida, sendo então denominada Escola Rural Coxilha dos Teixeiras. Em agosto de 1970, passou a funcionar no Iguatemi. Em 1972, a escola passou a denominar-se Escola Rural Dr. Carlos Meskó, em homenagem ao Dr. Carlos Meskó que atuava como médico nesta localidade.

Em 1973, o senhor Arnaldo Strelow doou o terreno onde foram construídas as atuais instalações, onde a Escola passou então a funcionar. Em 1977, foram implantadas a 7ª e 8ª séries e, em 1979 através do Decreto de Reorganização, a escola passou a denominar-se Escola Estadual de 1º Grau Dr. Carlos Meskó. Em julho do ano 2000, foi inaugurada a ampliação do prédio da Escola para a implantação do Ensino Médio.

Em 5 de janeiro de 2001, a Escola foi transformada em Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Carlos Meskó, que conta com um número de 251 alunos no ano de 2008, distribuídos em Ensino Fundamental - 99 alunos, Ensino Fundamental de 9 anos - 20 alunos e Ensino Médio 132 alunos.

Colégio Estadual Dom João Braga – Em 1956, com a mudança do Colégio Municipal Pelotense para a zona norte, fica o centro da cidade sem uma escola pública de grau médio. Um ano depois, em 1957, o governador do estado Ildo Meneghetti cria, então, um ginásio, chamado “ Ginásio Estadual Dom Joaquim Ferreira de Mello” (nome de um bispo de Pelotas). Passou a funcionar apenas no noturno, utilizando o prédio para atender o Grupo Escolar Félix da Cunha. Tinha 04 salas de aula e 134 alunos.

Em 18 de agosto de 1958, foi expedida a autorização para funcionamento e, por este motivo, esta é a data considerada como dia do aniversário do Colégio. Como já existia um Grupo Escolar como o mesmo nome, foi alterada essa denominação para Ginásio Estadual Dom João Braga, a fim de homenagear um ilustre pelotense extremamente dedicado à educação.

Em 1980, o Dom João Braga instala-se em sua própria casa, localizada à rua Bento Martins, nº 1656. Nesta nova etapa, o Colégio oferecia à comunidade um 2º grau com os cursos de Análises Químicas, Auxiliar de Laboratório, Técnico em Contabilidade e um 1º grau com Técnicas Agrícolas, Domésticas, Industriais e Comerciais, de acordo com as normas exigidas pelo MEC. Também oferecia cursos extra-classe: datilografia, teatro, cerâmica e o famoso curso de línguas estrangeiras (centro de línguas).

Hoje a escola conta com um número de 1.131 alunos no ano de 2008, distribuídos em Ensino Fundamental - 479 alunos e Ensino Médio 652.

Escola Estadual de Ensino Fundamental Franklin Olivé Leite - A fundação da escola começou com a publicação de decreto em 2 de agosto de 1984. À época, houve a criação da Escola de 1º Grau do Núcleo Habitacional da Cohab, atual Cohab Lindóia. Dois anos depois, aconteceram reuniões na associação de moradores, quando foi expresso o desejo pela fundação da escola de 1º Grau. Então, a escola teve início em 6 de abril de 1987, ainda com carência de professores, escassas salas de aula e precariedade no número de mesas e cadeiras.

Apesar das dificuldades, de imediato a escola que conta com um número de 1.153 alunos no ano de 2008, distribuídos em Educação Especial – 13 alunos, Ensino Fundamental - 755 alunos, Ensino Fundamental de 9 anos - 187 alunos e Ensino Médio/EJA 198 alunos. Desde então, já foram diversos diretores que fizeram parte da história dessa escola.

Hoje, é mais uma escola a abrir suas portas para o Projeto Escola Aberta para a cidadania, acolhendo alunos, comunidade em geral para atividades que vão desde oficinas de pintura, informática, esportes, entre outros.

Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Antonio Leivas Leite – Decreto de criação nº 22998, de 13 de fevereiro de 1974, a escola tem esse nome em homenagem ao farmacêutico, dito como doutor Antonio Leivas Leite. A placa estava no saguão de entrada na escola. Antes era chamado de Grupo Escolar Antônio Leivas Leite. Hoje a escola conta com um número de 987 alunos no ano

de 2008, distribuídos em Educação Infantil – 23 alunos, Ensino Fundamental - 476 alunos, Ensino Fundamental de 9 anos - 61 alunos e Ensino Médio/EJA 427 alunos.

6.2 Análise da participação da 5ª CRE, dos diretores, professores, funcionários, alunos e pais junto aos Projeto Educampo, Projeto Escola Aberta para a Cidadania e Educação Ambiental: utilizando a Análise do Discurso

Para uma melhor sistematização, começamos pelos questionários e os devidos discursos enunciados pelos partícipes da pesquisa, para elaborar uma análise de discurso, conforme Orlandi (2005), Fernandes (2005) e Brisolara (2006). Elencaremos os posicionamentos dos vários partícipes para proceder ao debate das idéias convergentes e diferentes, ou seja, à análise do discurso.

Desse modo, primeiro abordaremos o *Projeto Educampo*, os discursos dos diferentes partícipes e as respectivas análises. A seguir, apresentaremos os discursos dos partícipes do *Projeto Escola Aberta para a Cidadania*, suas devidas análises e, por último, serão elaboradas e analisadas as questões de todos os projetos que se relacionem com a *Educação Ambiental*.

6.2.1 Projeto Educampo

Elencamos aqui as respostas da diretora de uma escola pertencente ao Projeto Educampo. A escola está inserida em um assentamento, funcionando como um espaço de articulação de demandas da comunidade e, na falta de políticas públicas voltadas principalmente à saúde, segundo a diretora: “*supri* esse vazio, bem como até pouco tempo não existia uma igreja, conseqüentemente as reuniões eram feitas também na escola”.

Antes até as missas eram aqui na escola, nas salas de aulas, agora foi fundada uma igreja onde o padre vem toda semana para rezar a missa, e assim auxiliou para unir o pessoal. Existem noventa e poucas famílias, e na escola temos 90 alunos. Existem muitos casais com muita idade aqui, por isso o número menor de filhos e conseqüentemente de alunos.

A comunidade do assentamento manifestou a responsabilidade da saúde à escola. Segundo a professora de ciências:

Criou-se um ambiente na escola para a atividade de farmácia. Nessas atividades onde havia um vazio, passou-se a desenvolver através da sala de aula, atividades como a “farmácia homeopática na escola”, com remédios extraídos do própolis (xaropes), bem como sabonete para eliminar piolhos. A idéia surgiu através dos conhecimentos adquiridos anteriormente (por curiosidade) da professora de ciências, também através da Emater (Piratini).

Segundo Orlandi (2005: 104), “das três funções - alocutário, destinatário, leitor -, esta última (como, na emissão, a de autor) é a que está mais determinada pelo social”, ou seja, a função do leitor é aquela onde ele se assume como tal na prática da leitura, numa ordem social dada, em um lugar específico.

Assim, chamou-nos a atenção, em nossa leitura desse discurso, o enunciado “vazio”, utilizado nas falas da diretora e da professora de ciências relatadas acima. Quando essas duas alocutárias enunciam “vazio”, estão deixando transparecer em seu interdiscurso que deveria haver um lugar a ser preenchido por alguém e que esse alguém não o fez, logo, a escola o está fazendo.

Desse modo, entendemos que por trás da fala enunciada, existe uma formação ideológica (FI) que entende ser do Estado a obrigação de políticas públicas, voltadas à saúde, no caso da farmácia organizada pela professora, e também de um espaço social como no caso das missas que eram realizadas nas salas de aula.

Logo, esse lexema “vazio” é o que nos parece mais importante para a análise do discurso, porque revela um interdiscurso, demonstrado na formação discursiva (FD) também desveladora de uma FI permeada pela construção sócio-histórica dos sujeitos.

O enunciator, para Orlandi (2005), é aquele que corresponde às perspectivas com que o “eu”, locutor, se apresenta. Assim, essas enunciatórias correspondem à expectativa de um locutor que espera, pela repetibilidade dos discursos, que o Estado faça a sua parte no tocante a políticas públicas voltadas, principalmente, à saúde e à integralidade da cidadania.

Dando seguimento à análise do discurso que pretendemos realizar, enumeramos várias questões do questionário, o qual foi respondido por uma escola do Projeto Educampo.

1) De que forma ocorrem as atividades desses projetos na escola?

A credibilidade na escola é grande junto à comunidade, segundo a diretora:

na Feira de ciências do ano passado, em Canguçu, a escola fez uma mini propriedade rural, que na realidade retratou as formas de produção da comunidade assentada. Nada era novidade na vivência dos alunos.

A perspectiva de uma educação objetivando a permanência dos alunos nas atividades rurais é o que se busca nas escolas de assentamento, o que se torna louvável, pois a atividade primária, quando desenvolvida de forma sustentável cria perspectivas de uma região próspera, o que a princípio, atende as necessidades das pessoas. Seria também uma educação desmotivadora de um conhecimento mais amplo, de uma formação que ultrapassasse a realidade rural?

Como uma possível resposta, foi colocado pela diretora que:

antes os alunos estudavam para ir embora, hoje, trabalha-se a conscientização, para que eles estudem para permanecerem na atividade primária. Para isso a escola deve favorecer um ensino voltado a terra. Ele tem que estudar, mas para permanecer no campo. Proposta inicial não era assim, mas agora foi feito todo um movimento nos planos de estudos, que contemplem esse apelo comunitário.

Existe uma certa contradição no discurso, pois parece que os alunos não necessitariam de uma escolaridade que lhe abrisse perspectivas de continuidade no futuro. Porém, conforme Fernandes (2005), uma FD apresenta elementos que vêm de outros sujeitos, que se entrelaçam e que, muitas vezes contradizem e refutam outros discursos.

No entanto, é essa própria dispersão que traz a unidade discursiva, no caso, a FD que está inserida dentro da FI do Movimento Sem Terra, ou seja, um ideário que preconiza que sejam dadas condições para a fixação do homem no campo, como terra, assistência à saúde, educação para a sustentabilidade, entre outras.

A escola desenvolve semanalmente oficinas, segundo a professora das séries iniciais:

onde no momento em que os alunos executam atividades, os professores estão em reunião. Para os alunos pequenos (séries iniciais do fundamental), os maiores da manhã (séries finais do fundamental) são os monitores. Já esses últimos, trabalham com um técnico do movimento ou com o pessoal da Emater. Essas oficinas ocorrem quinzenalmente no momento em que os professores planejam atividades.

Também segundo a diretora da escola:

Os alunos levam para casa os conhecimentos adquiridos e conseqüentemente acredito atingir o comportamento dos pais. Pois o grau de instrução dos mesmos oscila entre o ensino fundamental (maioria) e médio.

Observando o discurso da diretora e da professora das séries iniciais, encontramos uma FD que desvela a FI de sujeitos que acreditam ser possível “conscientizar”, “atingir o comportamento dos pais” , no sentido de manter o homem no campo. Esse discurso revela a FI que acredita na existência de populações urbana e rural e, ainda, na necessidade de o grupo rural continuar sua existência agregada à terra, mas tendo suas necessidades de cidadania atendidas pelo Estado.

Como isso não ocorre, o projeto procura atingir os alunos e pais , através da FD via discursos conscientizadores, para que esses entendam que devem permanecer no campo, mesmo com dificuldades que, esses locutores acreditam, têm perspectiva de serem melhoradas.

Isso fica claro no interdiscurso que permite desvelar a preocupação, mais uma vez, com o “vazio” deixado pelo Estado, uma vez que “trabalham com o pessoal da EMATER”, ou seja, procuram pela presença do Estado. Se isso não é

possível, ou se não existe, fica claro quando verbalizam o papel da escola, “no período de férias deixa uma chave para a comunidade reunir-se na instituição de ensino”, “pois todo e qualquer tipo de atividade acaba por ocorrer na escola”.

O lexema “escola” acaba por revelar uma expectativa do enunciador, isto é, a presença do Estado que não se faz sentir no assentamento.

2) Quantas turmas ou quantos alunos são envolvidos no projeto? Eles gostam?

Segundo a diretora, “nós temos em todo Estado mais de 60 pessoas, entre os filhos de assentados”.

Segundo Orlandi (2005: 104), citando Ducrot, “o locutor é aquele que se apresenta como “eu” no discurso”. Assim, chamou a atenção o “nós” usado pela diretora. O que pode estar por trás desse “nós”? Quem é esse “nós”?

Ainda, para Orlandi (2005), o “enunciador corresponde às perspectivas com que esse “eu” se apresenta, é o princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem das suas significações”. Assim, esse nós é a função que o eu assume enquanto produtor de linguagem, é a dimensão do sujeito mais determinada pela relação com a exterioridade, com o social.

Dessa forma, a diretora assume-se nesse “nós” como na dimensão do social, ou seja, ela faz parte de um todo, que é o movimento, a causa dos assentados, daí verbalizar não um “eu”, individualista, mas o “nós”, o todo do conjunto daquela esfera social. Ela é o “eu” e os “outros” todos que constituem esse movimento, esse projeto maior que é o assentamento e o Educampo.

3) Além dos alunos, quem mais participa das atividades?

A diretora da escola ainda coloca que “o compromisso da escola é tão grande que, no período de férias, deixa uma chave para a comunidade poder reunir-se na instituição de ensino, “pois todo e qualquer tipo de atividade, acaba por ocorrer na escola”, afirma-nos ela.

Neste discurso, temos o enunciado “o compromisso da escola é tão grande que...”, verbalizado pela diretora. Esse discurso revela um locutor que se insere na responsabilidade da escola, ou seja, ela é tão importante que toda e qualquer atividade acaba por ocorrer ali. Assim, temos uma FD reveladora de uma FI que, mais uma vez, aponta para o vazio do Estado que acaba por deixar à escola a responsabilidade de atividades que deveriam ser de sua alçada.

4) A comunidade/os pais são incentivadores ou partícipes desse(s) projeto(s)?

Tem-se a existência de vários projetos na escola, voltados, em grande parte à questão ambiental e, que passam a ser desenvolvidos nas aulas, dando-se destaque também à saúde (retratando o vazio nessa área, como já abordado acima).

Também existem projetos de canteiros, plantio de diversos tipos de flores, com o incentivo dos professores. Colocou-nos a diretora que:

o envolvimento dos pais não é tão significativo, quanto o esperado, mas com certeza notam uma mudança significativa no comportamento dos alunos envolvidos, o que acaba, por ocasionar um possível reflexo na vida dos pais também.

Analisando essa fala da diretora, encontramos um enunciado que, na verdade, nega o anterior. Ao afirmar que os pais não têm um envolvimento significativo nas atividades do Projeto, ela afirma, por outro lado, através do articulador enunciativo “mas” que retira a negatividade desse não-envolvimento, uma atenuante pelo fato de os filhos acabarem via comportamento, influenciando o comportamento dos pais, ou seja, “ocasionando um possível reflexo na vida dos pais também...”.

Como já mencionado anteriormente, toda FD é um entrelaçamento de discursos que apresentam dispersão e contradições, muitas vezes, porém é nesse exato atributo que se tem a unidade do discurso, que é constituído por muitas vozes de sujeitos anteriores, atuais e que virão após tal enunciado.

5) De que forma a Coordenadoria/SE faz-se presente nesse(s) projeto(s)?

Foi verificado que talvez fosse necessário haver uma intermediação, possivelmente ocasionada pela 5ª Coordenadoria Regional de Educação, no sentido de integrar as escolas na troca de experiências, vivências e conhecimentos, pois muitas dessas instituições contam com professoras, oficinas, entre outras que desenvolvem atividades de forma criativa.

Na questão de falta de políticas a resposta foi negativa, mas o que se percebe é uma dificuldade, talvez, na operacionalização das mesmas.

Grupo focal realizado com pais e alunos de uma escola do Educampo

1) O que os familiares produzem?

Assim se pronunciou a diretora sobre a agricultura, a pecuária, a produção que atende, principalmente, às necessidades de sustento da família, mas visando sempre ao não-prejuízo da natureza, pontuando o papel da escola no esclarecimento de formas alternativas que não agredam o meio ambiente.

as dificuldades financeiras já vivenciadas pela comunidade, a tornaram mais voltada ao econômico, a sobrevivência, auferir coisas para suprir suas necessidades, pois no passado, a vivência na lona, deixou marcas de sofrimento. O movimento dos sem terra é o responsável de fazer o trabalho de conscientização, através de um técnico que visita às famílias. A terra é para produzir a comida, como é o caso da extração do leite, que é repassado a cooperativa. Também o “não” para plantios nocivos ao meio ambiente, um exemplo é a preocupação com as plantações do eucalipto, do fumo.

O sustento da família segundo os pais:

Vendo leite, principalmente para a cooperativa, também tem a horta, plantação de batata, milho, feijão....

PRESIDENTE DO CPM: Nós do movimento resolvemos praticamente unificar a produção, através de uma cooperativa de extração do leite. Também temos o mel, que agora criamos um local específico para a armazenagem do produto e posterior negociação.

Esse local pertence à comunidade, sendo que a comunidade seriam todos aqueles que produzem. Existem pessoas que tem outras atividades, não tem interesse nesses produtos, e acabam não participando dessas cooperativas.

Nós temos a COOPITEC, que é uma cooperativa que presta auxílio através de seus profissionais, engenheiros.

Os discursos acima exemplificam, segundo Orlandi (2005: 104), que “o leitor constitui um sujeito afetado pela sua inscrição no social”. Vejamos quando o agricultor diz “nós, do movimento...”, “a comunidade seriam todos aqueles que produzem...”, “as informações são passadas de família em família, na própria comunidade...”, está tentando passar ao destinatário/leitor/o outro sua inscrição numa determinada FI, no caso do Movimento Sem Terra, que se materializa na sua FD, como vimos.

Assim, observa-se um discurso que incorpora preocupações sócio-ambientais e, pelas entrevistas, percebe-se que esse conhecimento parte de um aprendizado informal, onde a escola foi substituída parcialmente por outros meios, ou seja, a presença do movimento social que “sobrepõe-se” ao discurso da escola, numa assimilação pelos sujeitos envolvidos naquele lugar social.

A seguir, analisamos algumas respostas dadas ao questionário por grupos de diretores, professores, funcionários, pais, alunos sobre o Projeto Educampo.

O Educampo é um projeto de governo que reflete uma política educacional, através de seus seminários e atividades práticas; em média dois eventos ao ano, habilitando ou auxiliando as escolas em seus diversos projetos, tendo como resultado, segundo a diretora, a conscientização dos alunos e pais. Segundo citado na escola do assentamento, os projetos desenvolvidos são:

Projeto auto-sustentação:

Tem como objetivo sensibilizar a comunidade escolar, através da conscientização, de modo que preservem e recuperem os recursos naturais, incentivando a diversificação de culturas e métodos alternativos para diminuição do custo de produção, assim promovendo o progresso econômico e social do assentamento.

Mais uma vez estamos diante de uma FD que revela uma FI subjacente ao discurso, que nos remete à importância do coletivo sobre o individual. Os sujeitos devem ser “conscientizados, de modo que preservem e recuperem os recursos naturais, incentivando a diversificação de culturas e métodos alternativos...”

Estamos diante do discurso do Movimento Sem Terra cuja FI valoriza a terra, os recursos naturais e que procura, via FD, nos discursos, fazer com que os sujeitos individuais assumam esse discurso, tomem para si mesmos e repitam essas FDs, verbalizando, dessa forma, a FI onde estão inseridos.

Projeto Saúde

Tem como objetivo promover a medicina alternativa, como fonte de prevenção para problemas, envolvendo a saúde física, mental e social.

Projeto Educação Ambiental vivenciada**Projeto Educação Ambiental Água e Lixo**

Serão abordados mais adiante, quando apresentaremos as questões sobre a Educação Ambiental.

Projeto Convivência

Tem como objetivo refletir sobre seus valores, suas relações familiares e sociais, sendo capaz de praticar atividades concretas com relação ao tema estudado.

Dentro dos projetos propostos pela escola, os alunos vão sendo chamados a integrar de forma participativa, inclusive crítica, pois existem espaços para debates sobre os resultados que vão obtendo. Isso ocorre porque são

projetos que também estabelecem um contato particularizado com os pais e o restante da comunidade que queira de alguma forma participar.

6.2.2 Projeto Escola Aberta para Cidadania

Trata-se de um projeto que pretende atender não só alunos, mas toda a comunidade escolar, como também as pessoas que queiram integrá-lo de forma participativa, seja como voluntários, oficinairos, aprendizes, entre outros.

Os projetos elencados acima, todos estão inseridos numa FI que procura valorizar o coletivo, as ações que visem à integralidade do sujeito como transformador de seu entorno, visando a preservação e a sustentabilidade do ambiente. E essa FI fica nítida nas FDs que aparecem nos discursos e interdiscursos expostos.

A seguir, apresentamos os enunciados da responsável na CRE pelo Programa Escola Aberta para a Cidadania, a fim de procedermos à análise do discurso da mesma. Esse projeto, segundo a professora responsável junto à CRE;

vem sendo desenvolvido desde 2003, no Estado do Rio Grande do Sul, e a partir de 2008 foi regulamentado na forma de lei, como uma política pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para a área da Educação.

Conforme Fernandes (2005: 49),

toda formação discursiva apresenta em seu interior diferentes discursos... a interdiscursividade caracterizada pelo entrelaçamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais.

Assim, no discurso acima, que faz parte da FD da responsável junto à CRE pelo Projeto Escola Aberta, temos vários interdiscursos.

Em primeiro lugar, podemos observar a presença do Estado, que é forte na materialidade lingüística, ou seja, nas marcas lingüísticas utilizadas pela enunciatória, no tom impessoal que ela dá, como se estivesse expondo uma

preleção histórica ao interlocutor sobre os dados originários do Projeto em questão.

Em segundo lugar, chamou-nos a atenção o lugar social onde se acha essa enunciadora, pois sua FD, como veremos nos outros discursos abaixo, é o de alguém quase impessoal, representando a própria figura do Estado. Observe-se que ela não usa as marcas de pronomes pessoais, seu discurso é todo em terceira pessoa, numa suposta, mas improvável neutralidade.

Assim, mais adiante, foi colocado pela responsável pelo projeto:

em sua programação, o projeto trabalha com oficinas que venham a atender às necessidades da comunidade, viabilizando diversas expressões juvenis e adultas, possibilitando assim, a integração entre a escola e a comunidade. Esse processo permite ao jovem e seus familiares, a descoberta de novas formas de interagir, de se relacionar com o outro e consigo próprio, gerando assim um sentimento de pertencimento e de valorização da escola. Também proporciona ao jovem e a comunidade, espaço para mostrarem seus conhecimentos e revelarem talentos escondidos.

Chamou-nos a atenção os lexemas “o projeto trabalha”, ou seja, quem trabalha? Não é uma pessoa, ou pessoas, mas o projeto, é como se ele tivesse vida por si mesmo, não precisasse de pessoas várias para se materializar. Mais adiante, ela diz “esse processo permite ao jovem...”, “também proporciona ao jovem e à comunidade...”, isto é, o programa do Estado é perfeito, existe por si mesmo e proporciona ao jovem e à comunidade oportunidade de mostrarem seus conhecimentos e revelarem seus talentos.

Não estamos criticando o discurso da responsável pelo Projeto, apenas pretendemos observar, através da AD, o que está escondido na heterogeneidade implícita, conforme Fernandes (2005). Assim, encontramos alguém, cuja FD é constituída por vários discursos que se entrelaçam, mostrando uma FI em que esse sujeito se insere, ou seja, alguém que pertence ideologicamente ao que está posto pelo Estado.

Dessa forma, quando questionada sobre os resultados já conquistados:

fundamentada numa pesquisa de 2006, a escola foi vista com um olhar diferenciado, pois constatou-se um maior cuidado com o prédio, diminuição de 99% dos roubos, estímulo à iniciação profissional, elevação da auto-estima dos alunos e familiares, diminuição da evasão escolar, reflexo positivo na sala de aula quanto à aprendizagem e comportamento, envolvimento dos pais nas várias instâncias da escola, escola como espaço gostoso e alegre, envolvimento.

Para a responsável da CRE:

existe uma convivência nos pensamentos da coordenadoria e da própria Secretaria de Educação no que diz respeito a apoio e entusiasmo no Projeto Escola Aberta para a cidadania, tanto que o transformaram em uma política pública, dada a importância que pode acarretar na comunidade das escolas em que o mesmo é implantado. Isto se deve, pois tenta trabalhar o ser humano como um todo, um convívio social harmonioso, juntamente com a formação de futuros profissionais, através das oficinas desenvolvidas, ensinando não só um ofício, como também a dignidade de auferir o próprio sustento.

A questionada também responde que:

um projeto ao preocupar-se com a inclusão social, a valorização das comunidades, o incentivo de oficinas para a geração de renda, está também preocupada com a sustentabilidade. Claro que não esquecendo da necessidade de inculcar uma cultura mais voltada as questões do meio ambiente, pois afinal, através do respeito que adquirirmos por ele, estaremos automaticamente respeitando nós mesmos e nossos semelhantes, partindo do princípio que somos totalmente dependentes da natureza.

Olhando-se os discursos acima, claro fica que essa FD revela uma FI que é “conivente com a própria Secretaria de Educação no que diz respeito a apoio e entusiasmo no projeto”.

As próprias marcas lingüísticas, ou a heterogeneidade mostrada, deixa clara a FI em que está inserida a responsável na CRE, ou seja, ela faz parte do Estado, o Projeto é uma política pública do Estado e tem tido ótimos resultados, está preocupado também com a sustentabilidade, embora nas falas das professoras a questão ambiental não tenha sido muito referida, e o Projeto também busca a incentivar e capacitar os sujeitos a “auferirem renda”.

Desse modo, os discursos demonstram que a responsável na CRE pelo Projeto está em consonância com a FI do Estado e verbaliza isso em sua FD.

Apresentaremos, a seguir, os discursos dos diretores, professores/funcionários, responsável na CRE, pais e alunos das escolas estudadas que participam do Projeto Escola Aberta para a Cidadania, com as devidas análises dos discursos desses participantes.

O projeto Escola Aberta, devido à sua positiva atuação junto às escolas, mudou em 2008 para “Programa Escola Aberta para a Cidadania”, pois passou a ser encampado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

No que diz respeito às atividades, elas correspondem aos anseios das comunidades das escolas onde são inseridas, como nos colocam as diretoras de duas das escolas envolvidas:

As atividades ocorrem de acordo com a solicitação dos alunos em consonância com o número de oficinairos disponíveis. São atividades de cunho pedagógico, recreativas, culturais, sociais e algumas para geração de renda. Estas são coordenadas pelo CPM e sempre em prol de um bem desejado.

Na escola Aberta são realizadas oficinas e disponibiliza o espaço para jogos e brincadeiras.

O fato de estarem em contato com os interesses da comunidade faz com que se diferenciem do projeto Educampo, pois foi citado por seus integrantes a falta de capacitações, treinamentos, em suma, a falta de trabalhos direcionados aos anseios da comunidade escolar.

Pode-se observar, analisando o discurso acima citado, que a FI está presente no enunciado, pois as atividades são realizadas “sempre em prol de um bem desejado”, “atividades de cunho pedagógico, recreativas... algumas para geração de renda”. Inscreve-se na FD, nitidamente, a FI, de cunho sócio-igualitário que faz parte, também, do ideário da escola urbana nesse caso.

Justificado na fala das professoras acima, é que se confirmam as dimensões sociais e econômicas com que o projeto, atual programa, estabelece na população a quem atinge. E o espaço ambiental irá depender das atividades que a escola estabelecerá como “interesse” para ela.

Por outro lado, assim enuncia a responsável junto à CRE sobre o Projeto Escola Aberta:

em sua programação, o projeto trabalha com oficinas que venham a atender às necessidades da comunidade, viabilizando diversas expressões juvenis e adultas, possibilitando assim, a integração entre a escola e a comunidade. Esse processo permite ao jovem e seus familiares, a descoberta de novas formas de interagir, de se relacionar com o outro e consigo próprio, gerando assim um sentimento de pertencimento e de valorização da escola. Também proporciona ao jovem e a comunidade, espaço para mostrarem seus conhecimentos e revelarem talentos escondidos.

Observamos a nítida diferença nos discursos da diretora e das professoras da escola e da responsável junto à CRE. Observe-se, por exemplo, o enunciado a seguir:

O projeto trabalha com oficinas que venham a atender às necessidades da comunidade, viabilizando diversas expressões juvenis e adultas, possibilitando assim, a integração entre a escola e a comunidade. Esse processo permite ao jovem e seus familiares, a descoberta de novas formas de interagir, de se relacionar com o outro e consigo próprio, gerando assim um sentimento de pertencimento e de valorização da escola.

Pelas marcas lingüísticas de impessoalidade, como os verbos na 3ª pessoa do singular e a ausência do “nós”, parece estarmos diante de um sujeito quase impessoal que fala. Embora, na verdade, fale em nome do Estado, ele não utiliza marcas de discurso que nos façam ler isso.

É como um narrador, onisciente, que fala para um interlocutor vazio, que deve ser preenchido com as virtudes do projeto. Por exemplo, ao utilizar o verbo “permite”, o enunciador acredita que o Projeto é capaz de dar ao jovem e seus familiares, novas formas de interagir, de se relacionar com os outros e consigo mesmo. Além disso, continuando o discurso, o projeto vai “gerando um sentimento de pertencimento e de valorização da escola”.

Seria interessante analisar o lexema “pertencimento”. A quem pertence a escola? A quem o jovem e seus familiares pertencem? O discurso quer fazer o leitor acreditar que o projeto faz com que esses sintam-se pertencentes à escola, à comunidade e à sociedade por analogia. Na verdade, as marcas lingüísticas da

responsável na CRE compõem um discurso que é uma autêntica peça publicitária a favor do Projeto, contrariando as respostas encontradas que sinalizam uma falta de intermediação da CRE entre as escolas e a ajuda oficial na operacionalização das diversas atividades desenvolvidas pelas mesmas.

O envolvimento no projeto é bastante grande por parte da comunidade escolar, segundo as diretoras das escolas:

Todos são convidados. Alunos e comunidade em geral. Eu creio que gostam pela assiduidade na participação, embora nunca tenha realizado nenhum instrumento que, após aplicado, pudesse comprovar esse “gostar”.

Vários, no mês passado freqüentaram aproximadamente 800 alunos. Eles gostam muito.

Participam pais, direção, oficineiros, funcionários, alunos, também alunos de outras escolas e a comunidade em geral.

Podem com o tempo surgir diversas formas de avaliar os interesses e, principalmente, a assiduidade das pessoas no projeto. Pela colocação das diretoras em seu discurso, existe um “gostar”, ou seja, a comunidade sente-se contemplada com o Programa pois demonstra, até mesmo pela procura constante do ambiente escolar, o maior entusiasmo nas atividades do projeto.

Nesse sentido, o melhor resultado seria através das mudanças que possam ocorrer na vida dos indivíduos envolvidos. Que tipo de contribuição esse projeto resulta nos cidadãos? Novamente, o discurso das professoras e diretoras envolvidas deixa transparecer a FI, ou seja, o programa visa em seu ideário, “mudar, transformar” a vida dos sujeitos que são atingidos por ele.

A percepção dos resultados pode não ser visível ainda, pois à medida que as pessoas participam de algum tipo de oficina, idéias vão surgindo, conseqüentemente possíveis alterações sociais e econômicas se estabelecem na comunidade.

A participação dos pais e a comunidade é indispensável para o projeto, como enunciam em seus discursos os diretores das escolas:

Contamos com um grande apoio da comunidade. Instituições da comunidade também, tais como: Igrejas, comércios, e até mesmo a Prefeitura aderiu. A Câmara de Vereadores também se faz presente através de seus assessores.

Através do discurso acima, podemos inferir que o locutor acredita e é uma expectativa sua que, para o sucesso desse projeto, que representa uma política pública, principalmente quando envolve o interesse de um grande número de pessoas, ou mesmo uma comunidade carente, indispensável torna-se a união de diversas forças (públicas e privadas), conforme verbalizado no discurso “ apoio da comunidade... Igreja, comércio, Prefeitura... Câmara de Vereadores”, para que o mesmo possa, num menor tempo, atender aos anseios do grupo que quer atingir.

Sabemos que toda e qualquer política social é mais bem explorada, se contar com todas as esferas administrativas, unidas com um objetivo em comum. Esferas essas que vão desde o governo federal, estadual e municipal, pois as carências são amplas, e os resultados positivos, conseqüentemente, refletirão em todos, social e economicamente.

Abaixo, temos os discursos de professores e funcionários envolvidos no Projeto Escola Aberta. Constatamos que existe nas escolas questionadas, uma consciência por parte dos professores e funcionários, no que diz respeito ao projeto do qual a escola faz parte, inclusive nos dias em que são feitas as atividades diversificadas, aos sábados e domingos pela manhã e à tarde.

Num primeiro momento, através dos questionários aplicados, colocaram-nos os professores e funcionários referentes ao contingente de alunos que participam do projeto e se os mesmos gostam das atividades desenvolvidas, nos seguintes enunciados:

Várias turmas, com ótima aceitação dos mesmos.

Sim a participação é muito grande. Em torno de 1.000 alunos.

Todas as turmas são convidadas, e os alunos que participam, adoram.

Nos discursos acima, os sujeitos envolvidos revelam que existe um engajamento de professores e funcionários que, tanto participam para auxiliar nas atividades, como também para aprender nas oficinas. Vemos que a FI se impõe através das FDs dos indivíduos e estes são envolvidos, como manifestado nos enunciados. Ou seja, os indivíduos participam porque a FD, via repetição através

da escola, da mídia, dos pais, construiu uma naturalização de interdiscursos, como se pode observar em “a conscientização... a participação é muito grande... e os alunos que participam, adoram”.

Dessa forma, pelos discursos acima, os alunos também são estimulados a participarem, através do comportamento do corpo diretivo e auxiliar da escola.

O projeto Escola Aberta para a Cidadania, segundo entrevista com a professora de uma das escolas:

é um trabalho onde ex-alunos, juntamente com os novos, unem esforços, afastando-se de drogas, prostituição, entre outros para ocupar um espaço na comunidade escolar, auxiliando em atividades, participando, e até mesmo respeitando, o espaço que é de todos.

Existe um espaço de respeito, de atividades: futebol, informática, dança, teatro, mateadas, aulas de reforço em Língua Portuguesa, Língua Inglesa, séries iniciais. Sem falar nas oficinas em que os pais e comunidade participam, do tipo pintura em tecido, as mães e pais participam na portaria, em atividades.

O enunciado Escola Aberta para a Cidadania pressupõe uma heterogeneidade implícita, ou seja, existiu ou existe uma escola que não é aberta, é fechada para a cidadania. Neste caso, a escola aberta apresenta as atividades que levam a um “espaço de respeito, de atividades, futebol, informática, dança, teatro, mateadas, aulas de reforço, etc., oficinas em que os pais e a comunidade participam...”.

Esses discursos mostram a FI que acredita numa escola participativa, aberta para a comunidade, possibilitando o acesso e a conseqüente sensação de pertencimento dos sujeitos alunos, pais e comunidade em geral à própria escola e à sociedade como cidadãos integrados nela.

Ainda segundo uma funcionária entrevistada:

Ano passado as dificuldades eram maiores pois não tínhamos auxílio financeiro, tendo que apenas contar com trabalho voluntário das pessoas. Hoje já existe um repasse de verba mensal, direcionado para o pagamento de oficineiros, pessoas envolvidas no projeto, instrumentos musicais para a banda que está sendo formada, contando com o auxílio de um oficial do exército que de forma voluntária, vai à escola ensinar as crianças a tocar.

Direção e funcionárias dividem-se nos horários de atendimento nos sábados e domingos. Existe também a sensibilização junto às empresas do município no sentido de auxiliarem nas necessidades existentes. O importante que é colocado no depoimento da funcionária, segundo sua percepção, é a redução nos casos de prostituição, drogas, alto índice de repetência, roubos na comunidade entre outros fatores negativos socialmente.

Segundo o discurso enunciado pela funcionária, os sujeitos engajam-se no projeto, como voluntários, por exemplo, “contando com o auxílio de um oficial do exército que de forma voluntária, vai à escola ensinar as crianças a tocar”.

Além disso, através desse discurso, podemos observar que o “vazio” evidenciado anteriormente por parte do Estado, começa a ser preenchido pois “...já existe um repasse de verba mensal, destinado ao pagamento de oficineiros e pessoas envolvidas no projeto...”

Por outro lado, foi evidenciado no discurso uma transformação na comunidade, pois “houve uma redução no número de casos de roubos na comunidade, prostituição, drogas, alto índice de repetência, etc.

Esses enunciados nos levam a perceber que o locutor, no caso a funcionária, conforme Orlandi (2005), tem a expectativa de mudança na comunidade e, também, podemos observar o interdiscurso quando ela afirma que “ano passado as dificuldades eram maiores, ... já existe um repasse mensal...”. Nesse sentido, o locutor deixa entrever que, em meio a seu discurso existe o discurso de vários outros que, como ele, esperam pelo preenchimento do “vazio” do Estado em “este ano já existe o repasse mensal...”

Dessa forma, é um discurso do “eu” que, na verdade, evidencia vários “outros” que o constituem.

Segundo uma professora: “o fardamento dos meninos do futebol, fardamento da banda, dança de rua, entre outros. Tentativa de incentivar a um torneio entre as escolas participantes do PEAC”.

Também segundo uma funcionária:

Houve um descrédito no início referente aos objetivos do PEAC, pois os professores não queriam envolver-se nas atividades, inclusive desestimulando os que participavam, hoje participam das oficinas, informática é o mais requisitado, seguido pelos torneios de esporte, com o apoio de algumas universidades que trazem seus alunos para estágio.

O discurso da funcionária deixa entrever uma contradição no tocante ao “descrédito... referente aos objetivos do PEAC... os professores não queriam envolver-se nas atividades, inclusive desestimulando...” Na resposta aos questionários, o discurso dos professores evidencia um entusiasmo grande no que diz respeito ao projeto. Nota-se inclusive que muitos participam como alunos nas oficinas, e que isso de certa maneira vai criando um vínculo de afinidade entre professores, alunos e pais.

Essa FD faz-nos perceber que os sujeitos, através da reificação, da repetibilidade dos discursos, vão permeando os discursos alheios e isso vai crescendo até transformar-se em uma mudança, como em “ hoje participam das oficinas...” Conforme os pressupostos da Análise do Discurso, via naturalização, os discursos vão adquirindo legitimidade e os sujeitos vão incorporando as FDs repetidas de sujeito a sujeito, de geração a geração.

Por outro lado, o discurso da professora e funcionária ainda permite perceber o vazio deixado pelo Estado, pois enunciaram que as atividades são diversas, mas sentem falta de oficinairos, pois o fator financeiro dificulta bastante a ampliação de novas atividades.

Ainda, enunciaram em seu discurso que dado o resultado que possa vir dessas atividades provenientes dos projetos, interessante seria a participação de instituições públicas e privadas no auxílio, pois o sucesso desses projetos pode trazer resultados benéficos em diversos problemas sociais.

Essa FD deixa perceber que os sujeitos têm consciência da necessidade de engajamento de toda a sociedade nos projetos, permitindo, também, entendermos que sabem que têm direito ao pleno exercício de sua cidadania.

Segundo a professora:

O que se destaca também é a ausência de um ambiente violento, pois o aluno torna-se conivente com o bom andamento das coisas, cobrando inclusive dos colegas que possam não respeitar o espaço escola. Tornaram-se mais próximos da escola.

Esse discurso acima permite observar que os alunos passam a ter respeito pelo espaço da escola, pois sentem-se pertencentes à mesma, inclusos no exercício de cidadania e, ainda, sentem o pertencimento à sociedade como um todo, não mais praticando atos violentos ou de vandalismo que existiam antes, quando não lhes era permitido o acesso a essas atividades, a esses espaços.

Por outro lado, notou-se que uma das escolas está muito suja, o que contradiz com as colocações de maior zelo pela escola, mas que conforme a entrevistada:

será implantado um projeto de limpeza, começando com um mutirão, envolvendo todos, mas deve-se também auxiliar esse mutirão, pois a escola deve comprar lixeiras e espalhá-las por todos os lados da escola. Organizar a escola de forma a conscientizar o aluno com a limpeza de sua escola. Falta uma conscientização da questão ambiental na escola.

Até agora, através da análise dos discursos realizada, observa-se uma preocupação que é refletida através dos projetos com as questões sociais, econômicas, e, apenas planos de implantação de algum tipo de atividade que estabeleça a questão ambiental. Também observou-se nas FDs enunciadas o descrédito dos professores e funcionários relativo ao projeto nesse sentido.

Podemos concluir desses discursos que a questão econômica é mais premente, sendo priorizada, deixando-se de lado a questão ambiental, o que ainda precisa ser bastante trabalhado.

Ainda, observa-se nos discursos enunciados por parte dos envolvidos no projeto um respeito muito grande pelas pessoas que administram a escola nos dias das atividades, inclusive que se estende durante a semana, nos dias letivos. De outro lado, sua maior reclamação é a falta de apoio, de pessoas que participem mais, não só os professores, mas de profissionais que se disponibilizem para trabalhar junto à escola como voluntários.

Neste sentido, tal FD se insere numa FI que vê o coletivo, ou seja, se a escola faz parte de um projeto que visa à cidadania dos sujeitos, dever seria de

toda a sociedade engajar-se em tal projeto e auxiliar de forma igualitária no trabalho. Assim, conforme as professoras e funcionárias seria possível implantar um coral, torneios de esportes (mais procurado), aulas de violão, capoeira, banda, entre outras, que são atividades previstas.

Ainda, segundo uma funcionária entrevistada: “a CRE, através de sua responsável são bem participativas, inclusive fazem-se presentes todos os finais de semana, levando brindes, viabilizando pessoas, ou oficinairos”.

O discurso acima permite ver um sujeito que se insere numa FI que considera o Estado com o dever de participar do projeto, ou seja, “são bem participativas, inclusive fazem-se presentes todos os finais de semana...”. Essa FD denota um sujeito que se insere na FI que vê o Estado com obrigação de se fazer presente em projetos sociais que visem à integralidade da cidadania, pois a funcionária verbaliza isso em “a CRE através de sua responsável são bem participativas...”

Logo, a Coordenadoria poderia não ser participativa, mas é, segundo a FD enunciada no discurso, portanto o Estado está cumprindo sua parte.

Um outro aspecto que se evidencia nos discursos é o fato de a relação ser muito boa entre as pessoas envolvidas, tornando-as mais unidas, estendendo inclusive essa relação para os dias de aulas normais, criando vínculos afetivos bem positivos, de respeito e principalmente de limites, conforme o discurso das entrevistadas.

Assim, entende-se que antes do Projeto, não havia uma relação “boa”, as pessoas não eram unidas, mas com as atividades, “principalmente de limites”, houve um vínculo que foi criado.

Neste item, apresentamos o discurso de um grupo de partícipes, constituído por uma escola do Projeto Escola Aberta para a Cidadania, através de três pais e quatro alunos.

Os alunos em que foram aplicados os questionários variam da pré-adolescência até a adolescência, com idades entre 10 e 17 anos, participando de atividades como no caso abaixo respondido:

Participa do Escola Aberta.

Participo da Dança.

Não participo, mas já participei. Estou voltando novamente nos grupos.

Participo do Futebol.

O discurso colocado pelos alunos permite, através das marcas lingüísticas “participo, já participei, estou voltando...” que existe muita aceitação por parte dos mesmos no que diz respeito às oficinas.

Por outro lado, como já citamos anteriormente e conforme Fernandes (2005), “uma FD é caracterizada pelo entrelaçamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais.” Assim, a participação dos que já fizeram parte de algum tipo de atividade faz com que se mantenham sempre ligados não só aosicineiros, mas principalmente à escola e passem esse discurso a outros sujeitos que, por sua vez, passam a fazer parte da mesma FD.

Um outro aspecto salientado pelos alunos é que muitos utilizam seus novos conhecimentos como fonte de renda, pois passam a desempenhar a atividade com fim lucrativo. Isso, em se tratando de escolas públicas, e onde existem muitos casos de baixa renda, torna-se uma solução para alguns problemas, pelo menos minimizando os danos. É o sujeito, inscrito numa FI, do seu determinado lugar social.

Por outro lado, os alunos consideram pouca a participação dos professores no projeto Escola Aberta e nas atividades escolares. Poucos são os envolvidos, poucos os que estimulam a fazerem parte do projeto. Já relativo aos pais e à comunidade em geral, pensam de maneira diferente, acreditam estarem mais engajados do que os professores nas atividades da escola e também do projeto Escola Aberta.

Aqui, observamos que a interdiscursividade que perpassa a FD dos pais e da comunidade está em consonância com a dos alunos, pois os mesmos estão engajados no projeto.

Os discentes das escolas pensam que as atividades beneficiam as pessoas, principalmente no que diz respeito aos novos conhecimentos adquiridos. Contrariando esse discurso, eles não participam das atividades, conforme foi dito por alguns estudantes: “As atividades e conhecimentos beneficiam. Como, por exemplo, os reforços de matemática ajudam a reforçar as aulas não entendidas”.

Assim como essa situação citada no discurso dessa aluna, muitas outras poderiam ser citadas, como no caso os cursos de informática, que colocam os alunos mais próximos de uma ferramenta indispensável para o mercado de trabalho. No discurso de outros alunos, surgem os benefícios que essas práticas conseguem auxiliar.

Ajudam os mais necessitados.

Fazendo alunos que precisam para fazer alguma atividade no projeto.

Beneficiam os alunos melhorando o rendimento nas aulas.

Beneficiando colegas e a comunidade.

Beneficiando alunos com algum tipo de necessidade.

Alunos e crianças que se interessam pela atividade, ensinando as dançar.

Eu mesma aprendendo coisas novas.

As atividades desenvolvidas através do projeto em análise, segundo os alunos acima, contempla a grande maioria, como se nota nas marcas lingüísticas “auxiliam os mais necessitados, alunos melhorando o rendimento nas aulas, beneficiam alunos com algum tipo de necessidade...”

Ainda, através dessa FD, encontramos nos discursos a presença do “nós”, ou seja, através de suas práticas, sejam elas quais forem, o projeto beneficia não um sujeito isolado, mas algo de grande abrangência, a comunidade como um todo. É a FI do coletivo que se mostra na heterogeneidade dos discursos dessa FD utilizada pelos alunos.

Logo, a heterogeneidade mostrada apresenta o pensamento voltado ao outro, ao colega, às necessidades existentes na comunidade, ao querer aprender um pouco mais, para talvez minimizar as diferenças sociais.

Sabe-se que quando se propõe uma atividade na escola, e que os pais e a comunidade são chamados a participarem, importante seria o atendimento desse convite, pois o interesse e entusiasmo dos pais passam a atingir o comportamento dos filhos. Como colocamos anteriormente, a FD dos pais vai naturalizando e legitimando na sua geração descendente uma FI, como no caso do Movimento Sem Terra.

Quando questionados sobre a participação de atividades junto à escola, os pais, com a exceção de um, responderam:

Sim, brechó da escola quando tem.

Participo. Atividades pedagógicas.

Sim, sempre que convidada sou presente.

Podemos observar nos discursos acima que a maior parte dos pais se faz presente nas atividades, e essa infinidade de atividades que possam ser proporcionadas na escola e que tragam os pais para dentro da instituição de ensino, faz com que os alunos sintam-se integrados aos seus ambientes familiares.

Nesse aspecto, podemos observar que a escola deixa de ser aquele espaço fechado às famílias, disciplinar e, muitas vezes, enfadonho, como na tradição, conforme as FDs que conhecemos, e passa a ser uma escola de todos, de toda a comunidade, portanto, verdadeiramente “aberta”.

Assim, foi colocado abaixo por alguns pais:

Sim, de muitos deles, quase todos:

- Oficinas,
- DTG
- Dança
- Almoços
- Passeios

Sim. Jogos de futebol.

Sim, campeonato de futebol.

Sim, no brechó da escola.

Sim, faço oficina de inglês. Auxilio nas atividades sempre que sou solicitada, com a mateada. Espaço de lazer para todos.

Conforme os discursos dos pais, nota-se realmente um entrosamento entre a comunidade escolar e as propostas feitas, tanto no que diz respeito ao processo pedagógico, como também o aspecto social de integração, que se propicia para o aluno, pais e a comunidade em geral.

Como já colocado anteriormente, as atividades do projeto são fundamentadas nos interesses da comunidade, conseqüentemente, gratificante verificar que os pais retornam aos bancos escolares, nem que seja no final de semana, para tentar resgatar e auferir o conhecimento que não lhes foi possível adquirir em sua época de estudante. Como foi o exemplo da oficina de inglês, de informática, que cada vez mais, atualmente, atingem a todos.

Assim como os pais, os alunos também são partícipes das oficinas do projeto, sendo diagnosticado pelos pais uma mudança significativa no comportamento de seus filhos, após integrarem-se aos grupos. Como foi colocado:

Sim, ele ficou mais desinibido, ficou mais falante, ficou mais independente, melhorou notas também.

Sim, a partir do momento em que ele começou a participar do projeto, melhorou muito o comportamento com relação aos colegas.

Sim, o comportamento, a dividir o que aprende nesse momento, a compartilhar com os colegas a importância de estar na escola e não nas esquinas.

Sim, meu filho melhorou aprendizagem, o projeto aproxima mais a comunidade para escola.

Melhorou sua auto-estima e seu desenvolvimento na aprendizagem.

Conforme Fernandes (2005), os enunciados dispersos acima, apreendidos na materialidade da língua, explicitam que o discurso constitui-se da dispersão de acontecimentos como “ficou mais desinibido”, “melhorou muito o comportamento com os colegas”, “a dividir o que aprende nesse momento”, “o projeto aproxima mais a comunidade”, e discursos outros, historicamente marcados.

Isso porque os sujeitos enunciadorees estão fazendo seu discurso de um determinado lugar histórico-social, ou seja, filhos de pais de escola pública, de classes mais baixas socioeconomicamente, que estão transformando e modificando seus discursos, conforme se verifica nos próprios enunciados.

Vimos na análise do discurso dos questionários, entrevistas e grupos focais que, muitas vezes, observa-se uma dispersão de discursos e acontecimentos, ou seja, uma contradição e negação do que se pode dizer somente em determinada época e/ou lugar, mas que constitui a própria unidade do discurso. Conforme Foucault (1995), apud Fernandes (2005) “todo discurso é marcado por enunciados que o antecedem e o sucedem”.

Assim, a própria contradição que aparece em muitas FDs faz parte da própria unidade do discurso, pois são múltiplos os enunciados que formam o discurso de um sujeito.

6.2.3 Educação ambiental

Neste item, pretendemos apresentar as questões relativas à educação ambiental e sustentabilidade que foram abordadas pelos participantes observados neste estudo, tanto do Projeto Educampo quanto do Projeto Escola Aberta para a Cidadania.

Dessa forma, faremos uma enumeração desses discursos, suas convergências e divergências, ou seja, a análise do discurso, conforme estamos fazendo até então.

Na escola do assentamento, a professora de geografia, responsável pela horta e pelo pomar, coloca os alunos como responsáveis pelo cuidado do espaço verde da escola, mas não apenas como um projeto e, sim, como parte do conteúdo a ser desenvolvido na disciplina de Geografia. A professora colocou-nos que:

muitos alunos reclamam desse tipo de atividade, pois a escola é formada por crianças e jovens onde os pais são agricultores, tornando esse tipo de atividade pouco atrativa e até cansativa. Saliendo que tudo extraído da horta/pomar da escola, visa a merenda escolar.

O discurso da professora nos remete a uma FI que vê no coletivo o objetivo de qualquer atividade, uma vez que ela verbaliza no enunciado de sua FD que “tudo extraído da horta/pomar visa à merenda escolar...”

Novamente, temos uma FD que nos remete à FI em que os sujeitos estão inseridos, no caso, o Movimento Sem Terra.

Assim, prosseguindo nossa análise, vamos abordar o Projeto Educação Ambiental Água e Lixo que tem como objetivo conhecer a teoria e ser capaz de praticar atitudes concretas e coerentes com relação ao correto uso do lixo e da água, interagindo com o meio ambiente no qual vivemos.

Para isso, apresentaremos algumas questões que foram colocadas aos participantes da escola do assentamento estudado.

1) Como é trabalhada a Educação Ambiental na escola, já que esta faz parte do plano ensino do Estado?

Assim pronunciou-se a professora de ciências (escola rural):

A conscientização despertada na comunidade escolar na extração da madeira, pois não cortam as verdes, e sim as que já estão pronta, isso já se faz presente nas famílias do assentamento.

Esse conhecimento, pelo que se constatou, é repassado de geração para geração, via FDs de pai para filho, não havendo conflito de interesses pelo pessoal da comunidade, e isso se reflete na aceitação dos conhecimentos provenientes da escola.

Outra escola na zona rural de Canguçu, em entrevista com sua diretora e professora, colocou-nos um pouco de sua experiência junto ao programa Educampo. Projeto esse que, segundo a diretora:

Tem ocasionado resultados bastante positivo, junto ao processo educativo da escola. Existe uma participação interdisciplinar, que faz com que os professores de algumas disciplinas interajam com outras na busca não só de novos conhecimentos, mas também de atividades paralelas que possam servir de reflexão.

Vimos no discurso acima que a diretora observa uma interação dos sujeitos professores, não só na troca de conhecimentos, mas de atividades que levem à reflexão. O enunciado evidencia que a diretora sente como positiva a repercussão do projeto, pois envolve vários sujeitos da comunidade escolar, não apenas uma ou duas disciplinas, mas todos, ou quase todos, buscando, através do dialogismo, formas de refletir sobre suas atividades.

2) Com relação ao meio ambiente (projetos) nota algum tipo de mudança de comportamento (dos alunos, direção, professores, comunidades em geral)? Positiva ou negativa essa mudança? Por quê?

Assim, foi questionado aos pais se havia no projeto Escola Aberta (escola urbana) ou algum outro projeto, atividades que objetivem a conscientização e práticas de conservação e/ou preservação do meio ambiente.

Os pais frente ao questionamento, responderam:

Sim, reciclagem de lixo.

Sim, alguns, até reciclamento e venda do lixo limpo.

Sim, escola saudável, escola mais feliz.

Sim, economia da água, ensinar a reciclar o lixo.

Como foi enunciado por muitos diretores, utilizam-se de festividades, rifas, colaboradores, entre outros, para auferirem melhores condições de implantarem projetos como, por exemplo, a coleta de lixo seletivo, que necessitaria a compra de lixeiras para serem espalhadas em toda a escola.

Na análise do discurso dos pais, encontramos os lexemas “saudável” e “feliz”, associados. Nesse sentido, vemos a influência do conhecimento informal que relaciona a reciclagem do lixo com saúde e condições melhores de vida.

Por outro lado, no discurso dos diretores, nota-se a ausência, o vazio do Estado, pois verbalizaram que precisam utilizar-se de atividades extraclasse para auferirem renda que viabilize a compra de material necessário à implantação de

uma escola mais saudável e, por associação com uma FI vigente, que se perpetua na mídia, nos discursos escolares, etc., mais feliz.

No entanto, a Educação Ambiental fica restrita às atividades que possam surgir de forma a contemplar poucos componentes curriculares, e nada de grande abrangência, devendo haver um olhar diferenciado por parte de resoluções públicas nesse sentido. Mais uma vez, observamos o vazio deixado pelo Estado nesse sentido de políticas públicas, voltadas ao meio ambiente e educação.

Segundo a diretora, as técnicas com vista à questão ambiental são passadas através das escolas, da zona rural (oficinas, disciplinas de ensino religioso entre outras), fazem também reflexões sobre os danos que algumas culturas podem ocasionar. No aluno, passa a ser formada uma consciência dos danos ao meio ambiente que determinadas atividades produtivas podem gerar. Seguida pela prática dos pais, que tem através de técnicos do movimento a orientação pertinente.

Nesse sentido, vemos nitidamente a FD do Movimento Sem Terra que se insere na FI, centrada na terra e sua ocupação produtiva, através de meios que não causem prejuízo ao meio ambiente. E tal FD vai passando de pai para filho, naturalizando-se através dos discursos desses sujeitos.

Ainda sobre o tipo de cultura, assim se pronunciaram os pais produtores quanto à questão indagada no que diz respeito ao tipo de produção ou plantação, se são escolhidos pelos mesmos e se estas prejudicam a natureza:

Aqui tem uma família que planta fumo, mas o restante não, e isso acontece porque é falado que faz mal para a saúde, prejudica. Esse tipo de coisa é dito por todos, e tiveram essa orientação por um pessoal ou técnicos que vão nas nossas casas, mas principalmente as informações são passadas de família em família na própria comunidade.
A gente sabe que o fumo faz mal, prejudica a saúde.

Assim, observa-se um discurso que incorpora preocupações sócio-ambientais e, pelas entrevistas, percebe-se que esse conhecimento parte de um aprendizado informal, onde a escola foi substituída parcialmente por outros

meios, ou seja, a presença do movimento social que “sobrepõe-se” ao discurso da escola, numa assimilação pelos sujeitos envolvidos naquele lugar social.

Ainda, dentro das questões ambientais, temos o Projeto Educação Ambiental vivenciada, quando encontramos a professora de geografia, responsável pela horta e pelo pomar, que coloca os alunos como responsáveis pelo cuidado do espaço verde da escola, mas não apenas como um projeto e, sim, como parte do conteúdo a ser desenvolvido na disciplina de Geografia. A professora (escola da zona rural) colocou-nos que:

muitos alunos reclamam desse tipo de atividade, pois a escola é formada por crianças e jovens onde os pais são agricultores, tornando esse tipo de atividade pouco atrativa e até cansativa. Salientando que tudo extraído da horta/pomar da escola, visa a merenda escolar.

O discurso da professora nos remete a uma FI que vê no coletivo o objetivo de qualquer atividade, uma vez que ela verbaliza no enunciado de sua FD que “tudo extraído da horta/pomar visa à merenda escolar...”

Novamente, temos uma FD que nos remete à FI em que os sujeitos estão inseridos, no caso, o Movimento Sem Terra.

Um outro programa relativo à questão ambiental, é o Projeto Educação Ambiental Água e Lixo que tem como objetivo conhecer a teoria e ser capaz de praticar atitudes concretas e coerentes com relação ao correto uso do lixo e da água, interagindo com o meio ambiente no qual vivemos.

Com respeito ao meio ambiente, e aos pareceres das direções das escolas da zona rural, quanto aos anseios dos danos ambientais, colocaram-nos que:

A Educação ambiental é trabalhada nas disciplinas de Ciências, Geografia e no Currículo por Atividades.

A Educação ambiental através da conscientização, de cartazes, de reciclagem do lixo e palestras, pode ser desenvolvida na escola.

Observando o discurso acima, acreditamos que a comunidade escolar e em geral está vivenciando um início de conscientização, relativo ao meio

ambiente, pois as práticas nas escolas da zona urbana de Pelotas, como afirma o discurso “cartazes,... reciclagem do lixo e palestras...”, embora encontrem-se bem mais atrasadas do que as escolas da zona rural de Canguçu, conforme os discurso abaixo:

Sim, temos menos lixo no chão das salas, nos pátios e a comunidade nos auxilia, limpando a frente de suas casas e doando as garrafas pets.

Noto mudanças positivas. Os pais estão mais conscientes em função da grande divulgação na televisão, jornais e mesmo através dos filhos, do aprendizado na escola.

Neste último discurso, o enunciado deixa claro que a conscientização, via repetição de FDs, como divulgado pela mídia, pelos filhos, etc. tem melhorado em relação ao meio ambiente, o que ainda contrasta com a zona urbana, se observarmos o discurso acima anteriormente citado.

Porém, conforme Fernandes (2005: 38), apud Orlandi (2005), “todo discurso resulta do entrelaçamento de diferentes discursos dispersos no meio social. O sujeito constitui-se pela interação social estabelecida com diferentes sujeitos.” Assim, quando os discursos acima foram verbalizados, podemos ler no interdiscurso os enunciados dos diversos sujeitos que constituem a comunidade, como os alunos, os pais, os professores, os diretores, a mídia que está por trás dos enunciados, etc.

No segmento dos alunos, do Projeto Escola Aberta, apenas três responderam não para a questão relativa à existência ou não de atividades, ou disciplinas que abordassem o meio ambiente. O restante não só responderam sim, como também especificaram as atividades pertinentes às questões ambientais:

Sim, palestras sobre o meio ambiente (tribos).

Sim, palestra sobre reciclagem do lixo.

Não.

Uma determinada FD apresenta elementos vindos de outras formações discursivas que, por vezes, contradizem, refutam-na. É o caso dos discursos

acima. Embora, a maioria dos alunos tenha citado o meio ambiente como objeto das oficinas, três responderam que não existe abordagem nesse sentido.

De fato, observamos poucos trabalhos sobre meio ambiente na base curricular, abordado através de disciplinas. Pela colocação dos alunos, é trabalhado de forma transversal. Através da proposta, são feitas palestras, projetos (como no caso da reciclagem de lixo), pequenos cursos, entre outras atividades.

Existem também escolas e alunos que não têm nenhum tipo de atividade que contemple a realidade ambiental. E esse vazio é retratado inclusive no aspecto cuidados com a escola (zona urbana), nota-se que a parte física de muitas instituições de ensino deixa muito a desejar.

Novamente, observamos uma FD que contraria outra em que os sujeitos estão inseridos. Mas, isso, conforme já citamos, faz parte da interdiscursividade, pois toda FD é o entrelaçamento de vários discursos, muitas vezes contraditórios, devido à heterogeneidade constitutiva dos sujeitos.

Os alunos consideram-se atuantes dentro das propostas pedagógicas da escola, e também pertinentes aos seus cuidados, como é o caso do lixo, das plantas, dos móveis, entre outros. Como foram as considerações abaixo dos alunos:

Auxilio em muitas coisas sim, não digo em geral.

Auxilio na organização da escola, e outros.

Sim, necessário para um bom e belo ambiente.

Sim, não jogando o lixo no chão, não estragando as plantas que tem.

Sim, lixo no lixo.

Fica evidenciado nesses discursos a FI que considera o meio ambiente e a sustentabilidade como algo importante e necessário para a sociedade, pois a FD é permeada por discursos de alunos que, através da repetição, já se inseriram nessa FI, eles verbalizam que “auxilio em muitas coisas... necessário para um bom ambiente, não jogando o lixo no chão...”

Assim, mais uma vez vemos que a FD está inserida na FI preocupada com o meio ambiente e a preservação da natureza e do lugar onde os sujeitos estão colocados. Isso retratando a realidade das escolas, o que não significa que o ato de “jogar lixo no chão” possa ser uma atitude de preocupação com o meio ambiente, mas sim ações de convivência entre seres humanos, que em conjunto a outras tantas atitudes, possam gerar uma consciência ambiental.

Como já foi dito anteriormente, a FD está permeada por diferentes discursos e vozes que constituem os sujeitos, muitas vezes contraditórias. Assim, em uma das escolas urbanas, apesar dos discursos bastante positivos em relação à questão ambiental, foi presenciado um ambiente onde o lixo não era colocado no seu devido lugar, pois ao entrar na sala de aula, a sujeira estava colocada nas janelas entre a tela e o vidro, desde um simples chiclete até mesmo sacos de salgadinhos, pacotes de bolachas recheadas entre outros.

Também, foi verificada a falta de lixeiras que ficassem espalhadas pela mesma escola, uma contradição entre o discurso e a prática dos sujeitos no ambiente escolar. E, em outras escolas tanto urbanas como rurais, encontrávamos as lixeiras para a organização do lixo orgânico e inorgânico.

Vimos na análise do discurso dos questionários, entrevistas e grupos focais que, muitas vezes, observa-se uma dispersão de discursos e acontecimentos, ou seja, uma contradição e negação do que se pode dizer somente em determinada época e/ou lugar, mas que constitui a própria unidade do discurso. Conforme Foucault (1995), apud Fernandes (2005), “todo discurso é marcado por enunciados que o antecedem e o sucedem”.

Dessa forma, podemos entender as divergências no discurso dos alunos sobre o meio ambiente e sua importância e a sujeira de algumas escolas; a impessoalidade da responsável na CRE pelo projeto Escola Aberta e sua postura de convivência com o Estado; a contradição das funcionárias ao afirmarem que os professores não se envolvem no projeto e o entusiasmo dos últimos com o programa.

É dessa própria dispersão, ou muitas vezes contradição, que nasce a unidade do discurso que permeia as FDs que pretendemos analisar aqui neste trabalho, uma vez que todo discurso está atravessado pelas várias vozes de

outros tantos sujeitos que enunciaram antes e depois daquele determinado momento histórico-social.

6.3 Sugestões sobre as políticas educacionais e práticas escolares

Para que sejamos um cidadão crítico, é necessário sermos conscientes e compreendermos que devemos reivindicar e exigirmos nossos direitos ambientais ao setor social correspondente e que, por sua vez, devemos estar dispostos a exercermos nossa própria responsabilidade ambiental. Devemos organizar e participar em direção de nossa própria vida e, ao adquirirmos poder político, adquirimos capacidade de mudança coletiva. Através desse posicionamento fortaleceremos uma base sólida na construção de uma sociedade civil mais justa.

Na realidade somos todos cidadãos críticos, cientes dos danos ambientais que podemos ocasionar, e que são os reflexos de nossas intervenções frente à natureza. Recomendável seria a educação como meio para a conscientização não só junto a seus alunos, mas também a comunidades em geral, onde as escolas estão localizadas.

A Educação Ambiental, segundo Penna (2006: 101), embora prevista na Constituição Brasileira, continua sendo desenvolvida através de iniciativas isoladas. Conforme Dias (2000: 551), não existe um modelo brasileiro para a chamada Educação Ambiental. Além disso, a visão compartimentalizada do contexto ambiental limita as ações educativas a atividades pontuais, específicas, que acabam por contribuir pouco, carecendo de elementos significativos e integradores, indispensáveis à formação de cidadãos participativos, cientes de seus direitos, mas principalmente cumpridores de suas responsabilidades.

Através dessa realidade, visualizamos também a Educação Ambiental no Rio Grande do Sul, pode-se dizer que limitada a ações de alguns profissionais, professores, conscientes de seu importante papel como responsáveis na formação cidadã junto ao meio ambiente.

Segundo Gutiérrez (2000: 33):

A viabilidade do Desenvolvimento Sustentável só é possível e factível dentro de um profundo respeito das diferentes etnias e culturas. Cada cultura e cada povo deveria buscar seu próprio confronto para resolver um desenvolvimento ecologicamente sustentável.

É o que se pôde destacar neste trabalho de pesquisa, pois apesar de selecionarmos as escolas públicas estaduais, muitas realidades são vivenciadas, e muitas semelhanças ou diferenças são trazidas dessa experiência de visitaçãõ às instituições de ensino. Semelhanças como: dificuldades no repasse de verbas, prédios antigos necessitando reparos, cursos de qualificação para projetos, entre outros; e diferenças como: no aproveitamento dos cursos de qualificação, nas maneiras de vencerem as dificuldades das escolas, bairros e conseqüentemente o perfil da comunidade e alunos, entre outros.

Através da análise do discurso de professores, alunos e funcionários, também ficou-nos evidenciado que os sujeitos ainda têm uma conscientização mínima da Educação Ambiental, pois a mesma perpassa através de suas FDs , apenas como ações isoladas, vinculadas à coleta seletiva de lixo nas escolas.

As escolas guardam muitas características em suas atividades, que retratam as administrações escolares, bem como de seus professores, ainda que saibamos das dificuldades financeiras vivenciadas nas escolas, como o caso do repasse de verba, que inviabiliza melhores condições de implantação de projetos, ou até mesmo de mudanças de hábitos na comunidade escolar.

Verificamos que muitas administrações vencem essas dificuldades com uma boa dose de criatividade, como foi externado por muitos diretores, que se utilizam de festividades, rifas, colaboradores, entre outros, para auferirem melhores condições de implantarem projetos como por exemplo, a coleta de lixo seletivo já mencionada acima, que necessitaria a compra de lixeiras para serem espalhadas em todas as escolas.

Criatividade essa que deve existir em toda e qualquer gestão, mas que não deve eximir o Estado de seu dever, pois se falamos em escolas públicas, políticas sociais/educacionais deveriam ir ao encontro das necessidades das instituições de ensino, minimizando os problemas existentes.

Nesse sentido, os discursos nos permitem observar que existe uma FI em que os sujeitos estão inseridos, a qual lhes faz manifestar que há um direito de todos em relação às obrigações do Estado com relação a políticas públicas. Isso se evidenciou no vazio a que os discursos se referiram, preenchido pela criatividade, principalmente, de professores e diretores das escolas.

Por outro lado, as FDs não permitem visualizar uma FI que pontue como algo global o direito e o dever de todos com respeito ao Desenvolvimento Sustentável e à Educação Ambiental. Os sujeitos do projeto Educampo parecem revelar um pouco mais dessa conscientização, porém, só agora estão mudando sua FD em relação à fixação do homem à terra, visto que preferiam, anteriormente, que os filhos estudassem para irem embora do campo. Atualmente, segundo alguns discursos de professores, isso está sendo revertido, e os agricultores do movimento do assentamento estão ensinando a seus filhos, através da repetição discursiva, que devem buscar um cultivo sustentável e permanecer na terra, mesmo estudando.

No entanto, com relação à Educação Ambiental, continuamos observando, através dos discursos, uma compartimentalização, ou seja, o projeto Educampo demonstra mais consciência de que todos nós temos obrigação com relação ao planeta como um todo, tanto em nível de atividades sociais, econômicas como ambientais. Porém, no programa Escola Aberta, a Educação Ambiental fica reduzida a projetos e a atividades ocasionais, como já referimos acima.

Assim, observamos que tentativas, através de projetos, programas, atividades interdisciplinares entre outras, podem ser o impulso inicial de uma mais ampla política educacional voltada aos problemas e, também, na busca de medidas que possam auxiliar o meio ambiente. No decorrer desta pesquisa, verificamos uma aceitação grande no que diz respeito às atividades pertinentes à natureza.

Destaque damos à Política Educacional - Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, objeto do Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002, mas o tema, como também diagnosticado nas pesquisas das escolas, é trabalhado de forma pontual, transversal,

interdisciplinar, onde são articulados os conhecimentos e as práticas de medidas sustentáveis.

Acreditamos que a conjunção das práticas poderá ocasionar mudanças no comportamento de uma sociedade, como é o caso das escolas do interior de Canguçu, que perpassam por seus conhecimentos as práticas no dia-a-dia de atividades produtivas sustentáveis. Sustentabilidade que, em seu conceito, talvez não reflita as práticas que poderiam ser desenvolvidas visando ao complexo assunto.

Para Carvalho (2008: 13-14):

... as transformações das práticas docentes só se efetivarão se o professor ampliar sua consciência sobre a própria prática, a de sala de aula e a da escola como um todo, o que pressupõe os conhecimentos teóricos e críticos sobre a realidade. Tais propostas enfatizam que os professores colaboram para transformar a gestão, os currículos, a organização, os projetos educacionais e as formas de trabalho pedagógico das escolas. Assim, reformas produzidas nas instituições sem tomar os professores com parceiros/autores não transformam a qualidade social da escola.

Já nos discursos de professores do projeto Educampo, evidenciamos que o mesmo vem trazer a abertura de uma atividade onde o processo inicia na atividade de produção, pois as capacitações são justamente para o membro docente das escolas. Eles são as portas do conhecimento no auxílio das atividades das instituições de ensino localizadas na zona rural dos municípios, com destaque nesta pesquisa para Canguçu, município que cria notoriedade pelo elevado número de escolas localizadas no interior.

Já o Projeto, hoje Programa Escola Aberta para a Cidadania, através de seus objetivos, tenta sensibilizar os professores para participarem de suas atividades, pois os docentes até reconhecem a importância de suas presenças nas atividades durante os finais de semana, mas são cientes que além dos baixos salários, não receberão remuneração para esse tipo de atividade extraclasse. Isso ficou claro na análise da contradição encontrada nos discursos de alguns professores que se dizem empolgados com o programa e os discursos das funcionárias, as quais enunciaram que os professores não são participativos.

Tal atitude e discurso revelam uma contradição, que é inerente aos discursos, mas que vem comprovar que os sujeitos professores ainda não estão inseridos em uma FI que vê a sustentabilidade como um todo, global, que perpassa todas as atividades humanas, independentes de feriados ou finais de semana.

Dessa forma, a Educação Ambiental fica restrita às atividades que possam surgir de forma a contemplar poucos componentes curriculares, e nada de grande abrangência, devendo haver um olhar diferenciado por parte de resoluções públicas nesse sentido, para Sachs (1993: 39):

A Educação Ambiental pública requer mais do que simples campanhas ocasionais; assim, as universidades devem considerar muito seriamente a tarefa de redefinir os programas escolares em todos os níveis.

Isso retrata um início, mas apenas um início de FI voltada à sustentabilidade e a uma Educação Ambiental, que é, hoje, trabalhada de forma fracionada, sem uma almejada amplitude que seria necessária para fundamentar uma consciência ecológica por parte dos alunos, adultos do amanhã.

Dentre as políticas educacionais vivenciadas no Estado do Rio Grande do Sul com ênfase na questão ambiental, interessante seria ampliar as inter-relações entre a sociedade e o mundo natural. A Educação Ambiental não deve apenas prever a aprendizagem comportamental e, sim, criar uma cultura cidadã e atitudes ecológicas. Talvez, quem sabe, iniciando nas universidades, através da formação de professores, estando as universidades, através de Políticas Educacionais, com o apoio necessário para o ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma cultura cidadã ambiental.

Essa cultura cidadã, como todo o conhecimento, que perpassa de geração para geração, começa através de um discurso, voltado à sustentabilidade como algo resultante de atitudes globalizadas, ou seja, através da reiteração de FDs, que se insiram numa FI, também voltada ao Desenvolvimento Sustentável e à Educação Ambiental como dever e direito de todos os sujeitos.

A educação, desde o início das atividades pedagógicas das pessoas, quando entram na escola, deveria ser formadora de futuros cidadãos, cientes de

seus direitos e de suas obrigações, e que, em seus processos produtivos, deveriam buscar formas sustentáveis de subsistência. Como coloca-nos Sachs (2008: 35):

A boa sociedade é aquela que maximiza essas oportunidades enquanto cria, simultaneamente, um ambiente de convivência e, em última instância, condições para a produção de meios de existência (livelihoods) viáveis, suprindo as necessidades materiais básicas da vida – comida, abrigo, roupas – numa variedade de forma e de cenários – famílias, parentela, redes, comunidades.

Nossas tradições regionais sempre levaram-nos para práticas que oscilavam de atividades sustentáveis e outras nem tanto. Isso também ficou evidenciado nos discursos do Projeto Educampo, quando um produtor enunciou que duas famílias ainda produzem fumo, no assentamento, o que está sustentavelmente incorreto.

Assim, dessa realidade restam-nos dúvidas sobre que deveria ser seguido e o que seria desaconselhável. Seguirmos à deriva, seria inviável; o ideal seria caracterizarmos dentro das atividades de ensino formal e, até mesmo, dentro da informalidade, um amplo conjunto de práticas sociais, econômicas e ambientais que fossem contempladas nas atividades educativas para crianças, jovens e adultos.

E, nesse sentido, vem a importância do poder público do Estado, que segundo Sachs (1993: 39):

Políticas públicas que estimulem e apoiem as iniciativas locais devem ocupar um papel muito importante no conjunto de políticas de Desenvolvimento Sustentável.

... além dessas tarefas educacionais, a universidade dispõe ainda de considerável potencial humano para assessorar e implementar projetos de desenvolvimento local e para responder às demandas específicas das associações civis. Atuando desse modo, criará para os alunos de graduação e para os jovens professores as condições adequadas para conduzirem pesquisas interdisciplinares.

Novamente, reiteramos os discursos que, tanto no Projeto Educampo, como no Programa Escola Aberta, reclamam do vazio deixado pelo Estado em

relação a políticas públicas sustentáveis, comprometidas com a Educação como um todo.

O que hoje temos são iniciativas públicas que engatinham para uma conscientização do bem maior, que seria a natureza. Dentre as pessoas pesquisadas neste trabalho, já se sente o reflexo dessas iniciativas públicas, que por meio da educação tornam-se práticas e, dessas mudanças, possivelmente poderemos falar em ações sociais.

Ações essas que já exemplificamos nas escolas que desenvolvem uma Educação Ambiental, o Projeto Educampo e também o Programa Escola Aberta para a Cidadania, em que este último, apesar de não alcançar amplamente a questão ambiental, referenda grandemente as dimensões sociais e econômicas.

Com relação à dimensão ambiental, podemos afirmar, tanto pelos discursos analisados como pelas ações existentes em nossa sociedade que, não só a Zona Sul, mas o país, como um todo, está ainda iniciando.

Nesse contexto, acreditamos que a Educação Ambiental é um importante instrumento, que busca despertar a preocupação individual e coletiva para as questões ambientais, devendo garantir e contribuir com o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimuladora para o enfrentamento dos problemas ambientais e sociais. Num contexto de complexidade, procura trabalhar não apenas em mudança cultural, mas também na transformação social, assumindo a crise ambiental como uma questão ética e política.

Vimos, na análise do discurso dos sujeitos estudados neste trabalho que já existe um pequeno embrião dessa mudança de postura, porém muito ainda necessita ser feito, pois a Educação Ambiental pode ser considerada um processo de aprendizagem longo e contínuo que procura trazer conceitos e fomentar valores éticos, de forma a desenvolver atitudes racionais, responsáveis, solidárias entre os homens.

Através de valores comprometidos com o meio ambiente, tal educação visa instrumentalizar os indivíduos, dotando-os de competência para agir consciente e responsabilmente sobre o meio ambiente, através da interpretação correta da complexidade que encerra a temática ambiental e da inter-relação existente entre essa temática e os fatores políticos, econômicos e sociais.

Busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais. Desenvolve-se num contexto de complexidade, procurando trabalhar para mudanças socioculturais, assumindo a crise ambiental como uma questão política e ética.

Reiteramos, por meio deste trabalho, que a Educação Ambiental seja uma educação solidária, que promova mudança de postura e atitude, diante do desafio da construção de uma sociedade que busca um desenvolvimento igualitário, seja ambiental ou social, viável, pautado por uma sustentabilidade democrática.

Desse modo, os projetos estudados devem ser apoiados por políticas públicas que tenham a função de socialização humana, ampliada à natureza e uma função política, contextualizando as práticas sociais na interação com a natureza. Também como forma de enriquecer a análise acima elaborada, colocou-se no anexo 1 e 2 as previsões do governo do estado relativo a investimentos na Educação Ambiental entre outros.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No fim vai dar tudo certo; se ainda não deu, é porque não chegou ao fim (Fernando Sabino).

Analisar o Desenvolvimento Sustentável, seus conceitos, como foi feito neste trabalho de pesquisa, é no mínimo tentar esgotar um assunto complexo, o que geraria ao pesquisador o desgosto de não conseguir alcançar seus objetivos. Mas dentro de uma perspectiva do ecodesenvolvimento e analisando mais especificamente a educação, como política social indispensável ou condição “*sine qua non*” ao desenvolvimento, tornou viável chegarmos a alguns pontos propostos através do objetivos deste trabalho.

Assistimos a uma fase onde a educação passa por mudanças, e como toda mudança trás questionamentos: que tipo de sociedade nós queremos? Será possível uma transformação social sem uma transformação profunda na educação?

E nessas mudanças, onde fica a questão ambiental? Dentro do que se coloca como imprescindível a um processo de desenvolvimento que proporcione uma melhor qualidade de vida para a sociedade civil. Para tanto necessário se faz a participação das pessoas, e o comprometimento que deve ter o setor público no esclarecimento e na adoção de medidas que possam ser consideradas cabíveis.

Analisar a educação como forma de propiciar o esclarecimento da comunidade escolar, seria uma medida produtiva e com certeza surtiria efeitos benéficos a todos os atingidos. O que cabe refletir neste trabalho de pesquisa seria em nosso Estado, mais especificamente nos município de Pelotas e Canguçu, se em nossas escolas existem políticas educacionais que venham ao

encontro de uma educação ambiental ou de um processo pedagógico que objetivem o desenvolvimento sustentável?

A partir do contato com as escolas, e já com a prévia leitura, pôde-se constatar que existem projetos, como no caso destacamos o Educampo e o Programa Escola Aberta para a Cidadania que, dentro do conceito de desenvolvimento sustentável, estudado por Sachs, são tentativas de esclarecimento à comunidade escolar dos prejuízos e principalmente das formas de controlarmos e preservarmos o meio ambiente.

Mas também sabemos que são medidas públicas que *engatinham*, se assim poderíamos dizer, na imensidão de pontos que poderiam ser debatidos nesse tema. Um debate que ocasione uma reflexão do papel de cada um de nós frente as incontáveis possibilidades de promover um desenvolvimento que venham ao encontro das dimensões econômica, social e ambiental.

Não é pertinente, de forma repetida, atividades econômicas que utilizem recursos naturais de forma desenfreada e que não proporcionem na sociedade as mínimas condições de saúde, segurança, educação, higiene, entre outras. E neste trabalho de pesquisa colocamos a educação como política social essencial e um instrumento de conscientização para o desenvolvimento sustentável.

Verificamos no decorrer do trabalho, principalmente nas entrevistas/questionários, que as atividades pedagógicas hoje desenvolvidas, não são suficientes na tentativa de sanar o grave problema que pode ser criado, se o meio ambiente não for corretamente utilizado. Mas também constatamos que pode ser o início de um processo transformador, cultivando nos sujeitos, ideais ecológicos.

E, para finalizar, dentre as diferentes políticas sociais possíveis de análise, a educação foi escolhida para este trabalho, devido ao crescente interesse que a transforma no alicerce ou na chave do desenvolvimento econômico sustentável, talvez, numa maneira de igualar as pessoas em oportunidades.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, R.A. **Direito do meio ambiente e participação popular**. Brasília: IBAMA, 1996.

ALBAGLI, S. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília. IBAMA, 1998, p.276.

ALMEIDA, P.F. de. A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha: 1870-1930. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.13, n.2, p.26, 1992.

ALONSO, J.A.F.; BENETTI, M.D.; BANDEIRA, P.S. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (Trad. RETO, L.A. e PINHEIRO, A. São Paulo: Edições 70, 1977.

BATH, S. **Maquiavelismo: a prática política segundo Nicolau Maquiavel**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

BECKER, D.F. (org) **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 4. ed., Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BEHRING, E.R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BELARMINO, L.C.; SOUZA, I. de S.; MADAIL, J.C.M. **Sul do Rio Grande: potencialidades e propostas de desenvolvimento**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, Ed. Universitária, 2002.

BENITES, S. **O professor de português e seu discurso**. Gramado, junho de 2002.

BOVO, C.M. **Desenvolvimento da educação ambiental na vida escolar: avanços e desafios**. Revista Urutúgua (DCS/UEM) n°13, 2007.

BRANDÃO, C.R. (Org.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDÃO, H.H.N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora UNICAMP, 2005.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 1989.

BRISOLARA, L. **Construção e desconstrução da imagem através do discurso - uma análise da propaganda eleitoral televisiva de Luiz Inácio Lula da Silva, veiculada no segundo turno das eleições para Presidência da República do ano de 2006**. TCC do Curso de Comunicação Social da Universidade Católica de Pelotas, 2006.

BRUM, A.J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 19. Ed., Ijuí: Unijui, 1997.

BURMANN, A. **A gestão ambiental municipal**. Revista Educando, Ano 02, Edição 7. Janeiro/Fevereiro 2007.

CACCIA, B. **A produção da agenda social mundial**. 2002.

CADERNOS DE SOCIOLOGIA, nº 9, Pesquisa Social Empírica: Métodos e

CAPRA, F. **As conexões ocultas – ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002. Técnicas, UFRGS, 1998.

CARVALHO, I.C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito pedagógico**. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, T.A.A. (org). **A educação ambiental inovando a gestão**. Porto Alegre, 2006.

CAPRA, F. **O Ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1982.

CEPAL - Comissão Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e Caribe, **relatório elaborado por ocasião da ECO-92** CEPAL/BID/PNUD/PNUMA, 1992.

CIMA, Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência da Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Subsídios técnicos ao relatório oficial do Brasil na CNUMAD**. Brasília, 1991.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo**. Dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2005.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CNUMD, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992.

CMMAD, NOSSO FUTURO COMUM, **Relatório de Brundtland**, 1987.

CONHECENDO CANGUÇU – um novo olhar. Ed. Hofstatter 35, 2007.

CORREA, S.M. de S. (org.) **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

COSTA, E.B. (coord.). **História ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

DALY, H.E. Sustentabilidade em um mundo lotado, 2002-2005. **Scientific American Brasil**, 41. ed., outubro de 2005.

DELORS, J. (org). **A educação para o século XXI: questões e perspectivas**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. 6. Ed., Campinas: Autores Associados, 1999.

DESIGUALDADE E A QUESTÃO SOCIAL. (org) BELFIORE, M.-W.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M.C., 2. ed. rev. e ampliada, São Paulo: EDUC, 2004.

DIAS, G.F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2000.

DOLABELA, F. **Oficina do empreendedor**. 6.ed. São Paulo: Ed. de Cultura, 1999.

DORNELAS, J.C.A. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. 2.ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FERNANDES, C. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FERREIRA, G.A. **Meio ambiente, modelos de produção e a entropia global**. Revista Educando, Ano 02, Edição 7. Janeiro/Fevereiro 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Paris: Edição Gallimard, 1971.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed., Rio Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, G. (org.). **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**, 3. ed., São Paulo: Cortez, 1995.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Peirópolis (Série Brasil Cidadão), 2000.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

- GIL, A.C. **Técnicas de pesquisa em economia**. 2. ed., São Paulo: Atlas, 1990.
- GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GINI. <http://pt.wikipedia.org/wiki>.
- GÓMEZ, M.H.; BOYER, P.C. **Las políticas sociales en las sociedades complejas**. Ariel Sociologia, 2002.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e organização da cultura**. 5. ed., São Paulo: Civilização Brasileira, 1985.
- GRÜN, M. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico. Papyrus Editora, 1996.
- GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na Educação**. Vol. 1. Campinas: Editora Papyrus, 1995.
- GUTIERREZ, F. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez, 2000.
- IERVOLINO, S.A; PELICIONI, M.C.F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Rev. Esc. Enf. USP**, v. 35, n. 2, p.115-121, jun, 2001.
- INVESTIMENTO DA VCP ESTIMULA METADE SUL. Porto Alegre: Zero Hora – Economia – 18 de abril de 2004.
- JAGUARÃO PRETENDE DIVERSIFICAR CULTURAS. Pelotas: Diário Popular, 09 de maio de 2003.
- LIMA, A.A. **Política**. 4. ed., ed. Agir, 1956.
- LOVELOCK, J. **The revenge of Gaia**, London, Reino Unido: Penguin Books, 2006.
- MAINGUENEAU, D. **Análise de textos em comunicação**. S.Paulo: Cortez, 2002.
- MARQUES, A.F. **A economia do charque**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.
- MARTINS, C.H.B.; OLIVEIRA, N. **Indicadores econômico-ambientais na perspectiva da sustentabilidade**. Porto Alegre: FEE, FEPAM, 2005.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. (Trad.) SANT'ANNA, R. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d., 6v.
- MASSAÚ, E. **Pelotas, três entraves**. Pelotas, Jornal Opinião, 7 de outubro de 1999.
- MAY, P. (org), **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 3 reimpressão, 2003.

MAZIÈRE, F. **A análise de discurso: história e práticas.** São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MENDES, J.T.G. (org) **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável.** Petrópolis: Vozes, 2005.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

MININNI, M.N. **Análises das vertentes da educação ambiental detectadas nos projetos na América Latina.** UFMT, 1993.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em www.mds.gov.br. Acesso em 2008.

MONTIBELLER FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias.** 2. ed., Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

MOURA, L.A.A. **Economia ambiental, gestão de custos e investimentos.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

MÜLLER, C.A. **A história econômica do Rio Grande do Sul.** Editora Grande Sul, 1998.

NOGUEIRA, M.A. **Um estado para a sociedade civil.** 2 ed., São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, A.F. (org). **Cidades sustentáveis: políticas públicas para o desenvolvimento.** Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

OLIVEIRA, J.F. de. **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências.** São Paulo: SMA/CEAM, 1998.

ORLANDI, E.P. **Discurso e leitura.** 5. ed., São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade, 2000.

ORLANDI, E.P. **Dirscurso e texto.** 2. ed., Campinas: Pontes, 2005.

PENNA, R. (org). **Conhecimento, sustentabilidade e desenvolvimento regional,** Canoas: Unisalle, 2006.

PEREIRA, C. **Sustentabilidade das instituições de ensino.**

PIMENTA, S.G.; ANASTASIOU, L. das G.C. **Docência no ensino superior.** São Paulo: Cortez, 2002, v. 1 (Docência em formação).

PINTO, M.J. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos.** 2. ed., São Paulo: Hacker Editores, 2002.

- POULANTZAS, N. **O estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Graal, 2000.
- PRADO, F.G.C. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. 2. Ed, São Paulo: Cortez, 2000.
- QUINTAS, J.S. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável**. Texto apresentado no I Congresso de Educação Ambiental.Santos, 1996 (mimeo).
- RIBEMBOIM, J. (org). **Mudando os padrões de produção e consumo: textos para o século XXI**. IBAMA/MMA, 1997.
- RICO, E.M. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3 ed., São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001.
- ROHDE, G.M. Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentado. In. CAVALCANTI, Clóvis. (org). **Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação João Nabuco, 1995.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SACHS, I. Trabalho e energia no eco-desenvolvimento urbano. **Economia e Política**, vol. 13, nº 9, 27 de fevereiro, p. 425-44, 1988.
- SACHS, I. **Doublespeak about human development?** IFDA Dossier, n. 80, Jan/Mar 1991 (Book Reviews), p. 91-93.
- SACHS, I. Estratégia de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (org). **Para pensar desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. (Org.) STROH, P.Y., Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SANTOS, W.G. A trágica condição da política social. In: ABRANCHES, S. *et. al.* (org). **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro, 1989.
- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Emenda do Plano Estadual de Educação/2003 – <http://www.seduc.rs.gov.br>.
- SEMINÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO SUL DO RIO GRANDE. (Orgs.) BELARMINO, L.C.; SOUZA, I.S. de; MADAIL, J.C.M. Pelotas: EMBRAPA/Universidade Federal de Pelotas, Ed. Universitária, 2002.
- SEPÚLVEDA, S.; CHAVARRÍA, H.; CASTRO, A.; ROJAS, P. **Metodologia para estimar el nivel de desarrollo sostenible en espacios territoriales**. São José: IICA, 2002.

SILVA, T.T. da. A nova direita e as transformações na pedagogia política e na política pedagógica. In: GENTILI, P.; SILVA, T.T. da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Visões Críticas. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico**. 5. Ed., São Paulo: Atlas, 2005.

SPOLIDORO, R.; FISCHER, H.; PAIXÃO, Z. Desenvolvimento Regional Inovador e Habitats de Inovação. In: XII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, ANPROTEC, 2002, São Paulo. XII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, ANPROTEC, 2002. **Anais...** v.1., p.1-1.

TANACA, O.Y.; MELO, C. **Avaliação de programas de saúde do adolescente** - um modo de fazer. São Paulo: Edusp, 2001.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. INSTITUTO TÉCNICO DE PESQUISA E ASSESSORIA. **Banco de Dados da Zona SulZona Sul**. Pelotas: EDUCAT, 2005.

VEIGA, J.E. da. A imensurável utopia do desenvolvimento. In: LAVINAS, L. (org). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo, v. 24 – Número Especial, 1994.

VEIGA, J.E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do XXI**, Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

YOUNG, C.E.F. e LUSTOSA, M.C.J. Meio ambiente e competitividade na indústria brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, v.5, Edição Especial. Rio de Janeiro: 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

**Entrevista para trabalho de pesquisa
(Professores/funcionários)**

Nome:

Escola:

- 1) Sua escola participa dos projetos Escola Aberta e/ou Educampo?
- 2) De que forma ocorrem as atividades desses projetos na escola?
- 3) Quantas turmas ou quantos alunos são envolvidos no projeto? Eles gostam?
- 4) Além dos alunos, quem mais participa das atividades?
- 5) A comunidade/os pais são incentivadores ou partícipes desse(s) projeto(s)?
- 6) De que forma a Coordenadoria/SE faz-se presente nesse(s) projeto(s)?
- 7) Como é trabalhada a Educação Ambiental na escola, já que esta faz parte do plano ensino do estado?
- 8) Com relação ao meio ambiente (projetos) nota algum tipo de mudança de comportamento (dos alunos, direção, professores, comunidades em geral)? Positiva ou negativa essa mudança? Por quê?

APÊNDICE 2

**Entrevista para trabalho de pesquisa
(Alunos)**

Nome:

Idade:

Série:

Escola:

- 1) Você participa de algum projeto ou conhece os projetos Escola Aberta e/ou Educampo?
- 2) E o meio ambiente, trabalha em sua classe algum tipo de atividade com esse assunto?
- 3) De que forma você participa? Que tipo de atividade?
- 4) Quais os professores que participam dessas atividades?
- 5) Seu pais ou a comunidade estão presente nesses trabalhos?
- 6) Você acha que possa beneficiar alguém essas atividades ou esses conhecimentos?
- 7) Quem e de que maneira?
- 8) Você cuida da sua escola: com o lixo, as plantas?

APÊNDICE 3

**Entrevista para trabalho de pesquisa
(Diretores)**

Nome:

Escola:

- 1) Sua escola participa dos projetos Escola Aberta e/ou Educampo?
- 2) De que forma ocorrem as atividades desses projetos na escola?
- 3) Quantas turmas ou quantos alunos são envolvidos no projeto? Eles gostam?
- 4) Além dos alunos, quem mais participa das atividades?
- 5) A comunidade/os pais são incentivadores ou partícipes desse(s) projeto(s)?
- 6) De que forma a Coordenadoria/SE faz-se presente nesse(s) projeto(s)?
- 7) Como é trabalhada a Educação Ambiental na escola, já que esta faz parte do plano ensino do estado?
- 8) Com relação ao meio ambiente (projetos) nota algum tipo de mudança de comportamento (dos alunos, direção, professores, comunidades em geral)? Positiva ou negativa essa mudança? Por quê?

APÊNDICE 4

**Entrevista para trabalho de pesquisa
(Responsável 5ª CRE Educampo)**

Nome:

Escola:

- 1) Quais os objetivos do projeto Educampo?
- 2) De que maneira o projeto pretende atingir a comunidade escolar?
- 3) Que tipo de atividades são executadas nas escolas?
- 4) Quanto tempo já tem de implantação?
- 5) Quais os primeiros resultados já extraídos da experiência?
- 6) A escola (equipe diretiva/professor/funcionários/alunos) estão engajados e vivenciando os objetivos propostos pelo projeto?
- 7) Quais são as maiores dificuldades encontradas pelas escolas?
- 8) Existe apoio da CRE e SE com um todo na execução do projeto?
- 9) Qual a relação do projeto Educampo com sustentabilidade?

APÊNDICE 5

Entrevista para trabalho de pesquisa
(Responsável 5ª CRE Escola Aberta para Cidadania)

Nome:

Escola:

- 1) Quais os objetivos do projeto Escola Aberta para a Cidadania?
- 2) De que maneira o projeto pretende atingir a comunidade escolar?
- 3) Que tipo de atividades são executadas nas escolas?
- 4) Quanto tempo já tem de implantação?
- 5) Quais os primeiros resultados já extraídos da experiência?
- 6) A escola (equipe diretiva/professor/funcionários/alunos) estão engajados e vivenciando os objetivos propostos pelo projeto?
- 7) Quais são as maiores dificuldades encontradas pelas escolas?
- 8) Existe apoio da CRE e SE com um todo na execução do projeto?
- 9) Qual a relação do projeto Escola Aberta para a Cidadania com sustentabilidade?

APÊNDICE 6

GRUPO FOCALALUNOS

- O que os familiares produzem?

- A agricultura, pecuária..., a produção, atende as necessidades de sustento de vocês, para um futuro melhor?

- A produção prejudica a natureza? Ou não?

- E a escola ajuda no esclarecimento de formas de não prejudicar a natureza? De que forma? O que acredita que a escola poderia trabalhar que auxiliasse esse conhecimento?

APÊNDICE 7

GRUPO FOCALPAIS

- Até que série você estudou?
- Por que não continuou seus estudos?
- Pensa voltar à escola?
- Qual sua forma de sustento? O que sua família produz?
- A agricultura, pecuária..., a produção, atende as necessidades de sustento de vocês, para um futuro melhor?
- A produção prejudica a natureza? Ou não?
- E a escola ajuda no esclarecimento de formas de não prejudicar a natureza? De que forma? O que acredita que a escola poderia trabalhar que auxiliasse esse conhecimento?
- Participa das atividades escolares (educacionais)? Cite algumas situações?
- Caso não, por quê?
- Que outra situação poderia o governo (através da educação) auxiliar na preservação do meio ambiente?

A N E X O S

Tabela 5

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E GESTORES
EM 2008**

SUB-PROJETOS	Número de Professores capacitados		
	Até setembro 2008	Outubro a dezembro 2008 (Previsão)	Total ano 2008 (Previsão)
Progestão	-	2.732	2.732
História e Cultura Afro-Brasileira	400	400	800
Educação Especial	242	670	912
Educação Indígena	220	270	490
Educação Ambiental	1.241	688	1.929
Educação Tecnológica	2.716	1.384	4.100
Formação de Professores e Agentes Prisionais	424	44	468
Acelera Brasil	296	50	346
Projeto para Alfabetização de Crianças com 6 e 7 Anos	3.111	1.000	4.111
Total	8.650	7.238	15.888

Tabela 6



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES POR ÁREA

EIXOS	PROGRAMAS ESTRUTURANTES	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL	Part. %
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	SAÚDE PERTO DE VOCÊ	180.122.590	32.459.000	212.581.590	
	BOA ESCOLA PARA TODOS	90.407.000	53.847.080	144.254.080	
	CIDADÃO SEGURO	51.900.040	156.213.676	208.113.716	
	EMANCIPAR: TODO MUNDO É CIDADÃO	9.448.319	13.578.519	23.026.838	
	SANEAMENTO EM AÇÃO	5.000.000	75.260.677	80.260.677	
	Total	336.877.949	331.358.952	668.236.901	62%
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL	IRRIGAÇÃO É A SOLUÇÃO	2.000.000	43.994.235	45.994.235	
	DUPLICA RS	19.943.000	243.177.000	263.120.000	
	TERRA GRANDE DO SUL	3.030.000	6.850.000	9.880.000	
	MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO	8.737.810	5.185.000	13.922.810	
	Total	33.710.810	299.206.235	332.917.045	31%
FINANÇAS E GESTÃO PÚBLICA	AJUSTE FISCAL	22.284.108	10.380.177	32.664.285	
	GOVERNO DE RESULTADOS	8.104.218	7.640.004	15.744.222	
	NOSSAS CIDADES	11.745.160	18.484.287	30.229.447	
	Total	42.133.486	36.504.468	78.637.954	7%
TOTAL GERAL		412.722.245	667.069.655	1.079.791.900	100%

Escola Estadual de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira

Figura 2 - Espaço físico da escola



Figura 3 - Área de lazer



Figura 4 - Coleta seletiva do lixo

Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Carlos Meskó



Figura 5 - Espaço físico da escola



Figura 6 - Horta



Figura 7 - Área de lazer – futuro jardim

Colégio Estadual Dom João Braga



Figura 8 - Área física da escola



Figura 9 - Oficina da costura



Figura 10 - Coleta seletiva do lixo



Figura 11 - Oficina de teatro



Figura 12 - Oficina da música



Figura 13 - Oficina de dança



Figura 14 - Oficina de judô

Escola Estadual de Ensino Fundamental Franklin Olivé Leite



Figura 15 - Área física da escola



Figura 16 - Lixo não seletivo



Figura 17 - Área de lazer



Figura 18 - Oficina de esportes

Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Antonio Leivas Leite



Figura 19 - Espaço físico da escola



Figura 20 - Oficina de Pinturas



Figura 21 - Área de lazer



Figura 22 - Oficina de culinária